



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO**



JULIANA MARGARIDA SIQUEIRA

**A AGRICULTURA FAMILIAR E A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO
NO MUNICÍPIO DE QUITANDINHA - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

**MARINGÁ - PR
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO**

JULIANA MARGARIDA SIQUEIRA

**A AGRICULTURA FAMILIAR E A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO
NO MUNICÍPIO DE QUITANDINHA - REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia.
Área de Concentração: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

**MARINGÁ - PR
2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão

S618a

SIQUEIRA, Juliana Margarida

A agricultura familiar e a permanência da população no campo no Município de Quitandinha: região metropolitana de Curitiba / Juliana Margarida Siqueira.

SERRA, Elpídio (orient). Maringá, 2016.

161f. : il.

Tese (Dissertação Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE). Área de Concentração: Produção do espaço e Dinâmicas Territoriais.

1. Agricultura Familiar. 2. Hortaliças. 3. Zona Rural. I. SIQUEIRA, Juliana Margarida. II. SERRA, Elpídio (orient). III. UEM - Universidade Estadual de Maringá. IV. Título.

CDD 21.ed. 631

635

“A AGRICULTURA FAMILIAR E A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO
NO MUNICÍPIO DE QUITANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA”

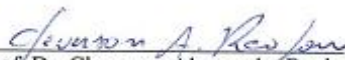
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em 24 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elpidio Serra
Orientador - UEM



Prof. Dr. Cleverson Alexsander Reolon
Membro convidado
UEM



Prof. Dr. Aurea Andrade Viana de Andrade
Membro convidado
UNESPAR

Ao meu amado irmão
Luciano Silvério de Siqueira
(In Memoriam)

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diariamente, legadas e transmitidas pelo passado (Karl Marx, 1869).

AGRADECIMENTOS

Escrever esta página significa que consegui alcançar um dos meus mais belos sonhos, que me acompanha desde a graduação. Sonho esse que, muitas vezes, ficava em segundo plano pela correria da vida profissional, porém nunca esquecido. Posso dizer que o caminho percorrido até aqui não foi nada fácil nem, tampouco, tranquilo. No entanto, tudo foi possível com o apoio de algumas pessoas com as quais contei a vida inteira e outras que encontrei ao longo do caminho. E uso, agora, desse momento, para agradecê-las.

Em um primeiro instante, preciso ressaltar a importância de Deus, presença marcante em toda a minha vida e que move todo o meu ser.

Agradeço, em específico, à minha família, que sempre se faz presente em minha vida, independentemente de qualquer situação. Em especial aos meus pais, Neusa e Geraldo, pelo amor incondicional. Aos meus adorados irmãos: Marcos Antônio, que, desde quando eu era criança, incentiva-me a ler muito; Luciano e Leonardo (*in memoriam*), que tão novos deixaram esse mundo; ao Douglas, irmão caçula. Estendo os agradecimentos também à minha cunhada, Mari, e a minha sobrinha Sofia, que insiste em me dizer que ama geografia, e também à minha sogra, Amarilda, e ao meu sogro Gilmar.

Ao meu amado Alessandro Alvares, companheiro de todas as horas, que sempre teve que entender minha ausência, minhas irritações e ansiedade. Em todo instante estava com um sorriso no rosto, esperando-me e me acalmando.

Agradeço também a todos os docentes que contribuíram com a minha formação, à professora e amiga Helena que, desde a minha adolescência, incentivava-me a dar continuidade aos meus estudos. À professora Aurea Viana de Andrade, que acreditou no meu potencial e me iniciou na pesquisa e, hoje, como não poderia ser diferente, é componente da minha banca.

À professora Zueleide Casagrande de Paula, que foi a minha primeira orientadora na iniciação científica e que fornecia, para os seus orientados, uma bolsa simbólica proveniente do seu salário para que os mesmos não desistissem da pesquisa. Ao Carlinhos Aleixo, pelo incentivo à iniciação científica na FECILCAM. Ao professor Frank Mezzomo e Maristela Moresco, pelos ensinamentos durante a minha primeira pesquisa. Ao professor Edson Yokoo, pelo exemplo de profissional

dedicado e indicações de referenciais teóricos, assim como a todos os professores do Departamento de Geografia da UNESPAR- Campus de Campo Mourão.

Um agradecimento em especial ao meu querido orientador, Elpídio Serra, que em nenhum momento desistiu de mim. Muito obrigada por todos os ensinamentos.

Ao professor Cleverson Alexsander Reolon por compor a minha banca de defesa, aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, pelo conhecimento compartilhado, assim como para a secretária Miriam, que sempre estava pronta a ajudar.

Aos meus amigos do Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão (Cris, Cléria, Roseli, Lu, Marcela, Kelli, Aías, professor Bardini, Edson e Sonia). Assim como a todos os professores e funcionários do Colégio Estadual 14 de Dezembro, de Peabiru, em especial à Fran, à Denise e à Josi Helen.

As minhas amigas de Quitandinha, que muito me ajudaram na pesquisa de campo e levantamento de dados: Eunice Stuy, Karina e Manu. E assim como a todos os agricultores do município de Quitandinha que me receberam com muita atenção e educação e se prontificaram a responder todos os meus questionamentos. Ao meu amigo Sergio Izelli, que me ajudou na elaboração dos mapas.

E, por fim, à Cintia, minha amiga e companheira de todas as angústias nesses dois anos, assim como a Larissa e Mário, pelas caronas até Maringá.

RESUMO

O Estado do Paraná passou por profundas transformações, tais como a modernização da agricultura, acentuadas a partir de 1970, quando a maioria da população paranaense abandonou a área rural e seguiu em direção às cidades. Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), é possível observar esse processo sob dois ângulos: primeiro, a “recepção” da população migrante (onde muitos desses se direcionaram para área rural) e, segundo, a “expulsão” da população que migra do meio rural para o urbano. O forte processo de industrialização pelo qual passou a capital paranaense atraiu a população do campo tanto para se instalar em Curitiba quanto nos municípios mais próximos. Apesar do crescimento industrial e do setor de serviços na RMC, a população de migrantes mantém algumas peculiaridades: o baixo grau de urbanização em diversos municípios e sua marcante dependência à produção familiar. Diante dessa realidade, a presente pesquisa procurou analisar Quitandinha, município que apresenta a maioria da população residente no campo. A partir de leitura de referenciais teóricos específicos e visitas *in loco*, foi possível observar que esse município apresenta uma rica e diversificada Agricultura Familiar, com destaque para a produção de verduras e fumo. De acordo com os dados coletados em entrevista, a maioria das pessoas informou gostar de viver nesse local, inclusive os jovens. Desta forma, pode-se considerar que a permanência da população rural de Quitandinha está ligada aos aspectos culturais, visto que a maioria das pessoas é descendente de imigrantes europeus e apresenta fortes laços com a terra. Essas famílias manifestam um nível socioeconômico relativamente médio a alto, à medida que estabelecem relações com o mercado regional. Contudo, ressalta-se que para se inserirem no mercado as famílias ficam subordinadas à ação do capital, sendo muitas vezes, a principal alternativa para a permanência em suas terras, uma vez que não possuem organizações coletivas atuantes para mudar essa realidade.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Curitiba-PR; Rural; Agricultura Familiar; Permanência no campo.

ABSTRACT

The State of Paraná has passed through deep turns, such as the modernization of agriculture accentuated after 70's, when the most of the population gave up of the countryside and move on to the cities. We observe in the Metropolitan Region of Curitiba (MRC) that process from two angles: first, the "reception" of the migrant (where many of those people were directed to rural areas) and second, the "expulsion" of the population that migrates from rural to urban zones. The intense industrialization by which the state's capital attracted population from the countryside both to Curitiba and in the nearest cities. Despite of the industrial development and the MRC services sector growing, the migrant population retains some peculiarities: the low urbanization degree in several cities and its remarkable dependence on Familiar Agriculture. Before this reality, the goal of this study is to analyze city of Quitandinha that has the majority of the population living in the countryside. From specific theoretical frameworks and local visitations, we observed that this city has a rich and diverse Familiar Agriculture, especially for the production of vegetables and tobacco. According to the collected data, the most people like to live there, including young people. Thus, it can be considered that the permanence of Quitandinha rural population is related to the cultural aspects, since most people are descendants of European immigrants and have strong ties to the land. Those familiar farmers have a relatively medium to high socioeconomic level because keep market relations with the regional market. However, to start at the marketing those families stay subjected to the action of capital, frequently the main alternative to stay on their land since they don't hold collective organizations to change this situation.

Keywords: Metropolitan Region of Curitiba-PR; Rural; FamiliarAgriculture; Permanence.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Paraná: Evolução dos estabelecimentos agropecuário.1980 - 2006	31
Gráfico 2: Quitandinha – população rural e urbana, 1970-2010.....	51
Gráfico 3: Mesorregião Metropolitana.Distribuição percentual dos estabelecimentos da Agricultura Familiar, segundo condição do produtor em relação às terras -2006.	66
Gráfico 4: Tamanho das propriedades familiares das comunidades pesquisadas	67
Gráfico 5: Brasil e Paraná. Distribuição percentual dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar cujo produtor é proprietário, segundo forma de obtenção das terras -2006.....	70
Gráfico 6: Propriedades familiares de Quitandinha que utilizam mão de obra externa.	73
Gráfico 7: Tipos de maquinários utilizados pelos agricultores familiares de Quitandinha.....	84
Gráfico 8: Órgãos, cooperativas ou empresas que oferecem orientações técnicas em Quitandinha.....	87
Gráfico 9: Os principais financiamentos realizados pelos agricultores familiares de Quitandinha.....	90
Gráfico 10: Paraná.Número de estabelecimentos agropecuários familiares e não ...	91
Gráfico 11: Grau de escolaridade dos agricultores familiares de Quitandinha.....	94
Gráfico 12: Renda dos agricultores familiares de Quitandinha.....	95
Gráfico 13: Os principais eletrodomésticos que agricultores familiares de.....	97
Gráfico 14: Os principais motivos que fazem os agricultores familiares de.....	98
Gráfico 15: Religião da população residente de Quitandinha.....	100
Gráfico 16: Brasil, Paraná e Quitandinha. Casamentos, Separações e Divórcios ..	102
Gráfico 17: Condição dos agricultores entrevistados em relação à propriedade em Quitandinha.....	104
Gráfico 18: Origem da propriedade familiar em Quitandinha	106
Gráfico 19: Quitandinha.População total (grupo de idade entre 15 a 29 anos) urbana	109
Gráfico 20: Principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares de Quitandinha.....	126
Gráfico 21: A participação dos agricultores familiares de Quitandinha nas.....	133

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Região Metropolitana de Curitiba.....	35
Mapa 2: Região Metropolitana de Curitiba. População Urbana. 1970 e 2010.....	44
Mapa 3: Região Metropolitana de Curitiba. População Rural. 1970 e 2010.....	46
Mapa 4: Localização de Quitandinha no Estado do Paraná.....	49
Mapa 5: IDH dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba.....	52
Mapa 6: Localização das Comunidades em Quitandinha.....	58
Mapa 7: Mesorregiões Geográfica do Paraná. Participação da Agricultura Familiar e da agricultura não familiar no total dos estabelecimentos agropecuários-2006.....	62
Mapa 8: Paraná. Distribuição percentual do pessoal ocupado na Agricultura Familiar e não-familiar –2006.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Paraná: Modernização agrícola, 1970-1996.....	22
Tabela 2: Estado do Paraná. Estabelecimentos rurais, segundo estrato de área – 1985, 1995 e 2006	32
Tabela 3: Municípios que compõem a região metropolitana de Curitiba.	36
Tabela 4: Comunidades do município de Quitandinha.....	54
Tabela 5: Quitandinha. População ocupada segundo as atividades econômicas - 2010	59
Tabela 6: Brasil, Região Sul e Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à agricultura familiar-2006.	61
Tabela 7: Brasil, Região Sul e Paraná. Área dos estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à agricultura-2006.....	63
Tabela 8: Paraná. Área dos estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à Agricultura Familiar-2006.	65
Tabela 9: Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação ao estabelecimento e a Agricultura Familiar-2006.....	68
Tabela 10: Quitandinha. Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor-2006.	69
Tabela 11: Brasil, Região Sul e Paraná. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários-2006.	71
Tabela 12: Brasil, Região Sul e Paraná. Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à Agricultura Familiar – 2006.	74
Tabela 13: Paraná. Produção total e participação da Agricultura Familiar, segundo as variáveis selecionadas – 2006	76
Tabela 14: Paraná. Participação da Agricultura Familiar e da não - Familiar na pecuária, segundo variáveis selecionadas - 31/12/2006.....	77
Tabela 15: Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários com produção de fumo em folha seca, segundo grupos de área total -2006.....	78
Tabela 16: Quitandinha. Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas-2006.....	80

Tabela 17: Brasil e Paraná. Número de tratores em estabelecimentos agropecuários – 1995 e 2006.	83
Tabela 18: Brasil, Paraná e mesorregiões geográficas. Porcentagem de financiamento segundo participação da Agricultura Familiar e não Familiar –2006..	88
Tabela 19: Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários e total de estabelecimentos que obtiveram financiamento, segundo a finalidade e a condição do estabelecimento –2006	89
Tabela 20: Brasil e Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários que possuíam eletrodomésticos, segundo o tipo de eletrodoméstico utilizado– 2006.	96
Tabela 21: Total da população de jovens em Quitandinha-PR	108
Tabela 22: Quitandinha – PR. Total da população de jovens rural e urbana de acordo com o gênero.	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Agricultor com a produção do fumo em folha.	79
Figura 2: Propriedade de uma família do Pangaré	81
Figura 3: Criação de animais na Cachoeira do Ipanema.....	82
Figura 4: Produção de verduras utilizando o trator.....	85
Figura 5: Maquinários de uma propriedade familiar no Cerro Verde.....	86
Figura 6: Igreja Católica na área central de Quitandinha.	101
Figura 7: Pesquisadora acompanhada do Casal Resner, da comunidade do Cerro	110
Figura 8: Família Pyryshovski.	112
Figura 9: Produção de Uva na Comunidade Doce Grande.	114
Figura 10: Pesquisadora com o casal Mário e Rosinilda e a colheita da uva, na....	115
Figura 11: Pedro Ziomek, a pesquisadora e seus filhos.....	117
Figura 12: Karina Przebcovis em um dia de serviço na propriedade dos pais.	119
Figura 13: Luciane com a pesquisadora e um dos tratores adquiridos para a propriedade.	121
Figura 14: Emanuelli e sua mãe com a pesquisadora na residência da família.....	123

LISTA DE SIGLAS

AF - Agricultura Familiar

CEASA - Centrais de Abastecimentos

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organizações das Nações Unidas para a Agricultura

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PDI - Plano de Desenvolvimento Integral

PLANAF - Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor

RMC - Região Metropolitana de Curitiba

VBP - Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 AS MUDANÇAS NO ESPAÇO RURAL PARANAENSE E OS DESAFIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	20
1.1 A PASSAGEM DA AGRICULTURA TRADICIONAL PARA A NOVA AGRICULTURA NO PARANÁ.....	21
1.2 A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DIANTE DO PROCESSO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	24
1.3 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITUALIZAÇÃO	25
1.4 AS MANIFESTAÇÕES DOS ESPAÇOS RURAIS NO PARANÁ.....	28
2. A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	34
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E OCUPAÇÃO DA TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	37
2.2 DIMENSÕES DO RURAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	41
2.3 O MUNICÍPIO DE QUITANDINHA: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA.....	47
3 CARACTERIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE QUITANDINHA EM RELAÇÃO AO ESTADO DO PARANÁ	61
3.1 CONDIÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES.....	68
3.2 DINÂMICA DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES.....	71
3.3 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) DAS PROPRIEDADES FAMILIARES	74
3.4 DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECEITA DOS ESTABELECIMENTOS.....	91
3.5 CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES	93
4 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO DE QUITANDINHA NO CAMPO	99
4.2 A PRESENÇA DOS JOVENS E DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR EM QUITANDINHA	106
4.3 A AGRICULTURA FAMILIAR DE QUITANDINHA E AS SUAS RELAÇÕES COM O MERCADO E A RENDA DA TERRA.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	144

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico paranaense passou por muitas mudanças entre o final da década de 1950, 1960 a 1970, pois se iniciava um complexo processo de industrialização. Até então, a base econômica estava centrada na agricultura.

Com o início da modernização no campo, muitos agricultores não conseguiram acompanhar esse processo, principalmente os pequenos produtores, já que possuíam pouca área para produção dos produtos exigidos pelo mercado (soja, milho e trigo) em larga escala, assim como possuíam pouco capital para investir em maquinários. Esses fatores contribuíram para que muitas pessoas deixassem a área rural e seguissem em busca de melhores condições de vida na cidade e em outras regiões do país.

No Estado do Paraná, essas mudanças ocorreram de forma mais drástica após 1970, pois, a partir dessa década, houve uma inversão da população rural-urbana. A população urbana superou a rural, passando a ser assim representada: 41,07% da população residindo no campo e 58,93% de residentes na cidade, de acordo com dados do IBGE (2010).

O que se observa é que essas mudanças não ocorrem de forma homogênea, ou seja, em todas as regiões do Estado. No caso da Região Metropolitana de Curitiba, caracteriza-se como receptora, por ter apresentado um ganho de população em 1970, com destaque para alguns municípios que aumentaram sua população do campo e hoje apresentam mais de 70% de residentes na área rural. Essa realidade contribui para a ideia de que essa região não é apenas sinônimo de urbanização, já que ela apresenta uma rica diversidade nos aspectos rurais, que precisa ser analisada e reconhecida.

Observando esses fatos, a presente pesquisa procura retratar a realidade de um desses municípios, nomeadamente de Quitandinha, que apresenta 71,4 % da sua população vivendo no campo e 28,5% na área urbana (IBGE, 2010), além de se destacar pela diversidade da sua Agricultura Familiar e pelos aspectos culturais.

O principal objetivo desta pesquisa foi compreender os fatores internos (forte ligação com a terra, cultura) e externos (exigências do mercado, interesse do capital de municípios agrícolas próximos de Curitiba) que contribuem para que essa

população continue a viver no campo. Para isso, a metodologia utilizada foi um levantamento de referenciais a respeito da temática, análise de dados do IBGE e Ipardes e trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas e questionários que enfocam aspectos socioeconômicos dos entrevistados.

O desenvolvimento da pesquisa apresenta-se estruturado em quatro seções que discutem os seguintes temas: As Mudanças no Espaço Rural Paranaense e os desafios para a Agricultura Familiar; A Região Metropolitana de Curitiba e a sua importância para a Agricultura Familiar; Caracterização da Agricultura Familiar de Quitandinha em relação ao Estado do Paraná; e os Fatores que contribuem para a permanência da população de Quitandinha no campo.

Na primeira seção foram abordadas as mudanças que ocorreram na agricultura paranaense em razão da modernização do campo, procurando mostrar que esse processo não aconteceu de forma simultânea e muito menos idêntica em todas as mesorregiões, pois, em algumas, por apresentarem determinados aspectos naturais favoráveis, houve a aceleração do capital no campo, enquanto que nas outras o processo ocorreu de forma mais vagarosa. Sob esse contexto, o Estado começou a apresentar crescimento de suas áreas urbanas, tornando mais complexa a delimitação do que se caracteriza por rural e do que se caracteriza por urbano. Esses espaços não podem ser vistos como antagônicos, ou separados, não há como apenas enfatizar o rural e deixar de lado o urbano, pois ambos são realidades confluentes e, dessa forma, merecem uma análise de suas especificidades. Sendo assim, procura-se enfatizar a importância que os espaços rurais possuem ou representam no Paraná e que, muitas vezes, são deixados de lado, principalmente quando se trata de pequenos municípios, onde se concentra a Agricultura Familiar.

A segunda seção apresenta os principais aspectos (históricos, sociais, políticos e econômicos) da região metropolitana de Curitiba, que, mesmo com todo o crescimento industrial e do setor de serviços, não afastou dela uma de suas peculiaridades: o baixo grau de urbanização de diversos municípios e a marcante dependência dos mesmos em relação à produção primária. O próprio Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba reconhece a heterogeneidade da região e ressalta a existência de municípios “eminentemente

rurais”, como é o caso de Quitandinha, cujo espaço de produção e de sociabilidades vinculados à agricultura ainda é significativo (COMEC, 2014).

Na terceira seção, aborda-se a realidade da Agricultura Familiar de Quitandinha, com comparações em relação ao Estado do Paraná, buscando-se entender as suas principais características.

Por fim, a quarta seção procura elucidar os motivos que favorecem a permanência da população no campo, mostrando que os principais deles estão relacionados aos aspectos culturais da população e ao seu vínculo com a terra, mas que todavia, para continuarem a viver no campo, submetem-se à ação do capital.

1 AS MUDANÇAS NO ESPAÇO RURAL PARANAENSE E OS DESAFIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A realidade existente no campo nos dias atuais é resultado das mudanças que ocorreram no espaço geográfico, a partir do final da década de 1950 e entre os anos de 1960 e 1970, aproximadamente, principalmente com a mudança de uma agricultura com bases tradicionais para uma mais “moderna”, com a implantação de culturas mecanizadas, investimentos em máquinas, insumos, entre outros.

De acordo com Kageyama (1987, p. 3), esse período representa a fase da “substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria”, em outras palavras, a agricultura deveria ser menos condicionada pelos recursos naturais e pela força de trabalho rural, e tornar-se dependente, cada vez mais, dos produtos industrializados. O objetivo era o aumento da produtividade com a utilização desses produtos. Assim, a agricultura brasileira torna-se um espaço da integração/expansão capitalista, como produtora de matérias primas e de alimentos e consumidora de máquinas e de insumos agrícolas.

Para Brum (1988), algumas características comuns identificam os principais aspectos da modernização do campo, como:

A especialização, com forte tendência à fixação de monoculturas regionais; a viabilização e consolidação da empresa rural capitalista, acompanhada de progressiva desestabilização e desaparecimento da pequena propriedade rural em regime de trabalho familiar; a concentração da propriedade da terra quer através da aquisição de extensas áreas de terras nas novas fronteiras agrícolas, quer pela absorção de pequenas propriedades rurais por parte de médios e grandes produtores; a supervalorização das terras, frustrando as aspirações dos produtores mais fracos; o uso intenso do fator capital (máquinas, implementos, etc.), de um lado, e de mão-de-obra barata de trabalhadores temporários (boias-frias), de outro lado; a elevada utilização de capital de terceiros e a dependência acentuada em relação ao setor bancário (agricultura movida a crédito); o estímulo preferencial e o incremento dos produtores agrícolas de exportação em detrimento das culturas destinadas ao consumo interno (BRUM, 1988, p.69).

Levando em consideração os fatores mencionados, Silva (1999) salienta que essas transformações do meio rural, além de gerarem a concentração de terras,

consequentemente ocasiona a expulsão do homem do campo para as cidades, configurando-se outra realidade no território nacional, tanto no meio político e econômico, quanto no social. O autor ainda enfatiza que esse progresso técnico na agricultura não se fez de maneira homogênea, mas que se firmou de modo parcial, conservador e doloroso. Parcial porque atendeu exclusivamente a algumas regiões brasileiras, além disso, não envolveu todas as etapas dos ciclos produtivos, especialmente dos principais produtos agrícolas nacionais, como café, cana-de-açúcar e outros. Conservador em razão do caráter discriminatório, não contemplado com inovações tecnológicas e crédito rural para todas as categorias de agricultores, além de apresentar uma diferenciação entre as regiões consideradas periféricas. Dolorosa, porque foi responsável por remeter às cidades, entre os anos de 1960 a 1990, um contingente estimado em quase 40 milhões de pessoas sem perspectivas de emprego e de vida digna, acentuando as desigualdades sociais e, consequentemente, a miséria.

Assim sendo, evidencia que o processo de modernização da agricultura aprofundou as características heterogêneas da agricultura brasileira, com a concentração dos investimentos e da modernização nas regiões Sul e Sudeste e, parcialmente, no Centro-Oeste.

1.1 A PASSAGEM DA AGRICULTURA TRADICIONAL PARA A NOVA AGRICULTURA NO PARANÁ

No Paraná, o processo de modernização da agricultura teve o seu princípio entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Para Brum (1988, p. 91), “o Estado sai de seu marasmo secular, de uma agricultura tradicional, rotineira e voltada para subsistência, para uma agricultura mercantil, dinâmica, diversificada e moderna com a disseminação das culturas da soja e do trigo”. As mudanças resultaram na ampla utilização dos novos meios de produção, acarretando em transformações no processo produtivo.

Para Martine (1987) e Brum (1988), dentre os indicadores da modernização da agricultura no Paraná, três têm destaque especial: mecanização (quando um

número maior de produtores passou a utilizar algum tipo de máquina); o uso de insumos agropecuários; e o crédito rural. Foi verificado, durante essa época no Estado, o aumento significativo do uso de tratores, arados, colhedeiças, irrigação, eletrificação, como também o maior uso de aplicação de fertilizantes e defensivos agrícolas, produtos e maquinários indispensáveis à prática da modernização, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1–Paraná: Modernização agrícola, 1970-1996.

TIPOS	PERÍODOS						
	1970	1980	%	1985	%	1996	%
Indicadores							
Arados – Tração Animal	283,215	289,122	2,0	306,617	6,0	200,196	-34,7
Arados – Tração Mecânica	18,883	90,526	379,4	97,570	7,8	99,032	1,5
Máq. de Plantio/Colheita	19,719	87,838	345,4	96,607	9,9	106,482	10,2
Tratores	18,619	81,727	338,9	100,919	23,4	130,828	29,6
Fertilizantes	56,424	207,011	266,9	229,143	10,7	221,754	-7,4
Defensivos	-	336,664	-	340,245	1,0	326,284	-13,9

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970,1980,1985 e 1996.

Com os dados contidos na Tabela 1, é possível observar o aumento do número de tratores entre os anos de 1970 e 1980, totalizando um crescimento de 338,9%. Nos anos seguintes (1985 a 1996), a aquisição de tratores segue em alta, porém em menor intensidade do que do que no período anterior. Da mesma forma, houve elevação em outras atividades, como o uso de arados de tração mecânica, que aumentou expressivamente, registrando 379.4%, ao passo que os arados de tração animal obtiveram apenas 2% de aumento entre 1970 a 1980, e nos anos seguintes, somente o arado de uso de tração mecânica apresenta crescimento.

Outro indicador analisado é a ampla utilização de máquinas de plantio e de colheita. Até 1970, o Paraná contava com 19.719. Esse número passa para 87.838 unidades, com aumento percentual de 345, 4%, no período de 1970 a 1980. Em

relação à 1985, constata-se um percentual de 9,9% de aumento desse ano para 1996, apresenta-se um crescimento de 10,2%.

Analisando os dados entre 1985 e 1996, pode-se observar que há uma estabilidade nas inovações da agricultura. Para Andrade (2005, p.59), “essa aparente queda de aquisição de tratores e máquinas para plantio e colheita é aclarada nos últimos anos, por conta do melhoramento das máquinas mecânicas, o que ocasiona maior eficácia desses meios modernos de produção”.

Os dados da Tabela 1, também apresentam o consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas, de 1970 a 1996. Esse último atingiu níveis de crescimento abusivos, embora não se tenha dados relativos ao montante na década de 70. Por outro lado, verifica-se que, na década subsequente, o uso ocorreu em 336.664 estabelecimentos agrícolas. No entanto, em 1985, esse percentual caiu para 1,0% e, em 1996, apresentou índice negativo de -13,9. Do mesmo modo, a ingestão de fertilizantes ascendeu em 266,9% entre as décadas de 70/80, aumentando para 10.7 % em 1985 e passando para saldo negativo de -7.4%, em 1996.

Com todos os indicadores citados, é admissível compreender que o processo de modernização da agricultura no Brasil e principalmente no Paraná, se configurou de maneira acelerada. Contudo, pode-se afirmar que essa rapidez não ocorreu de forma homogênea para todas as regiões do Estado e nem abordou todas as categorias sociais que viviam no campo.

No caso da Região Metropolitana de Curitiba, as manifestações do processo da modernização agrícola, em alguns municípios, foram se inserindo de forma lenta e gradual e não envolveram os produtos da pauta da modernização (soja, milho, trigo, etc.), já que não apresentava as condições “ideais” para implementação global do “pacote tecnológico”, porque mostravam uma importante heterogeneidade ambiental, ou seja, relevo muito ondulado e montanhoso e áreas com solos mais rasos e frágeis ao uso intensivo dessa produção (MADE, 1997). Dessa forma, esse processo ocorreu por meio de outras produções, como a de batata e cebola, dos hortigranjeiros e da produção leiteira, com a utilização de técnicas modernas.

1.2 A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DIANTE DO PROCESSO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Os impactos decorrentes do modelo adotado de modernização da agricultura no Paraná foram diversos, dentre eles o favorecimento da permanência e expansão da média e grande propriedade, beneficiadas pelas políticas agrícolas adotadas, usufruindo de crédito agrícolas e, conseqüentemente, sendo a maior consumidora de máquinas e fertilizantes. De acordo com Serra (2010), o Estado nada fez, na época, para ajudar os menos capitalizados, pelo contrário, para facilitar o desenvolvimento da nova agricultura, liberou financiamentos a juros subsidiados para beneficiar os médios e grandes produtores. O interesse político do Estado não era mais manter o homem no campo, produzindo para a subsistência e vendendo o excedente, mas favorecer a agricultura capitalista que visava produzir para o mercado.

Com isso, os grandes e médios proprietários transformaram-se em agricultores modernos, especializados e integrados ao mercado nacional e internacional. Por outro lado, houve uma inserção diferenciada dos agricultores camponeses na modernização, acarretando uma diferenciação social no seio deles e, também, a exclusão de muitos agricultores desse processo, cuja única alternativa foi a saída do meio rural.

Segundo Corona (2013), a inserção diferenciada dos agricultores que não estavam incluídos como grandes ou médios proprietários se revelou em três direções: os agricultores que potencializaram seus recursos naturais, financeiros e familiares, aderindo ao pacote tecnológico e ampliando o acesso à terra; os agricultores que assimilaram parte das inovações tecnológicas pelos limites que enfrentavam (terra, recursos financeiros etc.); e aqueles que ficaram excluídos ou tiveram acesso precário à modernização do campo, aos quais restaram apenas as áreas degradadas na própria região, e apresentando algumas “precariedades”.

Conforme assegura Brumer (1993), sobre essas precariedades: a precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção (especialmente da terra), caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção, pobreza da população engajada nas atividades

agropecuárias, constatadas na grande mobilidade espacial e dependência diante da grande propriedade.

A partir dessa análise, é possível compreender que o processo de modernização não ocasionou uma homogeneização do campo, mas uma heterogeneidade nesse ambiente. Porém, o campo ficou associado somente entre a questão de grande, média e pequena produção. As médias e grandes produções ficaram relacionadas à agricultura de base empresarial e a pequena produção à agricultura de base camponesa tradicional.

1.3 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITUALIZAÇÃO

No final da década de 1980 e início de 1990, a categoria de “pequena produção” foi adotada como explicativo para o cenário vivido pela maioria dos agricultores e, de maneira geral, era sinônimo de “rudimentar”, como mostra Abramovay (1997)

O uso da expressão Agricultura Familiar no Brasil é muito recente. Até dois anos atrás, os documentos oficiais usavam de maneira indiscriminada e como noções equivalentes “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”. Da mesma forma, a grande maioria dos textos acadêmicos voltados a este tema adotava os mesmos termos. Um dos grupos do Programa Integrado de Pesquisas Sociais em Agricultura o PIPSA, que existe desde 1979, chamou-se até recentemente “diferenciação social da pequena produção”. Também no interior do movimento sindical, era a defesa dos “pequenos produtores” que mobilizava grande parte de sua atuação. Pequena produção, agricultura de baixa renda ou de subsistência envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades. Em última análise aquilo que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições muito precárias, que tem um acesso nulo ou muito limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos. Que milhões de unidades chamadas pelo Censo Agropecuário de “estabelecimentos” estejam nesta condição, disso não há dúvida. Dizer, entretanto que estas são as características essenciais da agricultura familiar é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos. (ABRAMOVAY, 1997, p.4).

As terminologias não eram suficientes para explicar a complexidade existente entre os agricultores e, assim, no final do século XX, começa-se a utilizar o termo Agricultura Familiar, enfatizando que nem sempre ela está associada à pequena produção ou à “pobreza”, pois, como demonstram as pesquisas organizadas por Lamarche (1993), há uma produção de base familiar em pequena escala como também em média e até grande escala, com graus variados de tecnificação e inserção no mercado.

A partir desse momento, a Agricultura Familiar começa a ser destaque, já que ela é responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil e, conseqüentemente, é geradora de empregos e renda no campo, assim como contribui para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e o desenvolvimento local.

Por apresentar ser diverso, o debate sobre o conceito da “Agricultura Familiar” também é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas das diferentes entidades representativas dos agricultores, dos intelectuais que estudam a área rural e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

Para alguns estudiosos dessa temática, como Abramovay (1997, p.3), a Agricultura Familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vem de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Para Wanderley (2001), a Agricultura Familiar é uma forma de produção, na qual, a família, além de ser dona da terra, é responsável pelo trabalho desenvolvido em sua propriedade. A autora salienta que o caráter familiar não é apenas uma forma de se caracterizar tal atividade, pois ele possui a capacidade de revelar suas características econômicas e sociais.

De acordo com Buianain (2003), a Agricultura Familiar é um modelo de agricultura no qual o trabalho é coordenado pela própria família, sendo ela a principal responsável pela produção. Na visão de Martins (2001), a Agricultura Familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Já para Lamarche (1993), a Agricultura Familiar se caracteriza pela propriedade e trabalho estarem intimamente

ligados à família, existindo, também, a transmissão do patrimônio e a reprodução do modo de trabalho.

Com base nas conceitualizações realizadas pelos autores citados, é possível compreender que algumas características são essenciais e estão presentes em todas as concepções. Como afirma Tedesco (2001),

[...] existem alguns atributos que são gerais na discussão sobre agricultura familiar, como: a família proprietária dos meios de produção, a família é que realiza o trabalho na terra, apresentam algumas modalidades de produção e manifestações de valores e tradições (patrimônio sociocultural) e tudo é feito em torno da e para a família (TEDESCO, 2001, p.11).

Na esfera governamental, a Agricultura Familiar foi incluída como propriedade na segunda metade da década de 1990, quando foi lançado o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em agosto de 1995. Inicialmente, era apenas uma linha de crédito para custeio, depois essa linha de crédito, seguindo as reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), culminou na criação do Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (PRONAF¹), em 1996.

Nesse contexto de discussões governamentais, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (1996) definem a Agricultura Familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte por ela; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão, em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

O INCRA ainda indica três estágios para classificar o desenvolvimento da Agricultura Familiar, sendo eles a Agricultura Familiar Consolidada, de Transição e a Agricultura Familiar Periférica. A primeira consiste em um modelo no qual os produtores estão integrados ao mercado, possuindo acesso às inovações

¹O PRONAF financia projetos coletivos ou individuais para agricultores familiares. A princípio, é necessário que a família analise suas demandas. Após verificar as necessidades para a produção da família ou do grupo de agricultores familiares, deve-se procurar o sindicato rural ou EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - para adquirir a declaração de aptidão do PRONAF, que vai conceder o crédito de acordo com a renda e as atividades exploradas pelo agricultor. Disponível em: <www.mda.gov.br>.

tecnológicas e políticas públicas. Além disso, a maioria dos seus estabelecimentos funciona com características e em padrões empresariais. A Agricultura Familiar de Transição é composta por agricultores que não estão efetivamente integrados ao mercado e estão parcialmente atrelados às inovações tecnológicas, sem acesso à maioria das políticas públicas e programas do governo que trabalham em favor da Agricultura Familiar. Com relação à Periférica, a manutenção de seu funcionamento é viabilizada economicamente, constituída por aproximadamente 50% dos estabelecimentos rurais que formam a Agricultura Familiar no Brasil (FAO/INCRA, 1994).

Atualmente, o critério de Agricultura Familiar para fins governamentais é estabelecido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que considera como agricultores familiares, as pessoas que administram e trabalham com mão de obra da própria família nas atividades de seu estabelecimento, que não pode ser maior que quatro módulos fiscais, compreendidos como unidades territoriais determinadas pelos tipos predominantes de exploração e de renda obtida em escala municipal.

Para Abramovay (1997), cada setor constrói categorias de acordo com a finalidade de utilização. Assim, a definição de Agricultura Familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística em um estudo acadêmico. O autor salienta que o importante é que se considere se a gestão, propriedade e o trabalho são familiares.

A análise realizada nessa pesquisa teve como base os dados do Censo Agropecuário de 2006, disponíveis no sítio do IBGE. Esses dados foram organizados a partir do critério de Agricultura Familiar estabelecido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e da classificação do INCRA, para analisar o desenvolvimento da Agricultura Familiar, fazendo uso, também, da contribuição de estudiosos da temática para elucidar os aspectos culturais e sociais.

1.4 AS MANIFESTAÇÕES DOS ESPAÇOS RURAIS NO PARANÁ

Com as mudanças decorrentes da Modernização da Agricultura, o campo e as cidades começam a apresentar novas configurações. Assim, pode-se afirmar que

se torna cada vez mais complexo conceituar o que é rural e o que é urbano, fazendo surgir novos questionamentos: O que permite a identificação de uma área como urbana ou rural? É o predomínio das atividades que ali se desenvolvem? É o modo de vida? Quais são as características do ambiente?

No Brasil, tem-se uma definição oficial de rural e urbano, que é utilizada pelos órgãos governamentais:

[...] é baseada na lei e desconsidera o mensuramento de características como o tamanho populacional, ocupação, renda ou pressão antrópica. A classificação baseia-se nas áreas, sendo a população classificada como rural ou urbana de acordo com a localização de seu domicílio. Para o IBGE são urbanas as sedes municipais (cidades) e as sedes distritais (vilas), cujos perímetros são definidos por *lei municipal*. Também são consideradas urbanas as *áreas urbanas isoladas*, igualmente definidas por lei municipal, porém separadas das cidades ou das vilas por área rural ou outro limite legal. As áreas rurais são aquelas fora dos perímetros definidos como urbanos (IBGE, 2000, v.7).

Essa definição não é suficiente para explicar a realidade no país e nem para fomentar debates e, muito menos, orientar trabalhos geográficos a respeito da temática. Para Endlich, (2006), a maioria dessas delimitações a respeito do que é rural e do que é urbano não tem importância alguma se não contribuir para o entendimento das dinâmicas sociais.

De acordo com Marques (2002), existem atualmente duas amplas abordagens sobre as definições de campo e de cidade: a dicotômica e o *continuum*. Na abordagem dicotômica, o campo se opõe a cidade; já na abordagem do *continuum*, a industrialização seria elemento que aproximaria o campo da realidade urbana. Para ele, as autoras Sorokin, Zimmermann e Galpin (1986) são referências da *abordagem dicotômica* e enfatizam diferenças entre rural e urbano. Marques (2002) destaca que classificam essas diferenças da seguinte forma:

[...] (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação; e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade

social e (8) diferenças na direção da migração. (MARQUES,2002,p.100).

A outra abordagem seria o contrário, pois ainda de acordo com Marques (2002, p.101),“o *continuum* admitiria maior integração entre cidade e o campo”. E dentro dessa abordagem do *continuum*, são empregadas duas vertentes, como assegura Wanderley (2001). Segundo o autor, a primeira é centrada no urbano, sendo ele a fonte de melhoria, enquanto o polo rural é expressão do retrocesso, estando fadado à redução pela expansão do urbano. Juntamente com a teoria da urbanização do campo, essa visão do *continuum* revelaria o fim da realidade rural. A segunda vertente do *continuum* vincula o rural ao urbano, sendo que, mesmo com ênfase nas semelhanças, suas peculiaridades não desapareceriam. Dessa forma, essa segunda vertente reafirma a existência de um complexo rural. E, apesar de muitos acreditarem no fim do rural, a realidade deixa em evidência que o mesmo apresenta uma capacidade de suportar mudanças, transformando-se, construindo-se e reconstruindo-se. Para Wanderley (2001), não estamos vivenciando o fim do mundo rural, mas sim a emergência de uma nova ruralidade.

A ideia de ruralidade (s) se refere ao processo social, diz mais sobre o rural no processo de transformação e faz referência não exatamente a um espaço ou a um modo de vida, porém às “manifestações do rural” (Carneiro, 2003). É levando em consideração essas “manifestações do rural” que esta pesquisa está sendo desenvolvida, ou seja, procurando demonstrar as dimensões e a importância dos espaços rurais em pequenos municípios do Estado.

No Gráfico 1, é possível observar essa dimensão pelo número de estabelecimentos rurais existentes no Paraná, conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006.

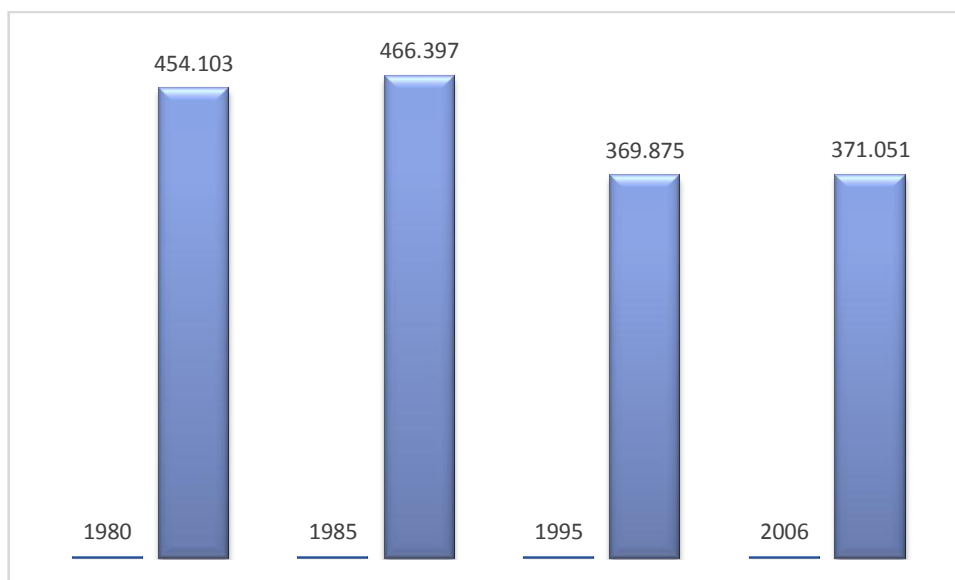


Gráfico 1 – Paraná: Evolução dos estabelecimentos agropecuários. 1980 - 2006
 Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Analisando o número absoluto de estabelecimentos agropecuários no Paraná entre 1980 a 2006, é possível observar um pequeno aumento entre os anos de 1995 e 2006, de 369.875 em 1995 para 371.051 no ano de 2006. Foi registrado entre esses anos um acréscimo de 1.176 estabelecimentos agropecuários. Tal variação representa a interrupção do processo de diminuição do número de estabelecimentos, bastante intenso até meados da década de 1990.

Esse aumento dos números de estabelecimentos nos respectivos anos pode ser explicado pelas políticas públicas adotadas nesse período, que impulsionaram principalmente o desenvolvimento da agricultura nos pequenos estabelecimentos, pois foram estes que apresentaram aumento, como pode ser observado na Tabela 2, quando se faz uma avaliação mais detalhada, segundo estratos de área.

Verifica-se, que os estabelecimentos com menos de 10 hectares determinaram a elevação do número total de unidades agropecuárias no Paraná, uma vez que 165,5 mil propriedades se enquadraram no referido grupo em 2006, acima das 154,6 mil contabilizadas em 1996. Com esse crescimento, da ordem de 7,0%, os estabelecimentos com menos de 10 hectares passaram a representar 44,6% do conjunto das unidades do setor primário do Paraná, ampliando a participação de 41,8% observada em 1996.

Tabela 2 – Estado do Paraná. Estabelecimentos rurais, segundo estrato de área – 1985, 1995 e 2006

Grupo de Área	1985		1995		2006	
	Número	Part. (%)	Número	Part. (%)	Número	Part. (%)
Menos de 10 há	229 015	49,1	154 620	41,8	165 513	44,6
De 10 ha a menos de 100 há	212 247	45,5	188 305	50,9	170 403	45,9
De 100 ha a menos de 1 000 há	23 425	5,0	25 432	6,9	25 112	6,8
1 000 ha e mais	1 548	0,31	450	0,41	191	0,3
Não declarado	162	0,0	68	0,0	8 832	2,4
Total	466 397	100,0	369 875	100,0	371 051	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985, 1995 e 2006.

Por outro lado, os demais grupos de área perderam representatividade, cabendo mencionar a queda de 50,9% para 45,9% da importância relativa dos estabelecimentos de 10 a menos de 100 hectares e o recuo de 6,9% para 6,8% das unidades na faixa de 100 a menos de 1.000 hectares. Em relação à participação do estrato superior, que engloba os estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares, houve redução de 0,4%, em 1996, para 0,3%, em 2006.

Esses dados mostram que, no Estado do Paraná, as maiores áreas ficam sob o domínio do agronegócio² (caracterizado pelas grandes propriedades), como já citado. No entanto, o maior número de estabelecimentos é representado pelas pequenas áreas, onde, na maioria delas, tem-se a Agricultura Familiar que, segundo Schneider e Gazzolla (2011), é a responsável pelo desenvolvimento rural da atualidade.

No Estado, por exemplo, existem algumas mesorregiões paranaenses onde o agronegócio tem destaque, como é a situação do Noroeste, Norte Pioneiro, Centro-Oriental e Centro Ocidental. Em outras partes, a Agricultura Familiar destaca-se

²O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país, guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg, nos anos 1950. O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial, comercial e de serviços (LEITE, 2012, p.79).

como nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba. Conseqüentemente, são nessas regiões que se observa o aumento dos pequenos estabelecimentos, pois, em um exame pormenorizado em nível territorial, verifica-se que algumas mesorregiões registraram aumento nas unidades agropecuárias, mas com padrões diferenciados de crescimento. Enquanto a ampliação do número global de estabelecimentos da Mesorregião Centro-Sul decorreu, principalmente, do incremento registrado no estrato de 10 a menos de 100 hectares, a elevação observada nas mesorregiões Norte Central, Sudeste e Metropolitana de Curitiba refletiu a ascensão do número de estabelecimentos com menos de 10 hectares.

Com esses dados, é possível observar, nas mesorregiões do Paraná, áreas que apresentam fortes concentrações fundiárias, contudo, têm-se também, territorialidades de pequenos estabelecimentos em que esses vêm apresentando crescimento, como é o caso da Região Metropolitana de Curitiba, com a presença de uma área rural que, muitas vezes, parece invisível por estar muito próxima à capital do Estado, tornando-se, assim, uma realidade pouco observada e analisada (QUEIROGA, 2006).

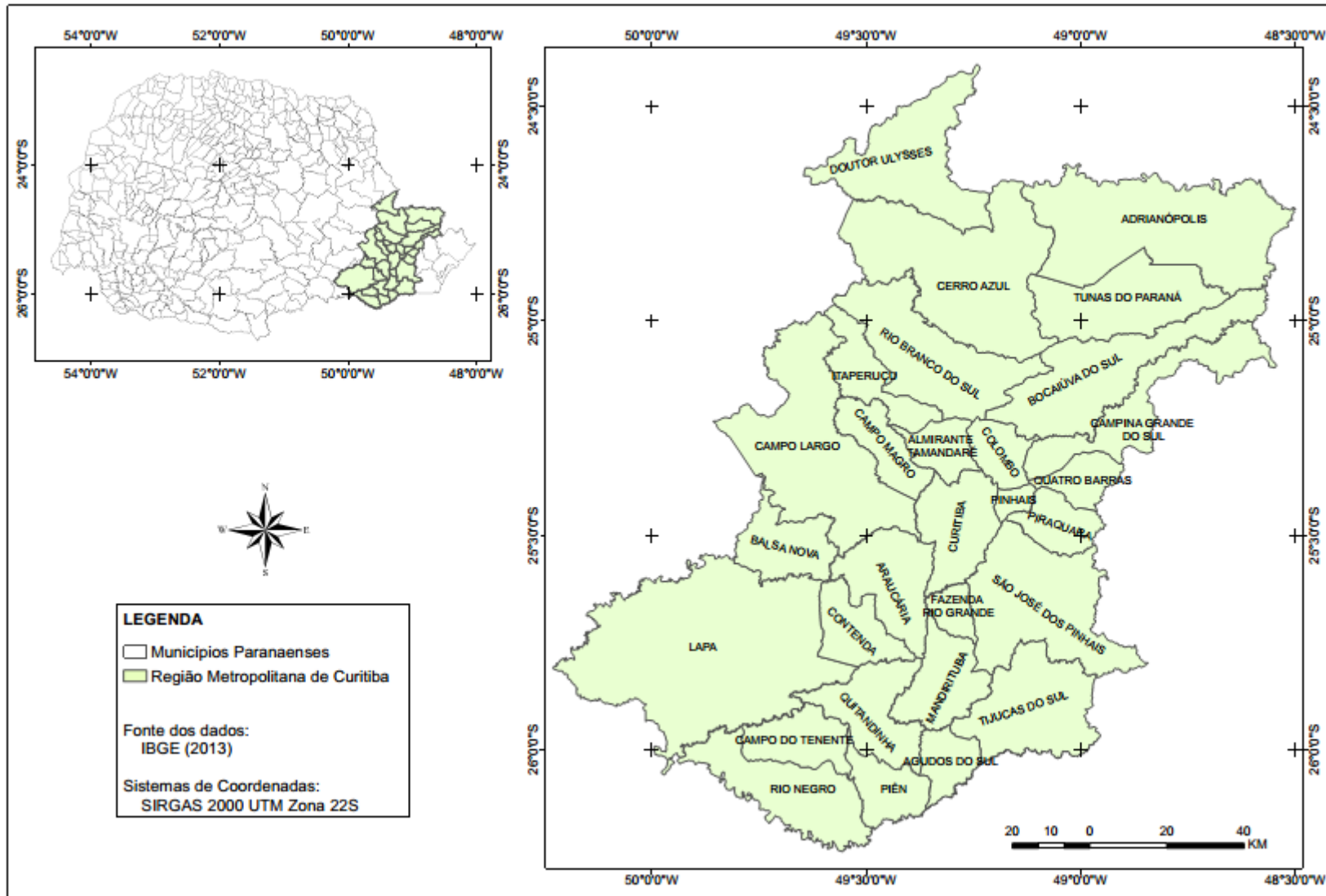
Com isso, é aceitável entender que, apesar de a Região Metropolitana de Curitiba apresentar um forte processo de industrialização, o espaço de produção e de sociabilidades vinculadas ao rural ainda é significativo, mostrando, também, que esses espaços rurais não são definidos somente pelas atividades de produção, sobrevivência ou moradia no campo. Além disso, esses espaços são complexos, englobando áreas de produção extensiva, agricultores familiares e um setor de subsistência representativo.

A segunda seção procura retratar que, apesar da Região Metropolitana de Curitiba ser vista como uma área de forte industrialização, a mesma apresenta existência de municípios eminentemente rurais.

2. A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A Região Metropolitana de Curitiba situa-se a Leste do Estado do Paraná, na latitude 25°25'50"S e na longitude 49°16'15" W. Localiza-se no Primeiro Planalto, nas Bacias do Alto Iguaçu e do Ribeira, próxima às escarpas da Serra do Mar, que atua como um grande divisor de águas entre as bacias hidrográficas do litoral e do Primeiro Planalto (COMEC, 2001).

De acordo com a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 2014), esta foi criada em 1973 e, atualmente, é constituída por 29 municípios, ocupando a oitava posição como região metropolitana mais populosa do Brasil, com 3.223.836 habitantes, concentrando 30.86% da população Paranaense e com uma extensão territorial de 16.581,21km².



Mapa 1 – Localização da Região Metropolitana de Curitiba.
Fonte: IBGE, 2013. Elaboração: SIQUEIRA, J. M. 2015

A Tabela 3 apresenta os municípios que primeiro constituíram essa Região, os desmembramentos e a inclusão de outros municípios por meio das legislações estaduais.

Tabela 3 – Municípios que compõem a região metropolitana de Curitiba.

INSTITUIÇÃO ORIGINAL	MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS	INCLUSÃO/LEGISLAÇÃO ESTADUAL
LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 14/73		
ALMIRANTE TAMANDARÉ	Campo Magro	Adrianópolis (Lei Estadual 11.096/95)
ARAUCÁRIA		Agudos do Sul (Lei Estadual 12.125/98)
CONTENDA		Campo do Tenente (Lei Estadual nº 139/11)
BALSA NOVA		Cerro Azul (Lei Estadual nº 11027/94)
BOCAIUVA DO SUL	Tunas do Paraná	Doutor Ulisses (Lei Estadual nº 11.027/94)
CAMPINA GRANDE DO SUL	Itaperuçu	Lapa (Lei Estadual nº 13.512/02)
CURITIBA		Piên (Lei Estadual nº 139/11)
CAMPO LARGO		Quitandinha (Lei Estadual nº 11.027/94)
MANDIRITUBA	Fazenda Rio Grande	Rio Negro (Lei Estadual nº 139/11)
COLOMBO		Tijucas do Sul (Lei Estadual nº 11.027/94)
PIRAQUARA	Pinhais	
QUATRO BARRAS		
RIO BRANCO DO SUL		
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS		

Fonte: COMEC, 2015.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E OCUPAÇÃO DA TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A Região Metropolitana de Curitiba é considerada uma das regiões mais antigas do Estado do Paraná. A partir do século XVII, foi tomada por grupos lusopaulistas, estimulados pela mineração do ouro. Esse período marcou a economia da RMC e colaborou para a fundação da Vila de Curitiba e para a abertura de vias de comunicação com o litoral, o que proporcionou o desenvolvimento inicial da região (WACHOWICZ, 1988).

Concomitante à exploração do ouro, a região se inseriu na “rota do tropeirismo”, pelo caminho de Viamão, que interligava o Rio Grande do Sul à Feira de Sorocaba, em São Paulo. A atividade pecuária se desenvolveu e possibilitou a integração desse espaço com São Paulo no processo de produção e comércio de gado. A produção pecuária ocorria em grandes extensões de terras adquiridas pela concessão de sesmarias, onde se utilizava a mão de obra escrava. Paralelo a essas fazendas-sesmarias (latifúndios), que tendiam a se desmembrar com as heranças, existiam, também, os chamados sítios. Esses eram pequenas propriedades (minifúndios), exploradas e ocupadas por posseiros³, situadas nas proximidades dos povoados e nas margens da estrada das tropas. Entre os sítiantes, raros eram os que possuíam escravos, e normalmente eram um casal que cuidava de uma dezena de vacas, alguns cavalos, muares e animais de pequeno porte, como suínos e aves. Esses sítiantes plantavam feijão, milho e mandioca e abasteciam as tropas que passavam pela região (WACHOWICZ, 2001).

Com o passar do tempo, as atividades dedicadas à criação foram sendo transferidas para os Campos Gerais (MARTINS, 1995) e, começa, também, o declínio nos preços dos animais. Desta forma, a pecuária extensiva nas áreas próximas de Curitiba perdeu sua força econômica e se intensificaram outras atividades agrícolas.

Nas primeiras décadas do século XIX, inicia-se, com a extração da erva mate, um novo período econômico na RMC. Essa atividade era realizada nos ervais nativos da região, na estrutura de subsistência das grandes fazendas ou nas áreas

³Posseiros são aqueles que detêm apenas a posse, mas não a propriedade da terra; em outras palavras, usufruem da terra sem que detenham a propriedade jurídica da mesma (SILVA, 2001, p.77).

de matas mais afastadas de Curitiba, por posseiros, geralmente concomitante à criação de animais domésticos. A extração de erva-mate colaborou para que Curitiba e seu entorno passassem por mudanças favoráveis, reduzindo a entre 1815 e 1850, em consequência de seus bons resultados.

Mas a fase de prosperidade da erva-mate não durou muito. Todo o período de sua exploração foi composto de altos e baixos e, em dezembro de 1853, época da emancipação do Paraná⁴, a produção já estava em crise. Nessa ocasião, o presidente da Província recomendava a abertura de novos mercados, tamanha era a preocupação com a concorrência em outras áreas que já apontavam o beneficiamento do mate, aplicava-se força de trabalho e capital em maior proporção do que realmente comportava, sendo necessário reduzir o número daqueles que subsistiam exclusivamente dessa produção (BALHANA *et al.*, 1969). A concorrência com a produção argentina e a baixa qualidade do produto nacional, por fraudes, e, mais tarde, pela possibilidade de exploração e exportação regional de erva-mate do sudoeste do Estado, fizeram com que a crise da atividade se acentuasse no final do século XIX (STECA; FLORES, 2002).

No século XIX, o Paraná sofreu os impactos das mudanças que ocorriam na sociedade brasileira. As leis que limitavam a oferta de mão de obra escrava (Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário) dificultaram a situação dos fazendeiros cafeicultores de São Paulo, que em busca de mão de obra, começaram a comprar escravos das províncias vizinhas (Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Paraná). No Paraná, esses escravos encaminhados a São Paulo eram tirados, principalmente, das atividades agrícolas das fazendas que abasteciam os mercados de Curitiba e região. Como resultado, na década de 1850, começou a baixar a produção de alimentos como feijão, milho, farinha de mandioca etc., e ocorreu, então, um grande aumento de custo de vida nas cidades. A partir de 1852, os preços dos alimentos chegaram a subir 200%. Era a primeira grande inflação da história brasileira, denominada, na época, de carestia (WACHOWICZ, 2001).

Nesse contexto é que se estabelece uma política de estímulo à vinda dos imigrantes europeus. A expectativa de “branqueamento” da população e as

⁴ Até 1853 o Paraná era considerado Comarca do Estado de São Paulo, no entanto, mas já vinha lutando por sua autonomia política. (WACHOWICZ, 2001).

possibilidades de um novo ritmo de desenvolvimento (em função dos conhecimentos e práticas “racionais” dos imigrantes) colocavam a região no circuito da modernização brasileira. Os imigrantes eram considerados mais aptos pelos conhecimentos com o trato da terra, o cultivo, a colheita, o uso de equipamentos e comercialização dos produtos.

Com a chegada das famílias européias formou-se, no entorno de Curitiba, várias colônias de imigrantes, constituídas de pequenas unidades (de 5 a 15ha) familiares, as quais precedem a formação de núcleos de população hoje designados de “comunidades rurais”⁵. Esse processo migratório foi resultado da política de incentivo de Adolfo Lamenha Lins, que presidia a Província do Paraná entre 1875 e 1877, diferente de outras experiências de colonização que ocorreram no Brasil⁶. Dessa maneira, pode-se afirmar que a colonização, nessa região, ocorreu com a seção de terras devolutas e as colônias foram estruturadas com base na propriedade da terra, na mão de obra familiar e na produção para o abastecimento alimentar dos cidadãos e dos envolvidos nas atividades extrativas.

Segundo Balhana *et al.* (1969), a imigração introduziria, no meio rural paranaense, elementos de renovação que iniciariam o processo de mudanças de sua estrutura agrária. O processo de imigração provocou mudanças significativas na região de Curitiba, resultando no surgimento de uma classe média rural, na desagregação da sociedade tradicional e no contínuo recuo do latifúndio, devido a implantação de pequenas propriedades.

A política de estímulo à imigração fez com que, entre 1872 e 1900, a região do entorno de Curitiba recebesse aproximadamente 30.000 imigrantes e, de 1900 a 1920, mais 27.000. Predominavam os poloneses, italianos, alemães, seguidos por

⁵As comunidades rurais são áreas com limites físicos definidos por relações de “pertencimento” estabelecidas pelos próprios grupos. Alguns limites são barreiras físicas, em geral curso de água, áreas de mata mais preservadas, serras ou vertentes de maior declividade; outros são limites políticos-administrativos (DIAS e SANTOS, 2012).

⁶De acordo com Lamenha Lins, em 1874, alguns aspectos contribuíram para que a colonização no Brasil não fosse bem sucedida, como: a falta de vias de comunicação, a carência de capitais a juro módico, a ausência de completa instrução profissional aplicada à exploração da terra; a imperfeição da lei sobre locações de serviços; alguns defeitos de nossa legislação civil; a propriedade territorial esterilizada pelos grandes proprietários que a inutilizam à falta do respectivo imposto; a carência de um cadastro que a discrimine do domínio público e, medida e dividida em lotes, torne-se acessível ao pequeno lavrador e ao colono; são, com outras, as causas que embaraçam a colonização nacional e estrangeira e o desenvolvimento da nossa agricultura em uma terra mais que própria para atrair os braços que lhe podem dar vida (PARANÁ, 1869).

franceses, ingleses, suíços, russos, espanhóis, holandeses (KARAM, 2001). Esse fato foi um dos fatores que favoreceu a criação de novos municípios, próximos a Curitiba, em sua maioria tendo como base econômica a agricultura. Pode-se dizer que a agricultura, nessa região, desenvolvia-se em pequenas propriedades e nos moldes “tradicionais”. Para Brum, (1980) este sistema:

[...] se caracterizava pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e a mão de obra direta. O objetivo primeiro da produção é a alimentação da família, sendo o excedente destinado à comercialização. Era praticado em pequenas propriedades, que foram se subdividindo sempre mais em virtude das partilhas por herança. Os instrumentos de trabalho eram simples: foice e machado, para o desbravamento e derrubada do mato; enxada e arado de tração animal, para o preparo do solo e controle de ervas daninhas; máquina manual de plantar; foicinha de cortar trigo, arroz, etc.; máquina manual de matar formiga; carroça e outros veículos de tração animal, para o transporte, além de outros. As técnicas de preparação do solo, cultivo, colheita, etc, eram fruto da experiência e se transmitiam de uma geração para a seguinte, aperfeiçoadas lentamente. A sabedoria da vida e do trabalho tinha grande valor. As principais energias utilizadas eram oriundas diretamente da própria natureza: energia humana e animal, da água e do vento. Em cada propriedade rural, cultivada pelos membros da própria família, produziam-se grande variedade de produtos: milho, mandioca, trigo, arroz, feijão, abóbora, amendoim, lentilha, centeio, aveia, ervilha, alfafa, cana de açúcar, erva-mate, batata inglesa, batata doce, etc. Junto à residência da família, ficava a horta, onde se produziam hortaliças, verduras e legumes, e o pomar, com árvores frutíferas – tudo voltado diretamente ao consumo da família rural. Igualmente, na propriedade rural tradicional criavam-se animais domésticos e aves, quer para o consumo próprio (leite, carne, ovos, etc.) quer para o transporte e as lides da lavoura (principalmente bois e cavalos) e mesmo para comercialização (suínos, em maior escala). (BRUM, 1980, p. 56-57)

Com essa heterogeneidade, entre o rural (representado pelos pequenos municípios da RMC) e o urbano (Curitiba e municípios muito próximos), tem-se a aprovação do Código de Postura de Curitiba e, no final do século XIX, foram definidos os limites entre eles e estabelecidos os planos de ocupação do rural no entorno de Curitiba, seguindo o modelo dos “cinturões verdes”⁷, já existentes na

⁷ Cinturão verde é uma área verde que pode ser composta por parques, chácaras, reservas ambientais, jardins ou pomares localizados ao redor de uma cidade (na área periférica). Os cinturões verdes são de grande importância para a manutenção da qualidade de vida dos habitantes dos centros urbanos, principalmente das grandes cidades, pois são áreas de produção agrícola voltadas

Europa. Segundo Karam (2001), isso demonstrava que o rural se reafirmava como espaço para auxiliar no processo de urbanização, pois as preocupações eram com o atendimento das demandas da cidade, tanto por alimentos quanto pela mão de obra destinada a outras atividades, incluindo serviços domésticos.

Em 1975, através da Lei Complementar nº 14, foi criada a COMEC - Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba. Em 1978, é instituído o I Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da RMC, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O PDI promoveu investimentos em saneamento básico, sistemas de transporte público, equipamentos urbanos e sistema viário metropolitano, bem como estabeleceu uma política de uso do solo vinculada à proteção dos mananciais hídricos (IPARDES, 2005). Especificamente para a área rural, recomendava: a exploração mineral em municípios da região oeste; a horticultura nas regiões nordeste e sudeste; a bacia leiteira ao leste (mais próximo de Curitiba); e a exploração agrícola intensiva ao sul, pelos solos apropriados. Essas recomendações eram acompanhadas de toda tecnologia que promoveu a modernização do campo brasileiro, inserindo, assim, a RMC nesse processo, porém isso não eliminou algumas particularidades características da agricultura tradicional.

2.2 DIMENSÕES DO RURAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

O processo de modernização da agricultura paranaense foi acompanhado de uma concentração fundiária significativa, representada pela eliminação de 100.385 estabelecimentos agropecuários somente na década de 1970, dados apresentados na primeira seção. Esse fato teve forte impacto nas relações campo-cidade no Estado, com a diminuição do crescimento da população estadual e a inversão da situação rural-urbana, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970. Nesse sentido, o crescimento populacional, que era de 10,30% nos anos de

para a produção de frutas e hortaliças, abastecendo assim o mercado consumidor das cidades próximas. A vantagem é que a localização favorece o transporte destes gêneros agrícolas, deixando-os mais frescos, baratos e com menor pegada ecológica (menos transporte significa menos poluição do ar). Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/cinturao_verde.htm>. Acesso em 11 fev. 2016.

1960, passa a ser de 6,28% na década de 70, chegando a apenas 1,07% e 0,81%, nas décadas de 1980 e no ano de 1991, respectivamente, de acordo com os censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

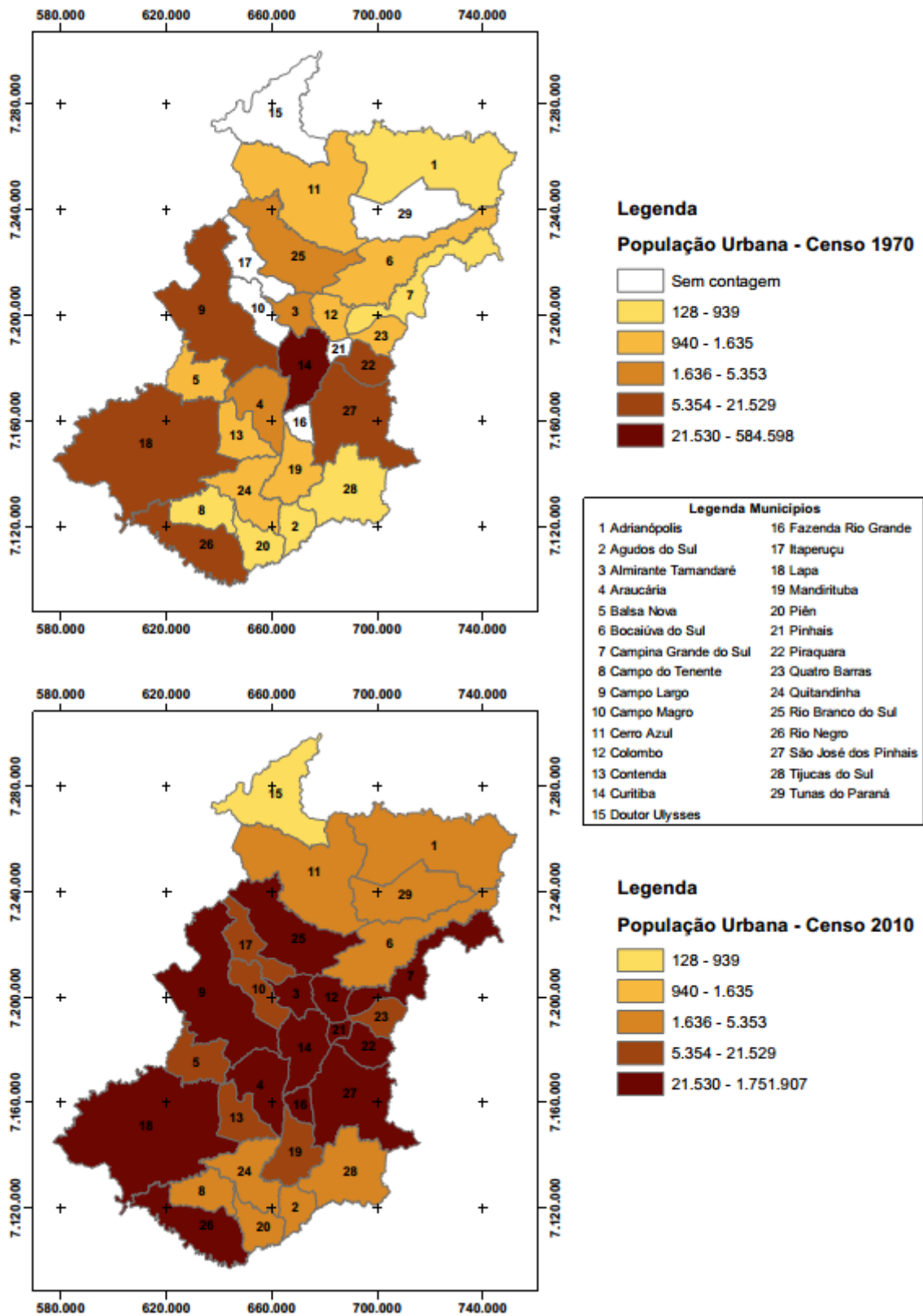
Se, de um lado, houve desaceleração no ritmo de crescimento populacional no período analisado, por outro, constatou-se a inversão da base populacional do Estado, marcada pela concentração da população no meio rural até o final da década de 1960. No final dos anos de 1960 e a partir de 1970, o que se observa é a superação da população rural pela urbana, passando a ser representada pela porcentagem de 41,07% da população residindo no campo e 58,93% de residentes na cidade (IBGE, 2010).

No âmbito do movimento de transferência da população rural para a cidade, observa-se um intenso fluxo migratório para outras regiões do país e, internamente, em direção à Região Metropolitana. Assim, pode-se observar o êxodo rural, na RMC, sob dois ângulos: primeiro, a “recepção” da população migrante de outros municípios e segundo a “expulsão” da população que migra do meio rural para o urbano.

Desse modo, no final da década de 1970, segundo Maranhão e Ciminelli (1988 apud MADE, 1997), um terço da população da RMC era de migrantes (menos de 10 anos como residentes), predominando a faixa etária de 20 a 39 anos. Destacam os autores que 79% dos migrantes eram oriundos do interior do Paraná, a maioria da área rural. Esse fluxo dirigia-se majoritariamente para as áreas urbanas, mas também para o rural metropolitano, menos valorizado pelo mercado de terras. Sendo assim, foi no período de 1940 a 1970 que a RMC experimentou um intenso crescimento populacional e, em 1970, o número de habitantes da região totalizava 812.396. Quando subtraídos os residentes urbanos de Curitiba, a participação da população rural da região subia para 68,0%, ou seja, a RMC era constituída por municípios eminentemente rurais (COMEC, 2014).

É nas décadas de 1970 e 1980 que a migração se torna mais intensa e o crescimento da RMC fica evidente. No Mapa 02, é possível observar toda essa dinâmica populacional descrita. Até 1970, a maioria da população ainda permanece no campo, que continua a receber um enorme contingente populacional de outras

regiões do Estado do Paraná. Em um segundo momento, essa situação começa a sofrer alterações, pois a população que estava no campo até o momento, dá início ao processo de migração para a cidade. Dessa forma, em 2010, observa-se uma concentração maior de pessoas nas áreas urbanas, principalmente em Curitiba e nos municípios próximos.



Mapa 2 – Região Metropolitana de Curitiba. População Urbana. 1970 e 2010
 Fonte: IBGE, Censos demográficos: 1970;2010. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

Muitos municípios que não possuíam uma população urbana significativa na década de 1970, em 2010 apresentam maior percentual de pessoas residindo em áreas urbanas. Destaca-se o crescimento urbano de Curitiba e de seus municípios limítrofes. Esses fatos estão relacionados às políticas nacional e estadual de atração de uma série de investimentos industriais para a região metropolitana.

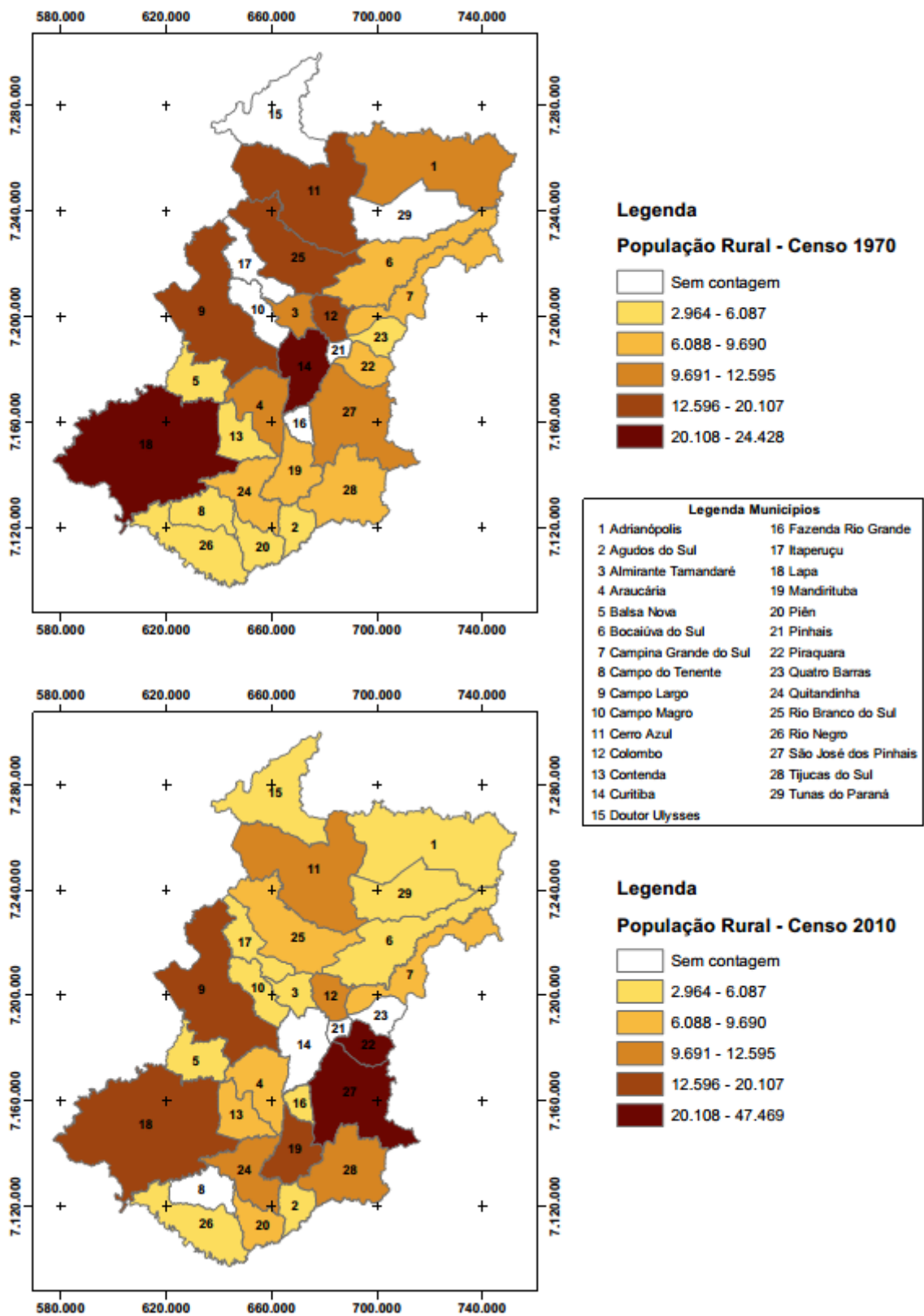
Como resultado desse processo, foi criada a “Cidade Industrial” com sede no município de Araucária, onde foram instaladas as indústrias dos segmentos modernos da metal-mecânica – Volvo, New Holland, Bosch, entre outras (IPARDES, 2014), tornando-se opção de trabalho para muitas pessoas que deixaram os pequenos municípios e seguiram para cidades de médio porte ou para grandes centros em busca de melhores condições de vida.

Por tudo isso, alguns municípios da região metropolitana vêm apresentando crescimento da população superior à média do Estado, desde 1970. Alguns municípios apresentaram taxas de crescimento negativas em determinados momentos do período, no entanto, essas sempre se fizeram seguir por recuperação.

Apesar do crescimento industrial, segundo Moura *et al* (2004), a RMC é a região metropolitana com maior extensão territorial e com o maior contingente de população rural⁸. Os dados populacionais do IBGE indicam que a população rural que era de 211.011 mil pessoas em 1970, diminuiu durante aquela década, chegando a 186.419, em 1980. Entretanto, foi aumentando sistematicamente a partir de então; em 1991, a população rural regional era de 195.263 e, em 2000, chegou a 244.219 (IBGE, 2010).

Esse crescimento é possível de ser observado ao analisar os municípios dessa região, pois muitos deles apresentaram a manutenção ou o crescimento da população rural, como mostra o mapa 3.

⁸ São Paulo: 4,2%; Rio de Janeiro: 0,5%; Belo Horizonte: 2,5%; Brasília: 6,7%; Fortaleza: 3,5%; Porto Alegre: 4,5%; Recife: 3,1%; Salvador: 1,6%; Belém: 2,3%; Campinas: 2,9%; Goiânia: 1,6%. (IBGE, 2000).



Mapa 3 –Região Metropolitana de Curitiba. População Rural. 1970 e 2010

Fonte: IBGE, Censos demográficos: 1970;2010. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

O aumento do número de estabelecimentos rurais foi concomitante ao crescimento da população rural na Região Metropolitana de Curitiba. Em 1975, o Censo Agropecuário do IBGE indicava a existência de 11,3 mil propriedades rurais; 75,02% do total eram propriedades com menos de 50 hectares. Já no Censo agropecuário de 1985, o total de propriedades chegou a 29,4 mil, sendo que 26,07 mil dessas contavam com área inferior a 50 hectares. Porém, de acordo com Brandenburg e Souza (2012), esse aumento se deu pelo fracionamento das pequenas propriedades existentes, pois a participação delas na área total dos estabelecimentos agropecuários da região era de apenas 28,82%, o que sinaliza a concentração fundiária regional (INCRA, 2003).

Para o autor, esse fracionamento foi uma estratégia de reprodução social condicionada tanto pela sucessão familiar como pela busca de permanência no campo. Apesar da política agrícola daquele período ser excludente em relação à pequena propriedade de exploração familiar, os agricultores procuravam formas de viabilizar sua reprodução. Com isso, pode-se considerar que, mesmo com o intenso crescimento industrial e do setor de serviços na RMC, o processo de modernização desigual não diminuiu as peculiaridades regionais: o baixo grau de urbanização em diversos municípios e a marcante dependência dos mesmos em relação à produção familiar.

No Mapa 3, é possível observar a heterogeneidade da região, onde é ressaltada a existência de municípios “ eminentemente rurais”, a exemplo de Adrianópolis, Agudos do Sul, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Mandirituba, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná. Municípios que apresentam uma representativa Agricultura Familiar e, conseqüentemente, novas formas de se manter no campo, como, por exemplo, a subordinação ao capital.

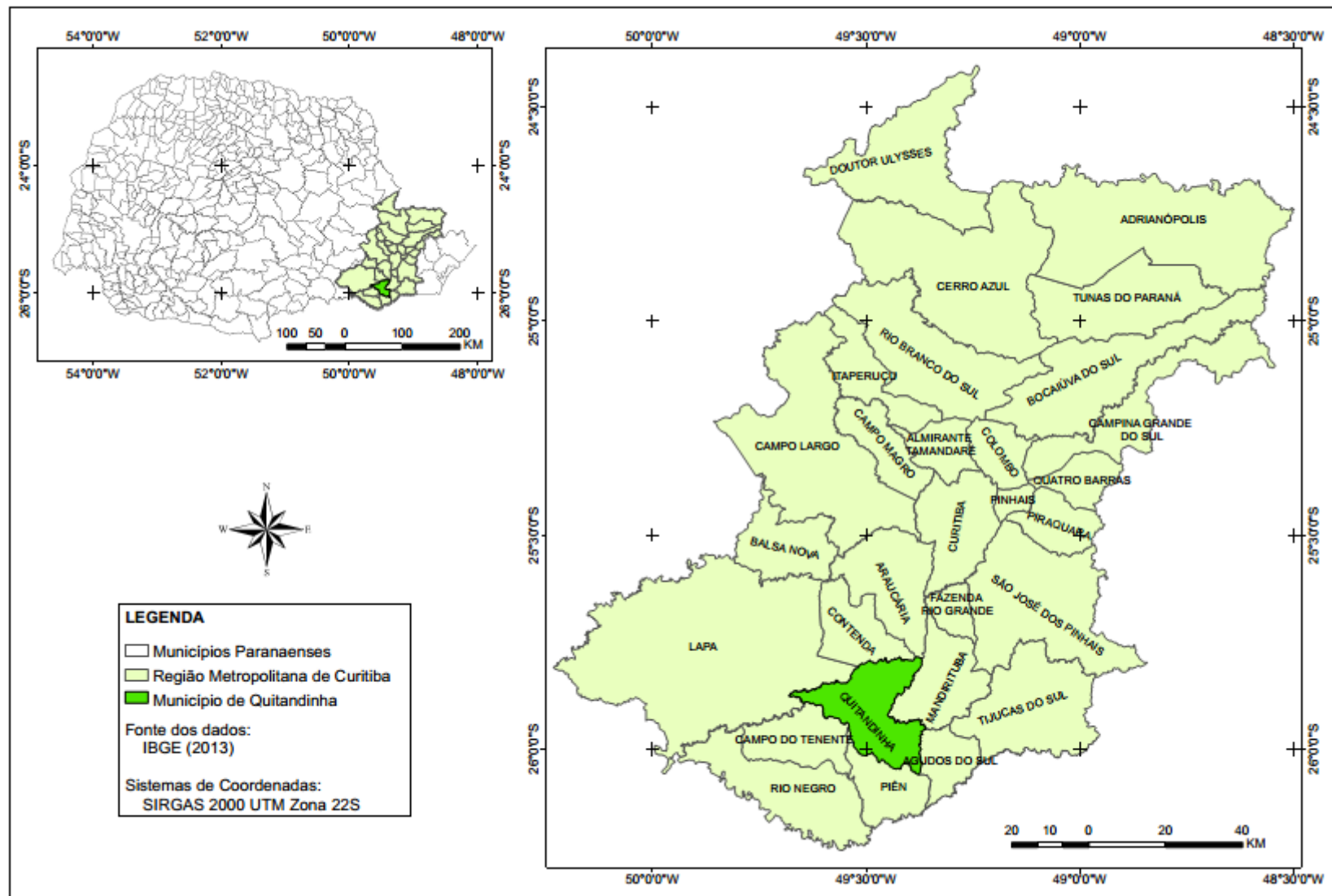
2.3 O MUNICÍPIO DE QUITANDINHA: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GEO-HISTÓRICA.

Dentre os municípios eminentemente rurais do Paraná, tem-se o município de Quitandinha, que é o objeto desta pesquisa. Faz parte da Região Metropolitana de

Curitiba, com uma distância de 69 quilômetros da capital Paranaense. Foi desmembrado de Rio Negro e Contenda e instalado em 13 de junho de 1961, por meio da Lei Estadual nº 037. O município apresenta uma altitude média de 845 metros. Suas coordenadas são dadas pela latitude de 25° 52' 21"S e longitude de 49° 29' 52" W. Possui uma extensão territorial de 446, 396 Km²(IBGE, 2010) e faz limite com os municípios de Lapa e Contenda ao norte, Mandirituba e Agudos do Sul a leste, Campo do Tenente a oeste e Piên ao sul (Mapa 4).

Tem como principal e maior rio do município, o Rio da Várzea. Entre os rios menores existem o Rio do Poço, Rio Caí, Rio Ribeirão Vermelho, Rio do Doce, Rio Lambari, Rio Três Barras e Arroio da Campina, os quais servem de linha divisória de Quitandinha.

O clima do município é variável, com mudanças bruscas de temperatura e geadas entre os meses de maio a agosto, além de chuvas regulares durante o ano. Sendo classificado como Cfb, de acordo com classificação climática de Köppen (MENDONÇA & DUBREUIL, 2005). Apresenta um relevo ondulado e suavemente ondulado e a presença de Floresta Ombrófila Mista, com Araucárias.



Mapa 4 – Localização de Quitandinha no Estado do Paraná.
Fonte: IBGE, 2014. Elaboração: SIQUEIRA, J. M. 2015

A origem de Quintandinha está relacionada ao desenvolvimento da economia e sociedade na RMC, ou seja, teve ligação direta com os “ciclos econômicos” do Estado do Paraná, como afirma Druciak (2009), à medida que os ciclos econômicos surgiam, surgiram consigo as cidades.

Aliadas a esse crescimento das cidades, há também uma consolidação dos arranjos espaciais em conjunto com o crescimento populacional, espacial e econômico do território paranaense. Toda essa dinâmica é perpassada pelo setor econômico.

Assim, o município de Quitandinha teve forte influência do tropeirismo, (que contribuiu para constituição de vários povoados que foram se espalhando com o objetivo de atender as necessidades dos tropeiros, como o pouso e alimentação para homens e animais, ao mesmo tempo em que desenvolveu uma policultura de subsistência). Por consequência, a atividade ervateira veio contribuir para o povoamento e desenvolvimento de muitas comunidades (PINTO, 2007).

2.4 DADOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DE QUITANDINHA

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010, a população absoluta do município corresponde a 17.089 habitantes. A população rural é de 12.202 pessoas, superando a população urbana, que é de apenas 4.887 habitantes. Essa realidade se faz presente no município desde a sua emancipação, e se reforça a partir de 1970, quando o Estado apresentava mudanças significativas (tanto nos aspectos econômicos, como nos sociais e também na estrutura fundiária) devido à modernização no campo e um intenso movimento populacional de saída da área rural em direção às cidades, como já citado nas seções anteriores.

Com isso, enquanto muitos municípios apresentaram diminuição de sua população absoluta e principalmente da população rural, Quitandinha apresentava, e ainda apresenta, características diferenciadas como se observa no Gráfico 2.

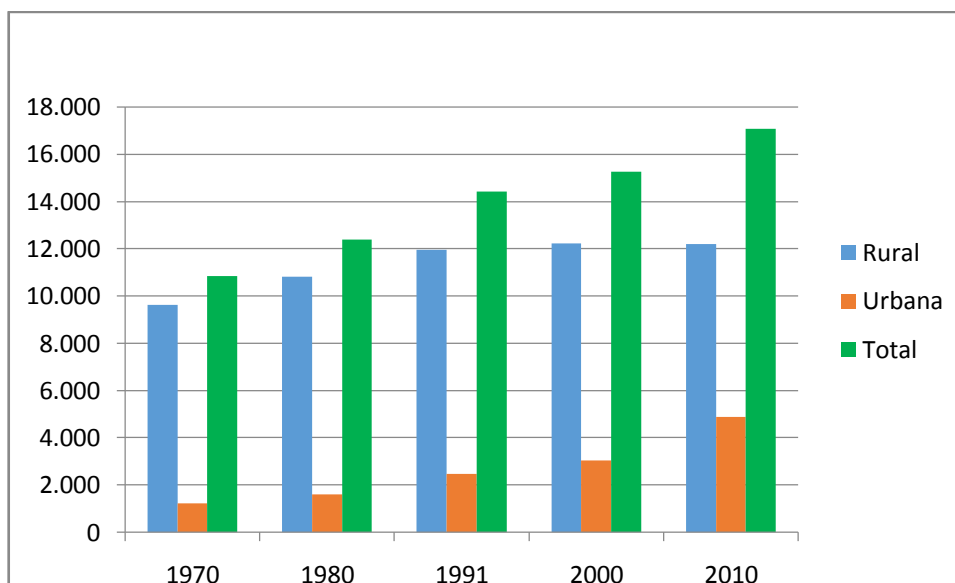


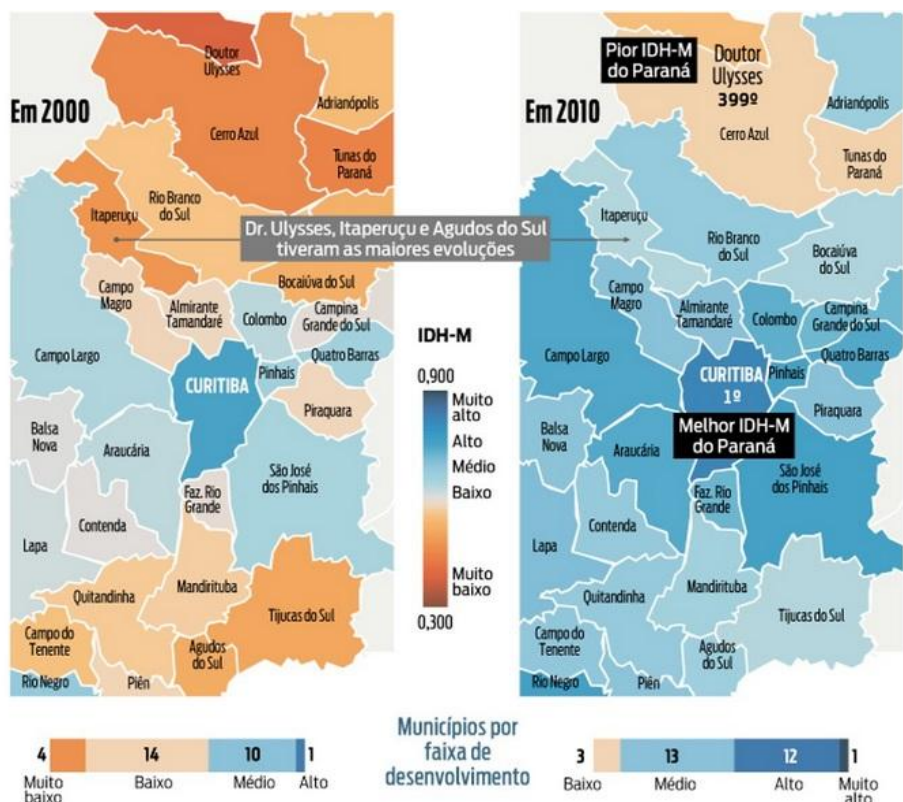
Gráfico 2 - Quitandinha – população rural e urbana, 1970-2010.

Fonte: IBGE, 2014. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. (2016).

O que se observa é que, desde 1970, esse Município vem apresentando aumento de sua população absoluta, com destaque para a população rural que sempre foi mais significativa que a urbana entre os anos de 1970 até 1991. Um fato que vale mencionar é que entre 1991 até 2000, a população rural manteve-se estável e a do município continuou a apresentar crescimento; entre os anos de 2000 a 2010, a população rural não teve crescimento e sim diminuição (-24 pessoas), enquanto na área urbana teve um aumento de 1.841 habitantes.

Considera-se, dessa forma, que, nas últimas décadas, a população rural apresentou uma estabilização em seu crescimento, enquanto que o crescimento populacional urbano do município ocorreu de forma lenta e gradual, com destaque entre os anos de 2000 a 2010. O que se observa é que a população que residia no campo se deslocou para a área urbana sede ou até mesmo se mudou para cidades mais próximas de Curitiba. Apesar de, na última década, esse município apresentar um pequeno decréscimo na população do campo, a mesma continua com um número considerável em relação à população urbana, pois o município ainda se apresenta essencialmente agrícola.

O Índice de Desenvolvimento Humano⁹ de Quitandinha é de 0,680¹⁰, considerado médio na classificação, porém é possível observar que esse dado apresentou melhora em relação ao ano de 2000, quando ainda era classificado como um município de baixo IDH-M.



Mapa 5 – IDH dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba
Fonte: IBGE, 2010.

⁹ IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um índice que serve de comparação, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população. O relatório anual de IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano máximo). A classificação utilizada é: de 0 a 0,500 – Baixo IDH. De 0,500 a 0,799 – Médio IDH; e acima de 0,800 – Alto IDH. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é. No cálculo do IDH, são computadas as seguintes variáveis: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita. O IDH de Quitandinha fica em 283º no ranking dos 399 municípios do Estado do Paraná, na classificação nacional o município ocupa o 2439º lugar (IBGE, 2010). IDH. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&istemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=2>. Acesso em 18 fev 2016.

Ao observar o Mapa 5, é perceptível a desigualdade entre os 29 municípios, que compõem a RMC. Enquanto Curitiba e as cidades mais próximas apresentam melhores IDH-M, as mais distantes apresentam os piores dados. Essa realidade pode ser explicada pelos maiores investimentos industriais que existem nesses municípios, já que um dos fatores que o IDH-M considera é o PIB, assim, apresentam uma melhor infraestrutura para sua população.

No ano de 2003, o Índice de Gini do município de Quitandinha era de 0,38 e o do Estado do Paraná era de 0,470. O índice de pobreza nesse ano era de 30,27% no município, melhor que no Estado que era 39,07% (IBGE, 2003).

Esses dados socioeconômicos muito se explicam pelos fatores históricos, pois, no início da ocupação desta área, a sua população vivia em condições precárias, como explica Machado (1963):

Os habitantes que viviam no planalto ao redor de Curitiba, viviam em condições miseráveis e primitivas. Não plantavam senão o necessário para sua subsistência, porque não tinham com quem permutar qualquer excedente, e apenas para se vestirem e adquirir sal colhiam erva mate e em cargueiros levavam-na para permutar com os traficantes dos pequenos barcos que aportavam em Paranaguá (MACHADO, 1963, p.8)

Essa situação melhorou muito nos municípios da RMC, no entanto, atualmente, eles ainda apresentam dados socioeconômicos muito baixos em relação a Curitiba, que, devido a sua forte concentração industrial, fica em evidência juntamente com outras cidades de sua proximidade, em detrimento dos outros municípios mais distantes, cujas atividades não são industriais.

Conforme abordou-se no item 2.3, Quitandinha apresenta uma extensão territorial de 446,396 Km², sendo que 442 Km² abrangem a área rural e apenas 4,39 Km² correspondem à área urbana. A área rural é constituída por pequenas propriedades, de acordo com os dados da prefeitura do município (2015). A maioria delas possui entre 1 a 50 ha, realidade que está presente, também, em mais alguns municípios da região, como demonstra Queiroga (2006):

Em 1998, segundo dados do INCRA (s.d.), mesmo sem contar com os dados da Lapa e de Campo Magro, o número de imóveis rurais chega a 30 mil, sendo 28 mil imóveis com área inferior a 50 hectares, ou 93% do total. Além do elevado número de pequenas propriedades na RMC, outra característica que se sobressai é a concentração

fundiária. Naquele mesmo ano (1998), as 28 mil propriedades detinham apenas 27% da área total. No extremo oposto, as 693 propriedades com área superior a 200 hectares detinham mais de 58% da área total dos estabelecimentos. Este contraste entre o elevado número de pequenas propriedades, detentoras de pouca área, versus o pequeno número de grandes propriedades, com muita área, apresenta certa lógica de distribuição geográfica na RMC. As grandes propriedades estão localizadas majoritariamente ao norte da capital e as pequenas propriedades predominam em Curitiba e nos municípios situados na porção sul da RMC (QUEIROGA, 2006, p. 51-52).

Mesmo em maior número, as pequenas propriedades detêm pouca área. Em contrapartida, as propriedades acima de 200 hectares apresentam 58% da área total da RMC. O que se nota é que as maiores propriedades predominam com maior intensidade os municípios ao norte de Curitiba e as pequenas propriedades prevalecem mais ao sul da Capital. Mesmo que esses dados sejam de 1998, essa realidade ainda é existente na atualidade.

No município de Quitandinha, as pequenas propriedades estão distribuídas em comunidades. No total, são 44 comunidades, algumas bem próximas do núcleo urbano e outras com até mais de 40 quilômetros de distância. Na Tabela 4, mostra-se a relação das comunidades.

Tabela 4 -Comunidades do município de Quitandinha

Água Clara de Baixo	Taborda	Doce Grande	Caí de Baixo
Água Clara de Cima	Tamborete	Barro Branco	Pires
Cachoeira	Pinhal	Lagoa Verde	Pangaré Velho
Cachoeira do Ipanema	Branco	Pangaré	Cerro Verde
Campestre do Paulo	Anta Magra	Lagoa	Rio da Várzea
Cerro Verde de Cima	Cosme	Doce Fino	Quicé
Quicé dos Ribas	Quiçé	Mato Branco	Uvaneiras
Reis	Turvo	Campina	Nova Descoberta
Ribeirão Vermelho	O Caizinho	Ponta Nova	Barro Branco
São Gabriel	Limas	Cerrinho	Palmital
Vermelhinho	Aterrado Alto	Lambari	Campestre

Fonte: Prefeitura Municipal de Quitandinha, 2015.

Dentre as citadas, dez comunidades foram visitadas durante a pesquisa. A escolha por estas foi por apresentarem a maior concentração de pessoas e por suas características próprias, deste modo segue a descrição de cada uma delas, para melhor compreender suas respectivas realidades.

A primeira comunidade visitada foi a do Rio da Várzea, localizada a 26 quilômetros da sede do município e aproximadamente 86 quilômetros de Curitiba. Possui uma boa infraestrutura, com energia elétrica, telefone público, água encanada, sistema de irrigação, posto de saúde, fossa séptica, ônibus coletivo, salão social, transporte escolar, armazém, mercado e igreja. A água dessa localidade é originária de poço semiartesiano e a estrada entre a comunidade e a sede urbana do município é cascalhada. De acordo com Pinto (2007, p.88), “esta comunidade conta com mais de 150 anos de existência, e os primeiros povos que ali chegaram teriam adquirido as áreas de terra que compõem a localidade, requerendo os direitos do governo, visto que ali tudo era sertão”. A comunidade se destaca pela sua produção agrícola, com evidência para o fumo e horticultura.

A uma distância de seis quilômetros do Rio da Várzea, está localizada a comunidade do Doce Grande, com uma ampla infraestrutura, com destaque para o comércio local, com lojas, mercado e agropecuária. “Essa é considerada uma das comunidades mais antigas do município, com o primeiro registro de morador, no ano de 1848, representando 167 anos de existência” (PINTO, 2007, p. 84). As principais produções agrícolas são de fumo, feijão, milho, trigo e verdura em geral, com destaque para o fumo e verduras orgânicas.

A comunidade do Doce Fino está localizada a 19 quilômetros da sede do município e 79 quilômetros da capital, possuindo toda a infraestrutura já citada nas comunidades anteriores. De acordo com Pinto (2007, p.76), “a comunidade se desenvolveu com a produção de erva-mate e a partir de 1920, o lugar começou a desenvolver-se com uma serraria”. A localidade abriga uma das maiores escolas do município, atendendo alunos do Ensino Fundamental. A principal atividade agrícola é a produção de fumo, dentre eles, o orgânico.

A comunidade do Pangaré é uma das mais próximas da sede municipal, (com 10 quilômetros) e com uma distância de 70 quilômetros de Curitiba. O acesso à localidade é por meio de uma estrada pavimentada, porém não apresenta boa

qualidade, já que é muito estreita e com vários buracos na pista. A comunidade apresenta energia elétrica, telefone público, água encanada, sistema de irrigação, posto de saúde, fossa séptica, escola, ônibus coletivo, salão social, transporte escolar, armazém, escola e igrejas. A população vive da agricultura e pecuária, onde se produz milho, feijão, batata, cebola, fumo em folhas, verduras em geral; criação de suínos, gado, cavalo e ovelhas.

Próximo ao distrito-sede do município encontram-se a comunidade Lagoa Verde, com uma distância de 8 quilômetros daquela e totalizando 68 quilômetros de Curitiba. A comunidade possui uma boa infraestrutura, com energia elétrica, telefone público, água encanada, posto de saúde, fossa séptica, escola, ônibus coletivo, transporte escolar e escola. De acordo com Pinto (2007, p.96), “a Lagoa Verde teve seu começo lá por 1860 e, atualmente, a população vive da agricultura, particularmente de fumo em folha, e a localidade é considerada a maior produtora de frango de corte do município”.

A comunidade do Cerro Verde é uma das maiores em extensão territorial, sendo dividida entre Cerro Verde I, Cerro Verde II e Cerro Verde III. Esta localidade possui energia elétrica, água encanada, sistema de irrigação, posto de saúde, fossa séptica, escola, ônibus coletivo, salão social e transporte escolar. Para Pinto (2007, p. 82-83) “o Cerro tem aproximadamente 40 anos, a região já foi grande produtora de madeira e erva mate, sendo hoje a agricultura a principal fonte de renda dos seus moradores”. Entre as principais produções está a soja, o trigo, o milho, o feijão e a cevada. A distância da sede municipal é de 16 quilômetros e 76 quilômetros da capital.

Localizada nas proximidades da BR 116, está a comunidade conhecida como Caí de Baixo, contando com energia elétrica, telefone público, água encanada, sistema de irrigação, fossa séptica, ônibus coletivo, salão social, transporte escolar e armazém. A agricultura é a atividade predominante no local, com a produção de milho, feijão, arroz e uma horticultura agroecológica. A mesma está mais próxima de Curitiba, a uma distância de 50 quilômetros e 10 quilômetros da sede urbana de Quitandinha.

A comunidade do Turvo está localizada a 10 quilômetros de Quitandinha, a estrada de acesso é cascalhada. Turvo possui energia elétrica, água encanada,

posto de saúde, fossa séptica, escola, salão social, transporte escolar e igreja. A atividade econômica predominante é a agricultura e a pecuária, com produção de milho, feijão batata, cebola, horticultura, suínos e frangos. A localidade tem outra estrada que dá acesso a Curitiba, distanciando da capital cerca de 50 quilômetros.

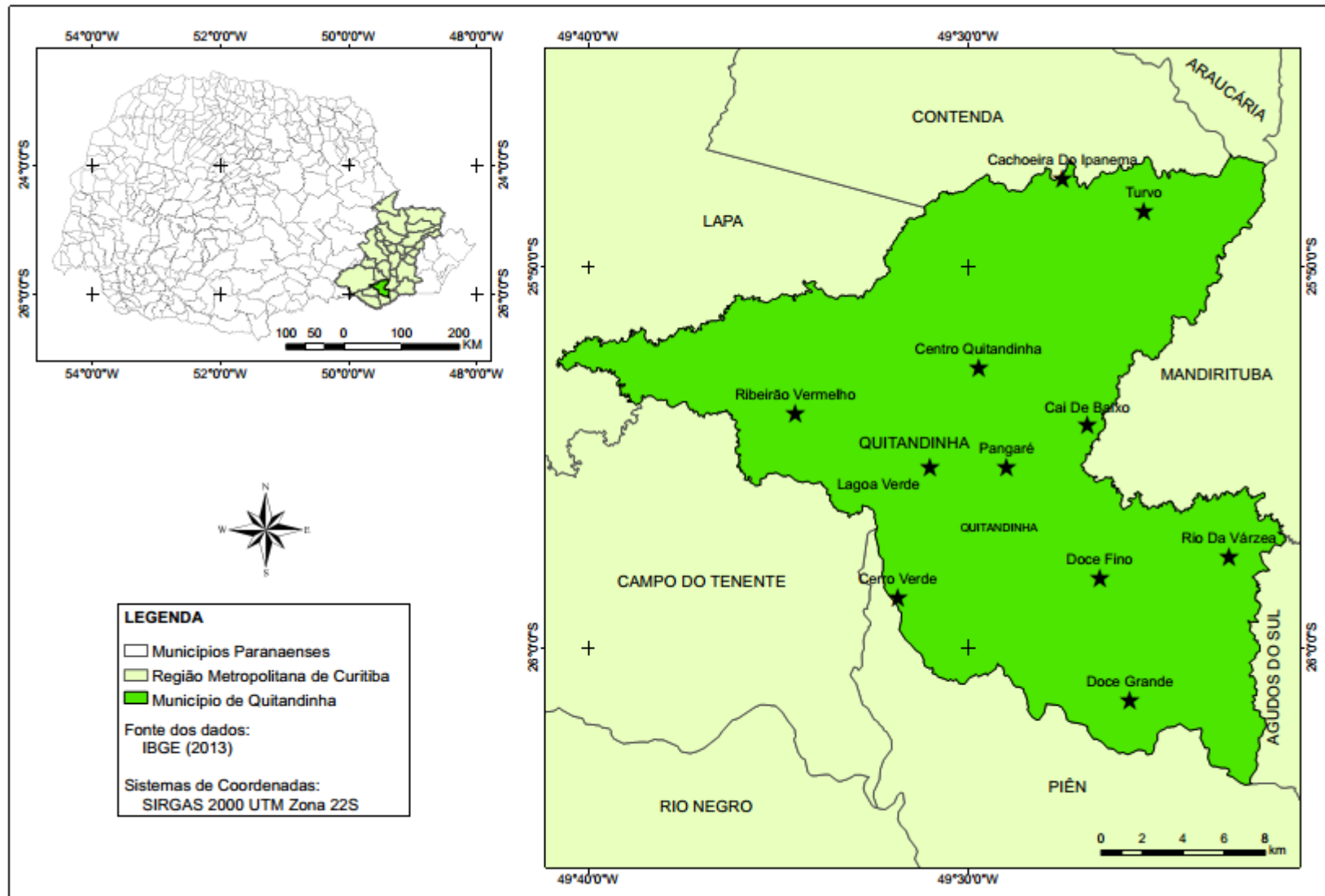
Próximo ao Turvo está a Cachoeira do Ipanema, sendo a estrada de acesso cascalhada, totalizando 12 quilômetros de Quitandinha (centro). A mesma apresenta uma boa infraestrutura, contando com energia elétrica, telefone público, água encanada, sistema de irrigação, posto de saúde, fossa séptica, salão social, transporte escolar, casas comerciais e uma igreja. De acordo com Pinto (2007, p.93), “os primeiros moradores desta região vieram por volta de 1870, atraídos pela extração da erva-mate e madeira”. A atividade econômica que dinamiza a localidade é a agricultura, com destaque para a horticultura e também para a produção de soja, milho e feijão.

A comunidade do Ribeirão Vermelho está localizada a 10 quilômetros da sede do município e a via de acesso a ela é por meio da BR 116, em direção a Rio Negro-PR. Esta apresenta uma ótima infraestrutura, com energia elétrica, telefone, poço semiartesiano perfurado para o fornecimento de água tratada, sistema de irrigação, posto de saúde, fossa séptica, escola, ônibus coletivo, salão social, transporte escolar, casas comerciais e igreja. Segundo Pinto (2007);

[...] os primeiros moradores chegaram à região por volta de 1850, eram imigrantes poloneses e vieram da Lapa, atraídos pela extração da erva-mate e fertilidade das terras, as primeiras missas desta localidade eram todas em polonês, devido à quantidade de imigrantes. (PINTO, 2007, p. 73).

A atividade principal da localidade é a agricultura, com destaque para o milho, soja e feijão.

Essas comunidades, que foram alvo das entrevistas, apresentam como ponto em comum uma diversificada Agricultura Familiar, e mesmo algumas sendo mais perto e outras mais distantes da sede do município, todas apresentam relações com o mercado da região. O Mapa 6, de Comunidades visitadas apresenta a localização de cada lugar visitado na pesquisa.



Mapa 6 - Localização das Comunidades em Quitandinha
 Elaboração: SIQUEIRA, J. M. 2015

Essas comunidades não significam somente o local de moradia para quem ali reside, pois elas estão revestidas de tradições e valores que as envolvem. Nessas áreas sempre é possível encontrar uma igreja, mercearias, lojas etc. Essas localidades possuem dinâmica e modo de vida próprios. Muitos moradores que estão nas comunidades mais próximas da sede municipal preferem continuar morando ali e trabalhar diariamente em Curitiba.

Atualmente, a atividade econômica predominante no município é a agropecuária. Na Tabela 5, é possível notar que a maioria da população está ocupada nesta atividade econômica.

Tabela 5—Quitandinha. População ocupada segundo as atividades econômicas - 2010

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.	3.736
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas.	762
Indústrias de transformação	606

Fonte: IPARDES, 2012.

A partir da Tabela 5, pode-se perceber que 3.736 pessoas se ocupam com atividades como agricultura, pecuária, produção florestal e pesca, enquanto que, 762 estão ocupadas com atividades comerciais e em torno de 606 pessoas com atividades industriais (IPARDES, 2012).

A atividade agrícola tem como base de produção as famílias, o que a caracteriza como Agricultura Familiar. Os principais produtos são as olerícolas em geral (abobrinha, alface, almeirão, agrião, batata doce, beterraba, berinjela, cebola, cebolinha, couve manteiga, couve flor, couve brócolis, cenoura, coentro, espinafre, escarola, feijão vagem, jiló, pimentão, pimenta cambuci, pepino, quiabo, tomate), como também a produção do feijão preto e de cor, fumo, milho, trigo, batata inglesa, batata baroa (mandioquinha salsa), soja e ervas medicinais (melissa, capim limão, camomila).

Por meio da análise realizada a respeito de Quitandinha, é possível considerar que ela sempre teve suas atividades voltadas para a agricultura. Desde a

década de 1970, obteve ganhos de população, com destaque para a população rural, que apresentou crescimento desde 1970 até 1991, mantendo-se estagnada nos anos posteriores, ainda assim com um maior número que a população urbana do município.

Dessa forma, apresenta um abrangente número de pessoas vivendo no campo, em comunidades compostas por áreas de produção familiar, e, sendo a família como proprietária dos meios de produção, seus membros trabalham na terra (tanto jovens, adultos e idosos) e ali manifestam seus valores e tradições. Nesse contexto, o terceiro capítulo enfatizará as principais características dessa Agricultura Familiar, que é a base do município em questão.

3 CARACTERIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE QUITANDINHA EM RELAÇÃO AO ESTADO DO PARANÁ

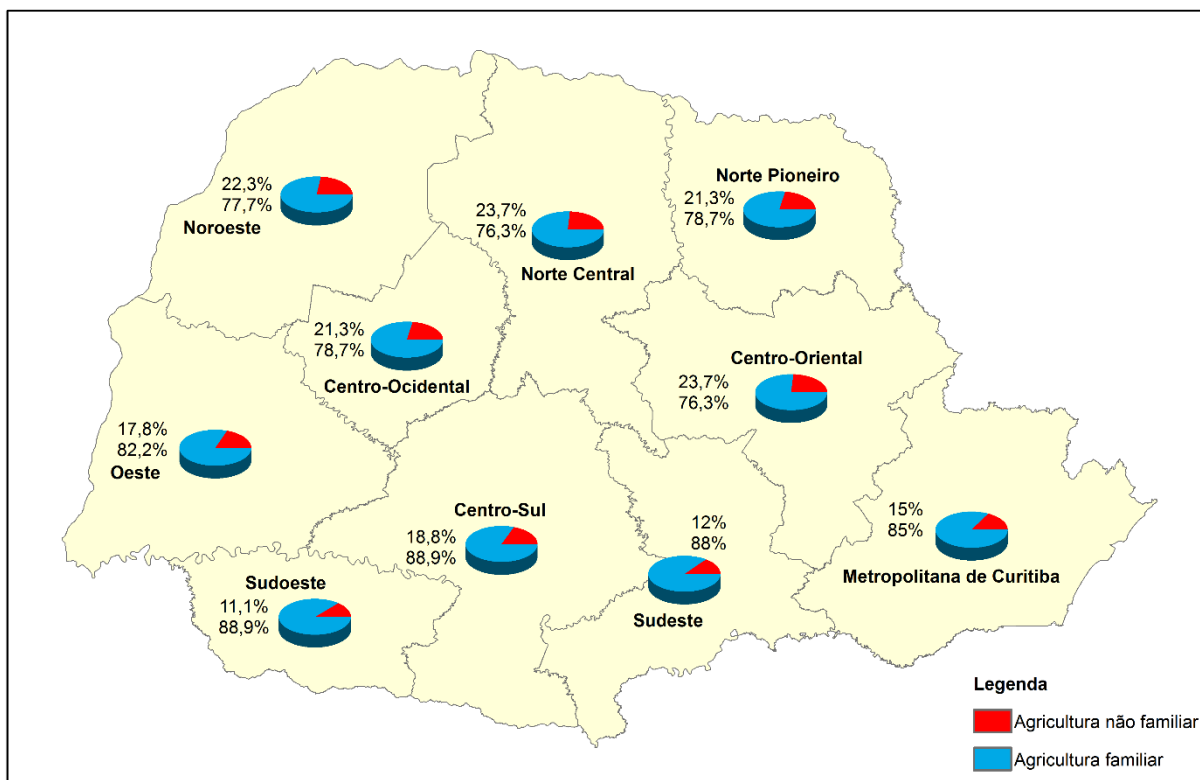
De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, no Paraná, dos 371.051 estabelecimentos existentes, 81,63% enquadraram-se na categoria Agricultura Familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. Observa-se, assim, que o Paraná apresentou percentuais de estabelecimentos próximos aos do Brasil e da Região Sul (Tabela 6).

Tabela 6—Brasil, Região Sul e Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à Agricultura Familiar-2006.

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO.	Número de Estabelecimentos Agropecuários (Abs.)			Total	Número de Estabelecimentos Agropecuários (%)	
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
BRASIL	5 175 489	807 587	4 367 902	100,0	15,6	84,4
SUL	1 006 181	156 184	849 997	100,0	15,52	84,48
PARANÁ	371 051	68 144	302 907	100,0	18,37	81,63

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Esses mesmos dados, quando são analisados por mesorregiões, mostram algumas especificidades regionais, o que é uma das múltiplas dimensões que definem espacialidades próprias ou específicas para o conjunto do Estado do Paraná. O Mapa 7 apresenta a condição do produtor em relação à Agricultura Familiar nos estabelecimentos agropecuários das mesorregiões geográficas do Paraná.



Mapa 7–Mesorregiões Geográficas do Paraná. Participação da Agricultura Familiar e da agricultura não familiar no total dos estabelecimentos agropecuários-2006. Fonte: IBGE, 2010.

Como se pode observar algumas mesorregiões apresentam destaque quanto ao número de estabelecimentos da Agricultura Familiar, como o caso do Sudoeste, Sudeste, Oeste e a Mesorregião Metropolitana de Curitiba que apresentam, em termos percentuais, 85% de participação da Agricultura Familiar nos estabelecimentos agropecuários e 15% da Agricultura Não Familiar.

As outras mesorregiões como Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro, Centro-Ocidental e Centro-Sul, apresentam menor percentual de estabelecimentos sob o domínio da Agricultura Familiar.

Essas características diferenciadas podem ser explicadas pelo que já foi exposto anteriormente, a respeito da modernização da agricultura, quando cita que esse processo não ocorreu de forma uniforme, pois algumas regiões foram mais favoráveis à inserção rápida do capital, devido aos seus aspectos naturais (relevo, clima e solo), ocasionando uma maior concentração de terras em algumas áreas e, conseqüentemente, o desenvolvimento do agronegócio com produção de *commodities* (soja, milho, trigo) voltadas para as exportações. Para Fernandes *et al*

(2014), pela poderosa presença do agronegócio, os agricultores familiares tiveram menos sucesso para se reproduzirem, pois não conseguiram expandir seus territórios por causa dos altos preços das terras.

As regiões que hoje aparecem com predomínio de mais de 80% com estabelecimentos rurais caracterizadas como Agricultura Familiar, apresentaram um processo de modernização diferenciado e devido a algumas irregularidades do relevo, pouco se expandiu o modelo de grandes propriedades rurais, assim, o preço das terras eram mais acessíveis e o processo modernizante foi voltado principalmente às pequenas propriedades que ali predominavam, pois nessas áreas de terra, exigiam-se práticas distintas daquelas da agricultura Não Familiar e, por conseguinte, requerendo maior emprego de mão de obra, favorecendo a permanência de uma parte da população no campo.

Quando a atenção se volta para a área dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição do produtor, os dados mostram que o maior número de áreas não é representado pela Agricultura Familiar que, sabidamente, direciona para uma concentração fundiária, como é possível observar na Tabela 7.

Tabela 7 –Brasil, Região Sul e Paraná. Área dos estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à agricultura-2006

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Área dos estabelecimentos Agropecuários (hectares)			Área dos estabelecimentos Agropecuários (%)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
BRASIL	329 941 393	249 690 940	80 250 453	100,00	75,68	24,32
SUL	41 526 157	28 459 566	13 066 591	100,00	68,53	31,47
PARANÁ	15 286 534	11 036 652	4 249 882	100,00	72,2	27,8

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Assim, analisando as Tabelas 6 e 7, é possível notar que, no Brasil, os agricultores familiares representam 84,4% do total de estabelecimentos e ocupam somente 24,32% da área total. Na Região Sul do país, os dados se assemelham, pois, a Agricultura Familiar corresponde a 84,48% dos estabelecimentos e utilizam

31,47 da área total. No Paraná, os agricultores familiares possuem 81,63% dos estabelecimentos agropecuários e ocupam uma área de 27, 8% do total.

Para Fernandes *et al* (2014 p.21), “ é muita terra e pouca gente que fica com a maior parte dos recursos empregados na agropecuária. O agronegócio fica com a maior parte da riqueza produzida”. Já que o agronegócio fica com a maior parte dos créditos agrícolas e maior parte da terra agricultável, produz um pouco a mais que a Agricultura Familiar e, conseqüentemente, ocupar uma parcela reduzida de mão de obra. Para Abramovay (2003),

Em um país que é marcado pela força do latifúndio e pelo peso social que milhões de estabelecimentos que de fato são pequenos sob o ângulo de sua participação na oferta agrícola, há um segmento importante de agricultores familiares cuja expressão econômica é muito significativa e alguns casos até majoritária (ABRAMOVAY, 2003 p.5).

As palavras do autor reforçam a importância da Agricultura Familiar, pois apesar de muitos estabelecimentos serem considerados pequenos em relação a sua produção, existem aqueles cuja expressão econômica é evidente.

Na Tabela 8, é possível observar que no Paraná a Agricultura Familiar está representada em sua maioria por pequenas áreas, pois as áreas estão classificadas como estabelecimentos da Agricultura Familiar e da agricultura Não Familiar no Estado.

Tabela 8 - Paraná. Área dos estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à Agricultura Familiar-2006.

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (Hectares)			ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)		
	Total	Agricultura Não familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não familiar	Agricultura Familiar
NOROESTE	2 223 035	1 768 791	454 243	100,00	79,57	20,43
CENTRO OCIDENTAL	1 111 176	836 397	274 779	100,00	75,27	24,73
NORTE CENTRAL	2 390 405	1 836 732	553 673	100,00	76,84	23,16
NORTE PIONEIRO	1 343 886	1 034 953	308 934	100,00	77,01	22,99
CENTRO ORIENTAL	1 659 553	1 472 161	187 392	100,00	88,71	11,29
OESTE	1 716 586	1 069 601	646 986	100,00	62,31	37,69
SUDOESTE	969 951	403 316	566 635	100,00	41,58	58,42
CENTRO-SUL	1 927 700	1 413 708	513 993	100,00	73,34	26,66
SUDESTE	1 128 202	632 843	495 359	100,00	56,09	43,91
METROPOLITANA DE CURITIBA	816 040	568 152	247 889	100,00	69,62	30,38

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Analisando de forma desagregada a variável, observa-se que somente na Mesorregião Sudeste a Agricultura Familiar detém o maior percentual do total da área dos estabelecimentos (58,42%), e a Mesorregião Centro-Oriental mostra a maior concentração, uma vez que apenas 11,20% da área dos estabelecimentos estão enquadrados na categoria Agricultura Familiar (que utiliza como critério o tamanho das propriedades, pois, de acordo com a Lei Federal Nº 11.326/2006, as propriedades familiares são as que se apresentam com até quatro módulos fiscais e, de acordo com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), nos municípios do Paraná, os quatro módulos fiscais ficam entre 40 a 120 hectares).

Na Região Metropolitana de Curitiba, a área da produção familiar é de apenas 30,38%, sendo representada por estabelecimentos que possuem menos de 10 hectares, como mostra o Gráfico 3.

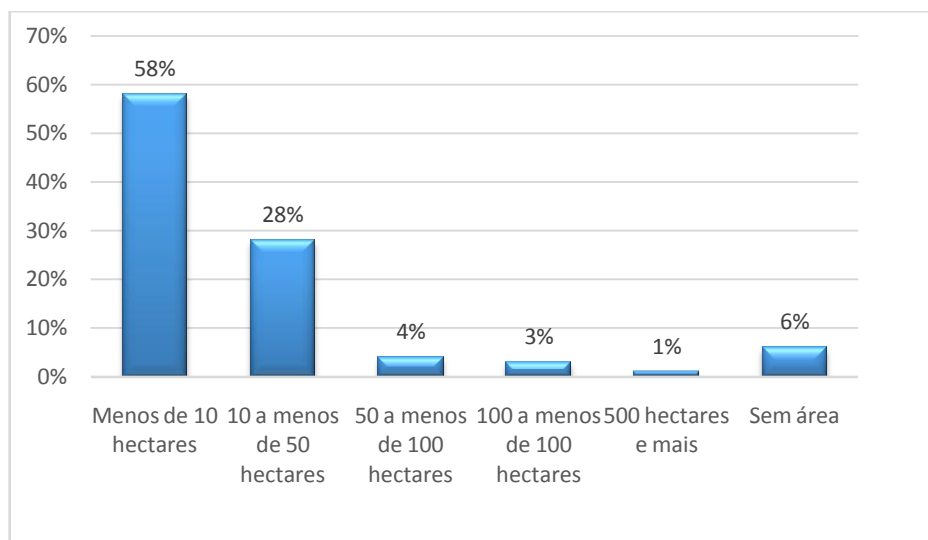


Gráfico 3– Mesorregião Metropolitana. Distribuição percentual dos estabelecimentos da Agricultura Familiar, segundo condição do produtor em relação às terras -2006.
 Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Os estabelecimentos com áreas de menos de 10 hectares representam 58% do total, as terras entre 10 a menos e 50 hectares correspondem a 28% do total. Os estabelecimentos com áreas compreendidas entre 100 a menos de 500 hectares e acima de 500 hectares também se fazem presentes na região, porém representam 4% do total.

Considerando a realidade dessa região, foi observado na pesquisa de campo, que as unidades familiares visitadas em Quitandinha se apresentaram com áreas que variam entre menos de 10 hectares até 100 hectares, sendo que a maioria (50%), ficou classificada por apresentar menos que 10 hectares, como se pode observar no Gráfico 4.

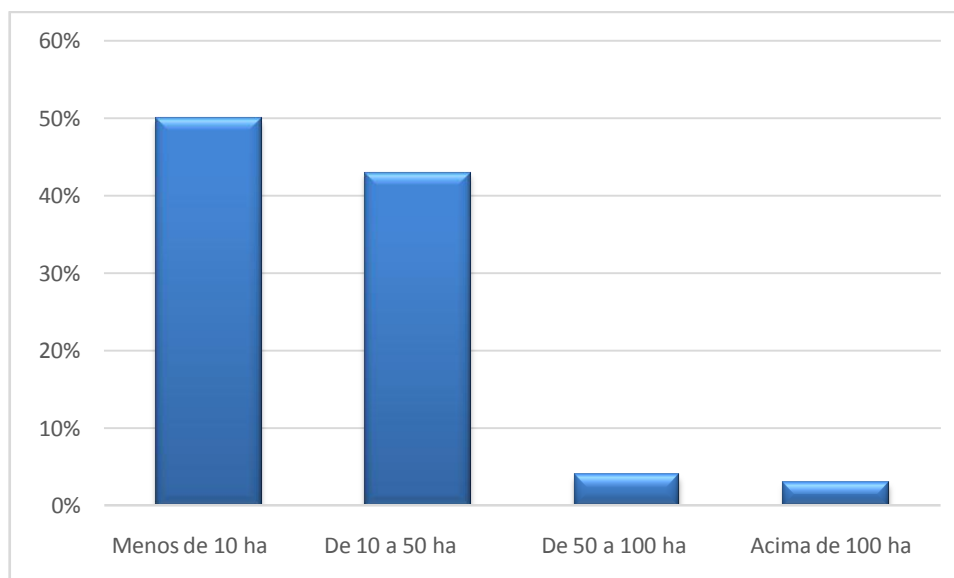


Gráfico 4 -Tamanho das propriedades familiares das comunidades pesquisadas
 Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. (2015)

No município, um módulo fiscal equivale a 20 hectares, assim a maioria das famílias possui menos que um módulo fiscal, a outra parte (43%) corresponde àqueles estabelecimentos que possuem 80 hectares, ou seja, com predomínio de até quatro módulos fiscais. Em algumas famílias essas áreas passam de 100 hectares;isso deve-se ao fato que muitos agricultores, produtores de soja, para aumentarem sua produtividade, arrendam terras de um vizinho ou de um parente mais próximo.

Fica evidente o que enfatiza Abramovay (1997), que a Agricultura Familiar não pode ser tomada como sinônimo de pequena produção, já que muitas unidades familiares procuram aperfeiçoar sua produção investindo em tecnologias, para que, dessa forma, consigam aumentar suas produções e se inserirem no mercado.

É importante destacar que o tamanho das propriedades no município em questão não interfere na importância econômica e social da Agricultura Familiar, pois essa é a base econômica que dá sustentação ao desenvolvimento local de Quitandinha.

3.1 CONDIÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES

Sob a ótica da condição do produtor em relação às terras, nos 302.907 estabelecimentos da Agricultura Familiar no Paraná, 64,8% dos produtores, encontram-se na condição de proprietários, 5,7% na condição de arrendatários e 31% são assentados sem titulação definitiva (Tabela 9).

Tabela 9– Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação ao estabelecimento e a Agricultura Familiar-2006.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	Número de estabelecimentos Agropecuários (Abs.)			Número dos estabelecimentos Agropecuários (%)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
TOTAL	371 051	68 144	302 907	100	18,4	81,6
PROPRIETÁRIO	297 935	57 491	240 444	80,3	15,5	64,8
ASSENTADO SEM TITULAÇÃO DEFINITIVA	12 599	1 159	11 440	3,4	0,3	3,1
ARRENDATÁRIO	25 676	4 521	21 155	6,9	1,2	5,7

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Na Região Metropolitana de Curitiba, os produtores familiares em condição de proprietários representam 70,4% do total, 0,6% como assentados sem titulação definitiva e 2,8% são considerados arrendatários. Em Quitandinha, os produtores familiares em sua maioria são proprietários das terras, como é possível observar nos dados do IBGE (2006), na Tabela 10.

Tabela 10– Quitandinha.Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor-2006.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA (HA)	%
Proprietário	1.779	88	29.797	95
Assentado sem titulação definitiva	3	0,1	5	0,01
Arrendatário	89	4,4	892	2,87
Parceiro	14	0,6	45	0,14
Ocupante	49			
Produtor sem área	70	2,4	328	1,0
TOTAL	2.004	100	31.067	100

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Esse fato observado, de a maioria dos produtores serem donos das propriedades, colabora para a permanência dos agricultores no campo, pois, mesmo enfrentando algumas dificuldades econômicas em algumas ocasiões, conseguem superá-las e possuem a vantagem de não precisarem pagar aluguel. De acordo com os entrevistados, se eles vivessem na cidade, as dificuldades poderiam ser maiores, pois o custo de vida nesses lugares é bem mais alto e, muitas vezes, teriam que pagar aluguel e não teriam onde plantar para o sustento próprio.

Porém, o que se observa é que poucas regiões apresentam essa realidade, pois, atualmente, muitos fatores contribuem para que a população não tenha interesse de ir para o campo, tendo como principal motivo a dificuldade de acesso à terra, que é o que impede ou dificulta o estabelecimento de novas famílias no espaço rural.

No Brasil e no Paraná, em particular, a forma de obtenção de terras é predominantemente, da compra de particular, sendo essa modalidade relativamente mais representativa no Estado, quando comparada com o Brasil (66,1% e 56,0% respectivamente). A segunda modalidade mais presente é a obtenção de terras por meio de herança (gráfico 5). A herança tem influência direta na demanda por

titulação do estabelecimento, pois é muito comum as famílias não conseguirem formalizar a titulação em razão dos altos custos financeiros desse processo. O Instituto de Terras, Cartografia e Geodésia (ITCG), visando uma ação pública específica, estimou entre 55 mil e 60 mil estabelecimentos demandantes de processo de regularização do registro do imóvel no Paraná (exceto área de fronteira). Essa formalização é importante porque permite o acesso às políticas de crédito e a outras ações públicas.

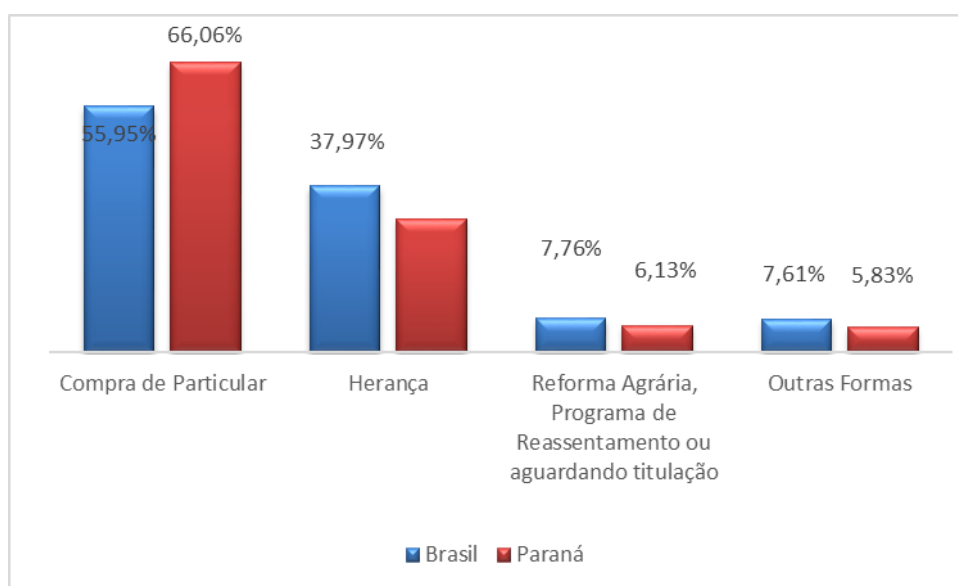


Gráfico 5 –Brasil e Paraná. Distribuição percentual dos estabelecimentos agropecuários da Agricultura Familiar cujo produtor é proprietário, segundo forma de obtenção das terras -2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. (2015)

Os dados analisados mostram, ainda, que o acesso à terra via programa da reforma agrária ou reassentamento ainda é pouco expressivo, não chegando a 10% para o Brasil e para o Paraná. O acesso à terra no Brasil aponta, de maneira geral, para uma realidade que reitera a necessidade de se fazer valer o princípio legal da função social da propriedade, previsto na Constituição Federal de 1988.

Com os dados levantados nas propriedades rurais do município de Quitandinha, constatou-se que esses não se assemelham ao do país e nem ao do Estado do Paraná, apresentando, assim, suas particularidades, pois a maioria dos entrevistados (70%) disse que a origem de sua propriedade ocorreu por meio de herança fato que será discutido na próxima seção desse trabalho.

3. 2 DINÂMICA DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES

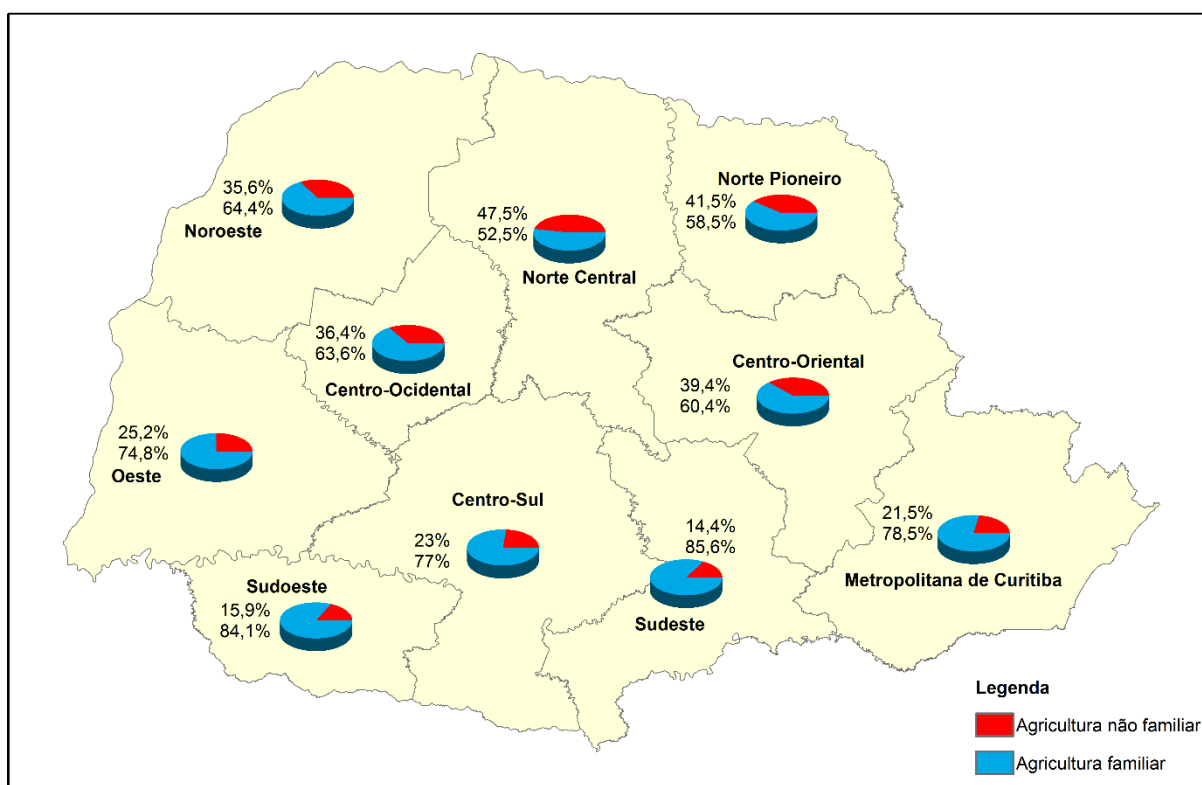
A análise dos dados relativos ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários no Estado aponta que 1.117.084 de pessoas ocupadas, cerca de 70%, encontram-se em estabelecimentos classificados como da Agricultura Familiar, evidenciando a importância desses estabelecimentos na dinâmica do mercado de trabalho (Tabela 11).

Tabela 11 –Brasil, Região Sul e Paraná. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários-2006.

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Pessoal ocupado em estabelecimentos Agropecuários (Abs.)			Pessoal ocupado em estabelecimentos Agropecuários (%)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
BRASIL	16 567 544	4 245 319	12 322 225,0	100,0	25,6	74,4
SUL	2 920 420	679 122	2 241 298,0	100,0	23,3	76,8
PARANÁ	1 117 084	336 766	780 318,0	100,0	30,2	69,9

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Essa variável, quando observada regionalmente, mostra algumas áreas que se destacam no Paraná, por apresentar que a maioria dos ocupados (mais que 70%) nos estabelecimentos encontra-se em estabelecimento familiares, como é o caso das mesorregiões Sudeste, Sudoeste, Centro-Sul, Oeste e a Metropolitana de Curitiba, como demonstra o Mapa 8.



Mapa 8– Paraná. Distribuição percentual do pessoal ocupado na Agricultura Familiar e não-familiar –2006.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2016.

No município pesquisado, observa-se que a Agricultura Familiar é responsável por empregar a maioria da população do campo, pois os que ali residem estão ocupados com trabalhos nas propriedades. Durante as entrevistas, ficou visível o que Wanderley (2001) afirma, “que os estabelecimentos agrícolas se caracterizam como um lugar de trabalho da família”, pois as famílias visitadas afirmaram que a maioria dos membros trabalhavam na produção. Levando em consideração esse aspecto, questionou-se aos agricultores se só a família trabalhava realmente no estabelecimento ou se utilizavam mão de obra externa da propriedade; a maioria respondeu que sim, que são os próprios membros da família que desenvolve o trabalho na propriedade, como mostra o Gráfico 6.

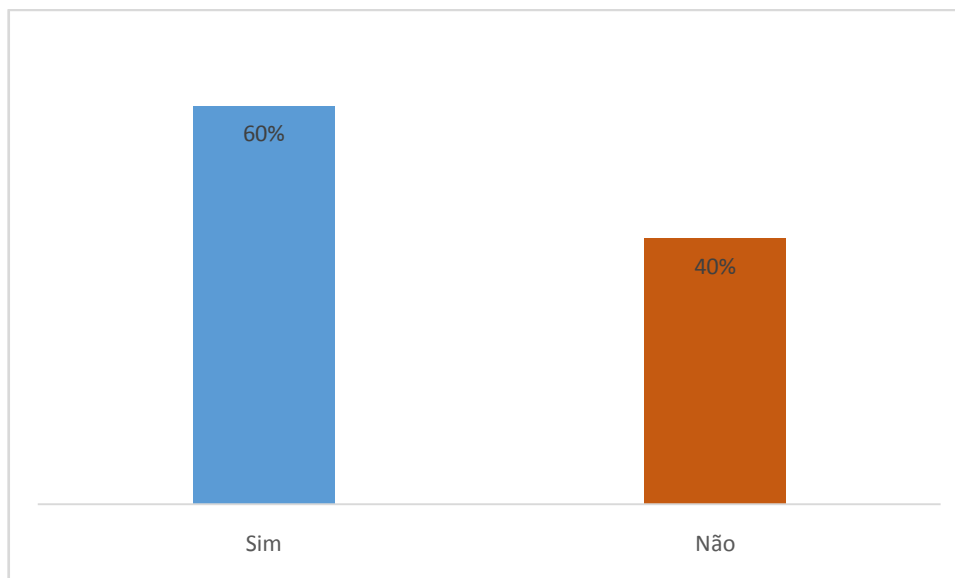


Gráfico 6 - Propriedades familiares de Quitandinha que utilizam mão de obra externa.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. (2015)

No entanto, as famílias relataram que essa “contratação” de mão de obra externa só ocorre em épocas de plantios e colheitas e nem sempre envolve pagamento em dinheiro, como relata a produtora da comunidade do Doce Grande, Franciele Wosniak Telma (2015):

Aqui na nossa comunidade, os vizinhos se ajudam, porque nem sempre temos dinheiro para pagar os camaradas, por isso quando precisamos vêmalguns vizinhos e nos ajudam no plantio e depois na colheita; e quando for plantio e colheita deles nós ajudamos também (TELMA, 2015).

Existe, na verdade, o que se chama de “troca de dia”, ou seja, os produtores não pagam em dinheiro, mas com trabalho, organizam um grupo de pessoas que denominam de “mutirões” e se ajudam entre si. De acordo com os relatos, existem também as equipes; alguém responsável organiza algumas pessoas e cobra mais barato o dia. Esse responsável transporta o pessoal, fornece a comida e, assim, o organizador ganha uma parte que seria do trabalhador. O valor da produção da Agricultura Familiar será discutido no próximo tópico, ressaltando que nas principais

produções agrícolas dos estabelecimentos, algumas utilizam em maior número a mão de obra em suas produções, em detrimento de outras.

3.3 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) DAS PROPRIEDADES FAMILIARES

No Estado do Paraná, o VBP da agricultura Não Familiar é relativamente maior quando comparado ao da Agricultura Familiar, (57,0% e 43,0%) respectivamente. Na comparação com o total do Brasil e o agregado da Região Sul, o Paraná apresenta, para a Agricultura Familiar, melhor resultado comparativamente com ao do País (Tabela 12).

Tabela 12– Brasil, Região Sul e Paraná. Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários segundo condição do produtor em relação à Agricultura Familiar – 2006.

BRASIL, REGIÃO GEOGRÁFICA E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Valor da produção dos Estabelecimentos em 31/12 (Mil reais)			Valor da produção dos estabelecimentos em 31/12 (%)		
	Total	Agricultura Não familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não familiar	Agricultura Familiar
BRASIL	143 821 309	89 453 608	54 367 701	100,0	62,2	37,8
SUL	41 465 102	19 925 486	21 539 616	100,0	48,1	52,0
PARANÁ	15 897 868	9 057 533	6 840 335	100,0	57,0	43,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Em relação à Região Metropolitana, o VBP se assemelha ao do Estado do Paraná, pois, em termos percentuais, a Agricultura não Familiar representa 55% e a Agricultura Familiar 45%. A análise dos dados de produtos que predominam nos estabelecimentos permite dimensionar a importância da Agricultura Familiar, em particular na produção de aves, suínos, mandioca e feijão. Isso só reforça os dados do Censo Agropecuário de 1996, quanto à participação desse segmento na produção típica de uma agricultura intensiva, como a soja e o milho. O milho, mesmo fazendo parte da pauta das *commodities*, é também produzido nos estabelecimentos da Agricultura Familiar, já que esse é um produto destinado à alimentação de animais.

Quando se observam os produtos típicos da Agricultura Familiar, confirma-se a sua importância na produção de alimentos básicos da dieta alimentar do brasileiro, como o feijão e a mandioca. Ressalta-se, também, que a produção da Agricultura Familiar é voltada primordialmente para o abastecimento interno, mas também fornece produtos para exportação. A Tabela 13, mostra que 75,5% do feijão-preto produzido no Paraná vem da Agricultura Familiar, assim como 81% da mandioca, 43,7% do milho e 31,2% da soja.

Como já demonstrado, a Agricultura Familiar é a grande responsável pelos ocupados nos estabelecimentos agropecuários, tanto do Brasil quanto do Paraná. Na medida em que é a principal responsável pelo trabalho, também viabiliza a reprodução social da família e cumpre papel fundamental em todo o entorno.

Tabela 13 –Paraná. Produção total e participação da Agricultura Familiar, segundo as variáveis selecionadas – 2006

Variáveis Selecionadas	Produção da Agricultura Familiar		Total da produção paranaense	
	Abs.	%	Abs.	%
Feijão Preto				
Estabelecimentos	51.618	88,3	58.489	100.0
Quantidade produzida (kg)	250.633.989	75,5	332.168.163	100.0
Área colhida (ha)	169.608	76,8	220.762	100.0
Mandioca				
Estabelecimentos	39.356	86,4	45.533	100.0
Quantidade produzida (kg)	2.304.220.615	81,1	2.846.420.419	100.0
Área colhida (ha)	193.862	83,5	232.141	100.0
Milho em Grão				
Estabelecimentos	137.447	84,0	163.571	100.0
Quantidade produzida (kg)	4.019.969.405	43,7	9.195.417.302	100.0
Área colhida (ha)	982.967	48,4	2.028.902	100.0
Soja				
Estabelecimentos	60.516	75,7	79.967	100.0
Quantidade produzida (kg)	2.622.856.487	31,2	8.402.608.774	100.0
Área colhida (ha)	1.022.754	32,5	3.151.237	100.0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

A análise dos dados selecionados relativos à produção pecuária paranaense permite observar a consolidação da participação da Agricultura Familiar nesse segmento. No caso do leite, por exemplo, 67,6% da produção no ano de 2006 veio da Agricultura Familiar. (Tabela 14). A produção de aves mostra, também, a importância da Agricultura Familiar, sendo responsável por 66,5% da produção. Os

suínos seguiram a mesma tendência, respondendo por 62,2% dos animais produzidos em 2006.

Tabela 14 –Paraná. Participação da Agricultura Familiar e da não - Familiar na pecuária, segundo variáveis selecionadas - 31/12/2006.

Variáveis Selecionadas	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Bovinos						
Estabelecimentos	171.618	81,2	39.748	18,8	211.366	100.0
Número de cabeças	3.161.405	34,9	5.892.396	65,1	9.053.801	100.0
Leite de Vaca						100.0
Estabelecimentos	100.845	84,3	18.718	15,7	119.563.801	100.0
Quantidade produzida (litros)	1.227.212.421	67,6	589.213.700	32,4	1.816.426.121	100.0
Aves						
Estabelecimentos	164.827	85,1	28.867	14,9	193.694	100.0
Número de cabeças	190.602.331	66,5	95.964.461	33,5	286.566.792	100.0
Ovos de Galinha (dz)	69.938.473	15,9	369.394.046	84,1	439.332.519	100.0
Suínos						
Estabelecimentos	115.252	85,1	20.225	14,9	135.477	100.0
Número de cabeças	2.840.213	62,2	1.729.062	37,8	4.569.275	100.0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

O peso relativo da Agricultura Familiar na produção de aves e suínos indica seu vínculo junto às indústrias.

Outro produto relevante na pauta paranaense é o fumo, cultura desenvolvida predominantemente por produtores familiares. Essa relação com a Agricultura Familiar é determinada pelo intenso processo produtivo em termos de trabalho.

Como se observa, mais de 50% da produção fumageira paranaense tem origem em estabelecimentos que possuem menos de 10 hectares (Tabela 15).

Tabela 15– Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários com produção de fumo em folha seca, segundo grupos de área total -2006.

Grupos de Área Total	Estabelecimentos	
	Abs.	%
Mais de 0 a menos de 10 há	12.785	52,41
De 10 a menos de 20 há	6.590	27,01
De 20 a menos de 50 há	3.885	15,92
De 50 a menos de 100 há	570	2,34
De 100 ha e mais	131	0,54
Produtos sem área	435	1,78
Total	24.396	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006

A maioria dessa produção decorre de relações contratuais com as empresas. O conjunto dos dados relativos às diferentes modalidades de produção integrada aponta para a importância desse sistema entre os estabelecimentos da Agricultura Familiar. Para Martins (1980), isso mostra que cada vez mais as empresas capitalistas absorvem os rendimentos do trabalho agrícola por meio da criação de mecanismos praticamente compulsórios de comercialização de safras.

Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranja, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas [...]. Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital (MARTINS, 1980, p.51).

Essas realidades retratadas se fazem presentes em muitos municípios, como Quitandinha, que apresenta vários produtores com plantações de fumo entregue às empresas de tabaco, tal qual a Souza Cruz, Universal, Philip e Aliança. Essa característica na Região Sul já foi citada por Oliveira (2010):

Entre os produtores de fumo em folha estão os pequenos produtores do Sul do Brasil, subordinados pelas companhias multinacionais Souza Cruz (British-American Tobacco), a Philip Morris e J.J Reynolds. Das três a Souza Cruz, que detém cerca de 75% do mercado de cigarros no Brasil, é quem tem exercido a prática do monopólio total sobre os pequenos produtores, pois nem mesmo os chamados comerciantes locais escapam de seu domínio, e foram transformados em simples comissionários da indústria que, assim, têm toda a estrutura de preço controlado.(OLIVEIRA,2010, p.44-45)

Com isso, fica em evidência que o agricultor familiar está cada vez mais subordinado às empresas, pois elas fornecem todos os insumos agrícolas modernos e tudo o que ele produz vai para a multinacional, sendo essa que determina o preço. A Figura 1, mostra um agricultor em sua estufa de fumo em folha.



Figura 1 – Agricultor com a produção do fumo em folha.
Foto: SIQUEIRA, J.M. 2015.

Um aspecto notado ultimamente, é o crescimento de muitas plantações de fumo orgânico, já que essa seria uma forma de as empresas minimizarem a contaminação dos produtores de fumo, tornando-se, dessa maneira, uma nova tendência dos mercados. Mesmo sendo grande produtor de fumo, esse município, assim como outros com predomínio de propriedades da Agricultura Familiar, apresenta uma produção agrícola muito diversificada, com lavouras temporárias e permanentes, como mostra a Tabela 16.

Tabela 16 –Quitandinha.Estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas-2006.

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECEMENTOS	%	ÁREA	%
Lavoura temporária	1.367	68,21	16.966	54,61
Horticultura e Floricultura	95	4,74	1.604	5,16
Lavoura Permanente	10	0,49	134	0,43
Pecuária e criação de outros animais	476	23,75	5.105	16,43
Produção florestal de florestas plantadas	41	2,04	7.148	23,00
Produção florestal de florestas nativas	9	0,44	45	0,14
Aquicultura	6	0,20	65	0,20
TOTAL	2.004		31.067	

Fonte: IBGE, 2006.

Além do fumo, outras produções apresentam destaques, como horticultura com a produção de verduras em geral (alface, espinafre, beterraba, salsa, almeirão, brócolis, couve, cenoura, repolho, tomate, salsa, pepino, pimentão, alho poro, cheiro verde, couve-flor, acelga, batata, vagem, cebola, cebolinha, radite, abobrinha, rabanete, ervilha, berinjela, moranga, abóbora, mandioca, quiabo, jilós, batata doce), que são vendidas na CEASA (Curitiba). Os produtores colhem à tarde e, a partir da madrugada, se deslocam para realizar a venda nos boxes dos estabelecimentos. Já a produção das verduras orgânicas é levada para lugares especializados como, por exemplo, uma rede de mercados em Curitiba. Em alguns

casos, quando os agricultores não têm muito acesso ao mercado, acabam entregando a sua produção para os atravessadores¹¹.

As verduras apresentam mais destaque na maioria das comunidades, como se pode observar na Figura 2, em que é possível notar uma pequena produção de verduras em uma terra pouco favorável à utilização de máquinas e apresentando uma área de reserva próxima ao rio.



Figura 2 – Propriedade de uma família do Pangaré

Foto: SIQUEIRA, J.M. 2015.

Dentre as lavouras temporárias, tem-se a produção de milho, soja, feijão, trigo, cevada, arroz, fumo e fumo orgânico. Sendo o milho e a soja entregues às cooperativas (Bom Jesus, Cooperante, Vale Sul). Algumas vezes o milho também é entregue para os cerealistas ou atravessadores. O arroz, o feijão e a cevada são

¹¹Os atravessadores são agentes de comercialização que atuam nas cadeias produtivas como intermediários, nas comercializações dos produtos independente da origem, entre os produtores e os consumidores. Os atravessadores aproveitam-se da desorganização e desestruturação dos produtores rurais, principalmente dos pequenos produtores que praticam a comercialização de forma individual, para adquirir seus produtos a um preço extremamente baixo, sob pena da perda pela deterioração dos mesmos, e revendê-los ao atacado ou varejo a preços determinados pelo próprio atravessador, pelo fato da concentração dos produtos, aumentando dessa forma seu poder de negociação com os clientes (OLIVEIRA; MAYORGA, 2005, p.3).

vendidos nas “bancas”, na própria comunidade e, em muitos casos, para intermediários. Em algumas propriedades têm-se produções de uva e morangos dentre outras frutas, só que estas não apresentam saída para o mercado, já que muitos produtores não têm tecnologia suficiente para o processamento. Assim, acabam vendendo no seu entorno ou também são consumidas as sobras dos produtos comercializados. A maioria das residências visitadas apresentava, também, uma área destinada à criação de animais, como mostra a Figura 3.



Figura 3 – Criação de animais na Cachoeira do Ipanema.
Foto: SIQUEIRA, J.M. 2016

Alguns desses animais são para o consumo da própria família, tal como a vaca para a produção de leite e da carne, o carneiro e as galinhas para consumo da carne e o cavalo para auxiliar na atividade produtiva.

É possível perceber que existem muitos produtores próximos das indústrias, favorecendo, assim, a inserção deles no mercado. O que se questiona diante disso, é a tendência de especialização que vem acompanhada de uma maior dependência das políticas para o setor e das oscilações dos mercados. Por outro lado, o acesso

aos meios de produção dá a medida do quanto essa Agricultura Familiar participa do progresso técnico e das inovações, e isso tem uma relação direta com a produtividade e com as condições de trabalho. As máquinas e implementos agrícolas permitem uma aproximação desse universo mais amplo.

No Paraná, o acesso dos estabelecimentos agrícolas à tecnologia não é tão restrita, porém, ao analisar os dados, tem-se uma ideia de como o percentual de estabelecimentos que possuem implementos e máquinas agrícolas é pouco expressivo. Como exemplos, tem-se a grande diminuição do número absoluto de tratores, no entanto, esse fato se explica pela criação de máquinas mais eficientes, ocasionando aumento de produtividade (Tabela 17).

Tabela 17– Brasil e Paraná. Número de tratores em estabelecimentos agropecuários – 1995 e 2006.

Brasil e Paraná	Número de tratores	
	1995	2006
Brasil	803.742	820.673
Paraná	121.827	113.718

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Ao se observar as mesorregiões paranaenses, algumas apresentaram aumento no número de tratores, justamente naquelas áreas onde a Agricultura Familiar tem maior presença, como na Mesorregião Sudeste, a Metropolitana de Curitiba e Centro-Sul. Fato esse que se explica pelas políticas públicas adotadas a favor da categoria, como o “Trator Solidário”, iniciado em 2007, que é um programa de financiamento de tratores e implementos em que o fornecedor, mediante sistema de registro de preços junto ao Governo do Paraná, garante preços abaixo do mercado, sendo que os beneficiados são agricultores familiares enquadráveis no PRONAF.

Em decorrência de algumas políticas públicas como a citada, muitos agricultores são favorecidos, fato esse observado em entrevista, uma vez que os agricultores familiares foram unânimes em suas respostas, pois todos responderam

que utilizam algum tipo de maquinário em suas produções, como se pode observar no Gráfico 7.

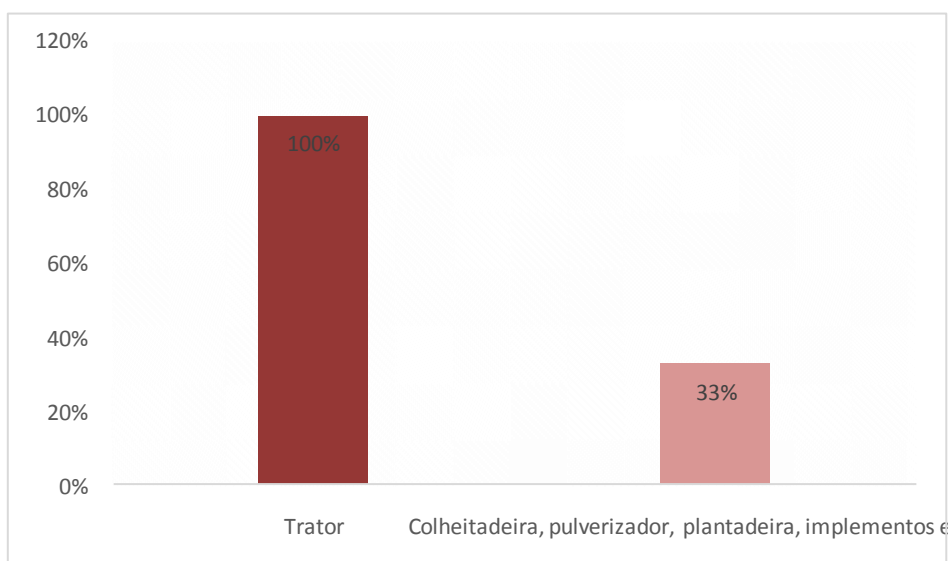


Gráfico 7 - Tipos de maquinários utilizados pelos agricultores familiares de Quitandinha.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado: SIQUEIRA, J.M. 2016

Os tratores foram os mais observados, com a existência de pelo menos um em cada propriedade, deixando visível a importância desse mecanismo para o desenvolvimento de qualquer tipo de produção. Na Figura 4, o agricultor utiliza o trator na sua lavoura de verduras.



Figura 4 – Produção de verduras utilizando o trator.

Foto: SIQUEIRA, J.M. 2016

Poucos agricultores possuem outros maquinários, a não ser aqueles que plantam soja e milho e os que não possuem os equipamentos necessários, na época de plantar e colher, alugam os maquinários.

Esses dados comprovam que os agricultores são inseridos de forma desigual no processo de modernização, mostrando a importância de políticas públicas para que a maioria dos agricultores possua maior número de implementos, de modo a aumentar a produtividade e a qualidade de vida dos mesmos.

A Figura 5 mostra a propriedade do agricultor David Przebcovis, da comunidade do Cerro Verde, região que apresenta destaque na produção de grãos. O mesmo possui um barracão só para guardar os maquinários e, além de plantar em sua propriedade, que apresenta aproximadamente pouco menos que 100 hectares, arrenda outras áreas para aumentar a produção.



Figura 5 – Maquinários de uma propriedade familiar no Cerro Verde.
Foto: SIQUEIRA, J.M. 2016.

Ainda em relação à Figura 5, a propriedade é de uma família composta por um casal e três filhos que casaram, porém continuam a trabalhar na propriedade, dinamizando a produção. Devido a simplicidade da família, durante a entrevista ficaram desconfiados em responder algumas perguntas e constrangidos de falar com o gravador ligado. O medo maior era de fornecer dados e que acabassem comprometendo os financiamentos em curso.

Diferente do produtor citado, muitos não possuem muito acesso à tecnologia. Para Blum (2001) alguns produtores familiares enfrentam muitos problemas por terem pouca tecnologia a seu favor, por isso perdem na colheita, no armazenamento, com a erosão dos solos, uso inadequado de agrotóxicos, baixos insumos, monocultura etc. O autor ainda salienta que tais fatores são intensificados pelo fato de algumas propriedades não apresentarem ou possuírem pouca assistência técnica.

Em Quitandinha, nem todas as culturas ou tipo de relevo favorecem a mecanização ou a utilização de técnicas modernas, e muitos agricultores se queixam da falta que esses mecanismos fazem. Assim, não conseguem competir com aqueles produtores detentores de técnicas modernas e conseqüentemente

pouco se inserem no mercado e na maioria das vezes entregam seus produtos a preços mais baixos para intermediários, pois não conseguem agregar valores.

Em relação à assistência técnica, a maioria dos agricultores afirmou que recebe orientações técnicas de diversos órgãos, desde a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Cooperativas e Empresas de fumo, como mostra o Gráfico 8.

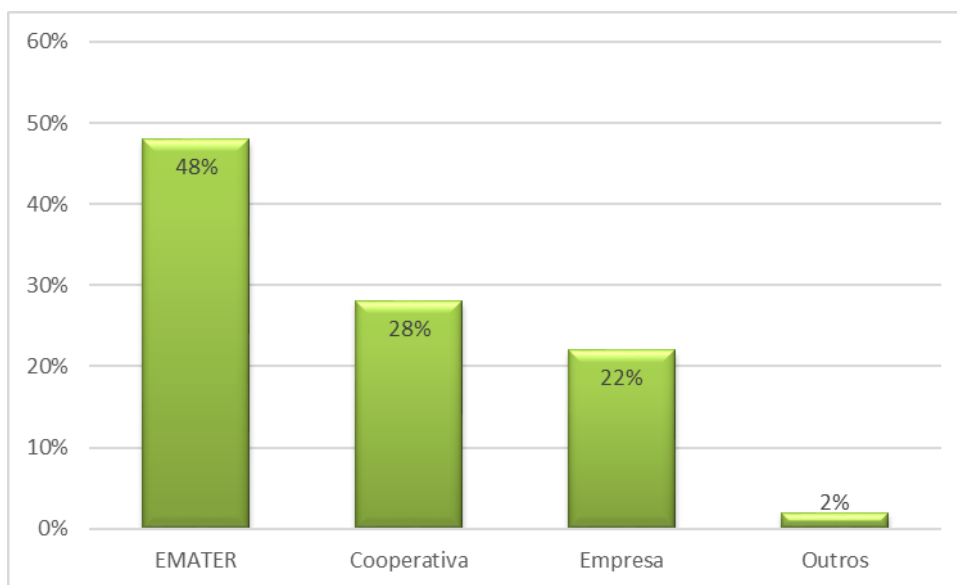


Gráfico 8 – Órgãos, cooperativas ou empresas que oferecem orientações técnicas em Quitandinha.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

Os acompanhamentos da assistência técnica da EMATER contribuem para melhores resultados nas atividades agrícolas das famílias. Essas assistências vão além de apenas objetivar o aumento da produção. De acordo com Abramovay (1998):

[...]a sua missão, mais do que simplesmente levar assistência técnica para ampliar a produção, um escritório de extensão deve caracterizar-se como uma agência de desenvolvimento capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social. (ABRAMOVAY,1998, p.140)

O que acontece é que, muitas vezes, essa assistência técnica não alcança a todos os produtores rurais, além disso, os produtores que são assistidos de maneira inadequada, haja vista que a maioria dos técnicos nem sempre tem formação

apropriada e quando visitam as propriedades, realizam uma análise insuficiente e superficial. Esse fato não é observado no município pesquisado, pois eles enaltecem o trabalho dos técnicos, no entanto, a crítica dos produtores é que essas visitas ocorrem com pouca frequência, pois a EMATER possui poucos técnicos para um grande número de estabelecimentos.

Os agricultores do município conseguiram ter acesso à tecnologia no campo e melhorar a sua produção por meio dos financiamentos que chegaram ao alcance da Agricultura Familiar. Isso ocorreu nos últimos anos, com políticas públicas voltadas a atender os agricultores familiares, como os programas PRONAF, de âmbito nacional, e o Microcrédito, de âmbito estadual. São iniciativas que popularizaram o crédito para os pequenos estabelecimentos. Os dados do Censo Agropecuário apontam que os estabelecimentos agropecuários do Paraná utilizaram relativamente mais financiamentos do que os estabelecimentos do Brasil em geral. Cerca de 30% dos estabelecimentos paranaenses acessaram algum tipo de financiamento, enquanto que para o Brasil em geral, esse percentual é de aproximadamente 17% .

Tabela 18 – Brasil, Paraná e mesorregiões geográficas. Porcentagem de financiamento segundo participação da Agricultura Familiar e não Familiar –2006.

BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	AGRICULTURA FAMILIAR % QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO	AGRICULTURA NÃO FAMILIAR % QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO
BRASIL	17,9	17,2
PARANÁ	30,1	29,0
NOROESTE	16,7	18,3
CENTRO-OCIDENTAL	34,9	41,4
NORTE CENTRAL	23,1	26,7
NORTE PIONEIRO	22,2	22,5
CENTRO-ORIENTAL	21,4	27,0
OESTE	37,2	39,5
SUDOESTE	47,3	40,2
CENTRO-SUL	33,3	31,2
SUDESTE	33,4	30,1
METROPOLITANA DE CURITIBA	19,0	15,4

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Observando a Tabela 18, nota-se que todas as mesorregiões foram contempladas pelos financiamentos, tanto na Agricultura Familiar como na Não Familiar. Dentre elas, a RMC é uma das que menos obteve financiamento, e em comparação ao Brasil, a porcentagem é maior e menor que a do Estado do Paraná.

De acordo com Souza e Brandenburg (2012), isso é resultado do processo desigual da modernização da agricultura, que, em um primeiro momento, beneficiou as regiões do Estado que estavam produzindo os produtos de exportação (soja, algodão, café), fato ainda observado na atualidade, enquanto a Região Metropolitana de Curitiba apresenta maior destaque em outras produções que não são voltadas para o mercado Interacional e sim para o entorno da Capital.

O financiamento é predominantemente acessado para o custeio da produção, tanto para o caso da Agricultura Familiar quanto da Não Familiar. No caso específico da Agricultura Familiar, isso significou 79,8% contra 25% do financiamento para investimento (Tabela 19).

Tabela 19– Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários e total de estabelecimentos que obtiveram financiamento, segundo a finalidade e a condição do estabelecimento –2006

Condição	Total	Total de Financiam.	Estabelecimentos Agropecuários Finalidade do Financiamento							
			Investimento		Custeio		Comercialização		Manutenção	
			Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
AGRICULTUR A FAMILIAR	302.907	91.277	22.850	25,0	72 799	79,8	385	0,4	2 852	3,1
NÃO FAMILIAR	68.144	19.766	4.575	23,1	16 225	82,1	155	0,8	745	3,8
TOTAL	371.051	111.043	27.425	24,7	89 024	80,2	540	0,5	3 597	3,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Com a entrevista, foi possível constatar que a maioria (98%) dos agricultores familiares já realizou algum tipo de financiamento para auxiliar na produção, e o Gráfico 9 mostra a predominância das fontes dos financiamentos realizados pelos produtores.

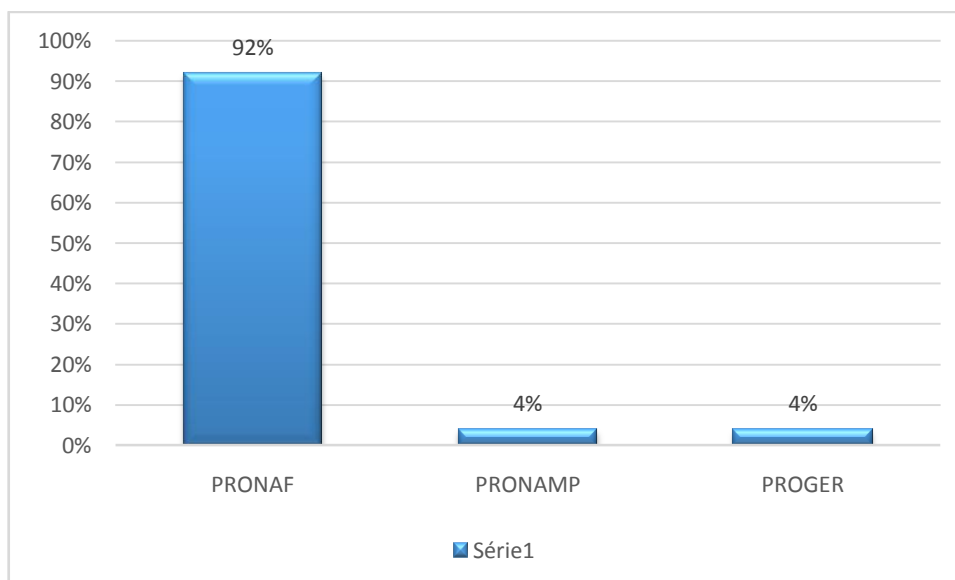


Gráfico 9 – Os principais financiamentos realizados pelos agricultores familiares de Quitandinha.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

Nota-se que o financiamento que mais contemplou os agricultores do município foi o PRONAF, que esse é voltado para as pequenas propriedades. Já o PRONAMP¹² apresentou incidência em apenas um estabelecimento, pois é um programa voltado para o desenvolvimento das atividades rurais dos médios produtores, com o objetivo de promover uma melhor renda e geração de empregos no campo. Para solicitá-lo o mesmo é necessário ser proprietário rural, posseiro, arrendatário ou parceiro, que tenha no mínimo 80% de sua renda bruta anual originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal e possuir renda bruta anual de até R\$ 1,6 milhão. O PROGER¹³ também foi solicitado pela mesma família que realizou o PRONAMP, sendo que o diferencial desse financiamento é que ele não é direcionado somente à agricultura, pois o mesmo é um Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT – PROGER e compõe-se de um conjunto de linhas de crédito disponíveis para interessados em investir no crescimento ou modernização de seu negócio ou obtenção de recursos para o custeio de sua atividade. Enfatizam o apoio a setores intensivos em mão de obra e prioritários das políticas

¹²Os dados a respeito do PRONAMP foram levantados a partir do site do Banco Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>.

¹³Os dados a respeito do PROGER foram levantados a partir do site <<http://proger.mte.gov.br>>.

governamentais de desenvolvimento, além dos programas destinados a atender necessidades de investimento em setores específicos, objetivando aumentar a oferta de postos de trabalho e a geração e manutenção da renda do trabalhador.

Essa família que fez uso destes financiamentos (PROGER e PRONAMP), aumentou sua produtividade e vem progredindo, no entanto, ainda não apresentou compra de terras, porém, aumentou sua área de produção com arrendamento de outras terras. O aspecto mais interessante é que a viúva após a morte do esposo passou a tomar conta das finanças, enquanto os seus irmãos trabalham na “roça” (fato que será discutido na seção 4).

3.4 DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECEITA DOS ESTABELECIMENTOS

Os dados relativos à receita dos estabelecimentos paranaenses indicam que a produção vegetal e a animal continua a ser uma das principais fontes de receita. Quanto à diversificação das fontes de receita, observa-se uma adesão ainda tímida em relação a outras fontes, como o turismo rural a prestação de serviços e outras atividades não agrícolas, notadamente do setor de serviços, em que há uma expectativa de geração de renda complementar, conforme o Gráfico 10.

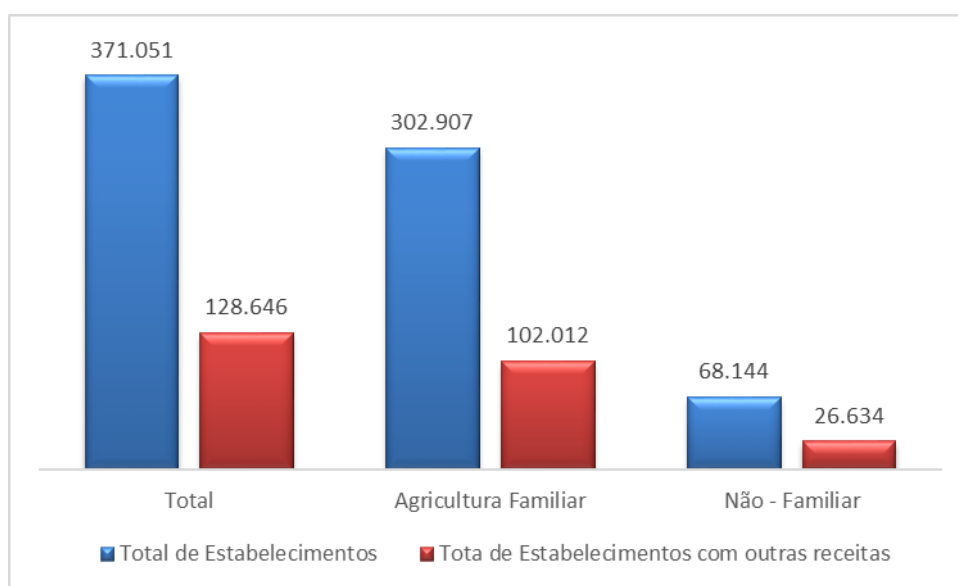


Gráfico 10– Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares e total de estabelecimentos que obtiveram outras receitas – 2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Ainda em relação às receitas, nota-se que cerca de 30% dos estabelecimentos (Gráfico 10) caracterizados como de Agricultura Familiar possuem outras rendas que não a da produção gerada no estabelecimento. Na maioria das vezes, essas são aposentadorias e/ou pensões.

Essa realidade vem coincidir com o que Silva (1999) nomeia de Novo Rural brasileiro, que seria a permanência de uma parte da população no campo, com outras rendas que não provém da agricultura. Para Buainnain *et al.* (2003):

Os resultados das pesquisas sobre urbano brasileiro são ricos e evidenciam a expansão de novas formas de ocupação no meio rural, vinculadas direta ou indiretamente a atividades essencialmente urbanas. Este fenômeno que, no Brasil, ainda é limitado do ponto de vista geográfico, tende, sem dúvida, a crescer. Não se trata, no entanto, de um fenômeno novo. O desenvolvimento do meio urbano deu-se, sempre em todo lugar, pela apropriação dos espaços rurais. (BUAINNAIN *et al.*, 2003, p. 312)

Essas novas formas de ocupação no meio rural ocorrem em Quitandinha, no entanto, de forma moderada, já que isso acontece somente em algumas comunidades do município, como é o caso das comunidades do Pangaré e Lagoa Verde. Para Silva, (1999):

Dentre as principais atividades não agrícolas com importância crescente no meio rural brasileiro devem-se destacar, em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias, no meio rural. Em segundo lugar vêm aquelas atividades relacionadas á crescente urbanização do meio rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços) e a preservação do meio ambiente. Finalmente, em terceiro lugar, mas não menos importante nesta rápida caracterização das atividades não agrícolas que vem se desenvolvendo no nosso meio rural, é preciso destacar a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras que são pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média Urbana, geralmente inferior a 2 hectares, localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do país. (SILVA, 1999, p.12)

Dentre as atividades não agrícolas citadas, algumas já estão presentes na área rural do município, sendo que a com maior destaque é a proliferação dos sítios para lazer das famílias de classe média de Curitiba.

Outro situação destacada pelo Censo do IBGE (2006), foi a situação de algumas famílias que estão deixando de produzir para viver da aposentadoria ou pensão, já que existe, também, um comprovado envelhecimento da população no espaço rural e são os idosos, seja pela penosidade do trabalho ou pela ausência de serviços, que mais enfrentam dificuldades para se manter no meio rural.

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário (2006), o número de estabelecimentos da Agricultura Familiar da Região Metropolitana de Curitiba que recebe aposentadorias ou pensões, representa 60%. Os desinvestimentos nesse setor correspondem a 2,0%, o que pode significar que nessa região muitas pessoas continuam a viver no campo, no entanto, tendo outra renda que não vem da agricultura e, conseqüentemente, não investem na propriedade.

Com a pesquisa de campo, foi possível observar que em Quitandinha, a maioria das famílias vivem da renda obtida de suas produções, no entanto, existem casos de renda complementar, pois, alguns membros residem na propriedade, mas trabalham em outro setor com carteira assinada e, em alguns casos, a complementação da renda ocorre por meio da aposentadoria dos membros mais velho.

Assim, o tópico a seguir retratará sobre as condições socioeconômicas em que vivem os agricultores familiares.

3.5 CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Todas as comunidades rurais que foram visitadas são contempladas com escolas municipais e colégios estaduais, fator que contribui para que a população do campo tenha condições de estudar, devido à proximidade.

Com o questionário levantado em campo, observou-se que a maioria dos integrantes das famílias apresentam apenas o Ensino Fundamental incompleto, como mostra o Gráfico 11.

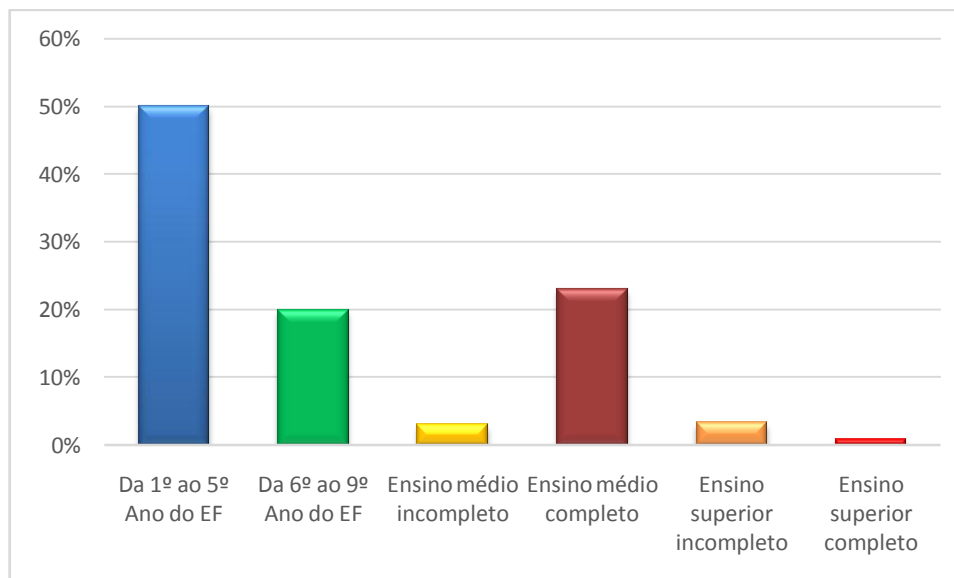


Gráfico 11 – Grau de escolaridade dos agricultores familiares de Quitandinha.
 Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015.

Com as entrevistas foi possível notar que as pessoas com mais idade são aquelas que apresentam o menor nível de instrução. Entre elas o grau de escolaridade ficou entre a 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Elas alegam que não tiveram oportunidades de estudar, pois tinham que trabalhar na roça, chegando a frequentar a escola por um tempo, até aprenderem a ler e escrever e depois, abandonavam.

Os que disseram ter Ensino Fundamental e Médio completo são os agricultores mais jovens, com idade entre 20 a 35 anos, assim como são estes que apresentam Ensino Superior incompleto ou completo.

De forma geral, os membros da família que apresentam maior grau de escolaridade são os filhos. Alguns continuam morando na propriedade, ajudando na produção como podem, já que a prioridade é cursar o Ensino Superior.

Em algumas propriedades, foi possível observar filhos que fizeram Ensino Superior, trabalharam fora e depois retornaram para a propriedade para ajudar na administração. Um caso interessante foi o de um agricultor da comunidade Cai de Baixo, cujo pai já está com 75 anos, dois filhos são doentes e o que estudou formou-se como engenheiro de produção agroindustrial e voltou para cuidar da propriedade, dinamizando a produção. Ele investiu na agroecologia, e tudo que produzem é

vendido para uma rede de supermercados de Curitiba (Fato que será mostrado com maiores detalhes na 4ª seção).

Quanto à renda das famílias, 90% é proveniente da agricultura. Obtêm-se a renda por safra, pagam-se os gastos e o que sobra é depositado no banco e utilizam de acordo com as necessidades. Dessa forma muitos, produtores não sabiam precisar quanto seria a renda líquida do mês e isso é comum entre os agricultores familiares, como afirma Blum (2001):

A maioria dos agricultores não faz controle das receitas e despesas; não faz análise dos custos, portanto, não conhece as margens brutas, os lucros e as relações benefício/custo. Eles percebem que estão empobrecendo ou apenas se mantendo na atividade, mas não conseguem detectar a fonte dos seus problemas; desconhecem quais são as atividades mais lucrativas e que deverão ser incentivadas e quais são as deficitárias e que deverão ser eliminadas ou reduzidas, observando sempre o sistema de produção (BLUM, 2001, p.89)

Para mensuração dos rendimentos, foi necessário fazer as contas juntamente com os mesmos. Evidenciou-se que a maior parte da renda dos agricultores ficou entre 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 1.488,00 até 3.620,00). A renda entre 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 3.620,00 até R\$ 7.240,00) foi observada nas maiores propriedades (Gráfico 12).

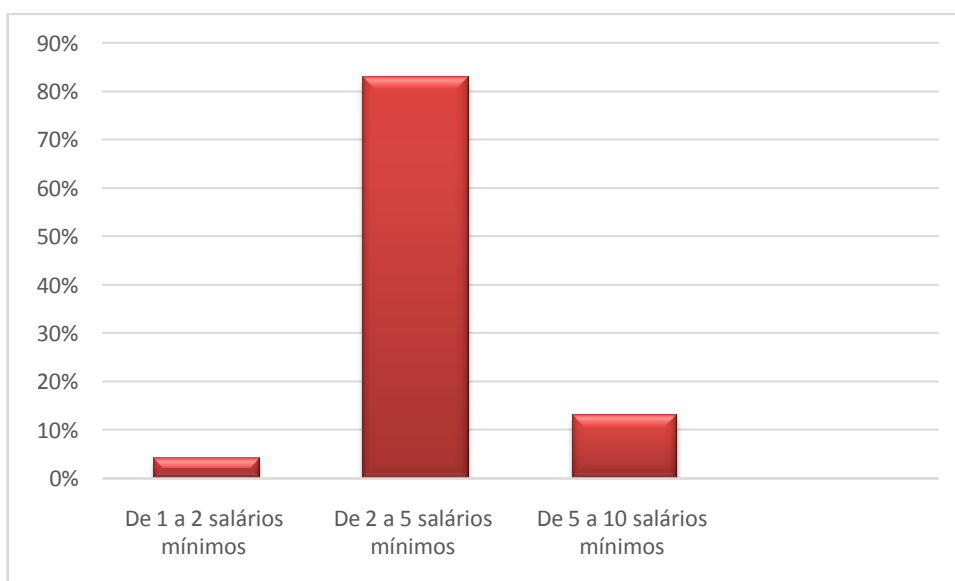


Gráfico 12 - Renda dos agricultores familiares de Quitandinha.
Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

Adicionalmente, nessa caracterização são analisados dados referentes aos bens domésticos selecionados no ano de 2006. Nesse caso, há indicação de que o acesso é mais presente no Paraná quando comparado com os percentuais do Brasil. Observa-se que aproximadamente 21,9% dos proprietários dos estabelecimentos brasileiros não tinham acesso a nenhum dos bens analisados: televisão com e sem parabólica, DVD, rádio, computador e internet. No Paraná, 17,7% dos estabelecimentos não tinham esses bens (Tabela 20).

Tabela 20 –Brasil e Paraná. Número de estabelecimentos agropecuários que possuíam eletrodomésticos, segundo o tipo de eletrodoméstico utilizado– 2006.

TIPO DE ELETRODOMÉSTICO UTILIZADO	BRASIL		PARANÁ	
	Abs.	%	Abs.	%
Rádio	3.623.283	89,6	290.596	95,1
Televisão com antena parabólica	2.378.568	58,8	207.082	67,8
Televisão com antena comum	1.081.168	26,7	81.918	26,8
DVD	923.975	22,9	85.266	27,9
Videocassete	263.714	6,5	36.436	11,9
Computador	183.604	4,5	30.172	9,9
Acesso à internet	75.396	1,9	12.646	4,1
Total de estabelecimentos com algum eletrodoméstico	4.041.877	100,0	305.509	100,0
Total de estabelecimentos sem eletrodoméstico	1.133.612	21,9	65.542	17,7
Total de estabelecimentos	5.175.489	100,0	371.051	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Deve-se considerar que esses itens foram averiguados levando em conta o estabelecimento e não o domicílio do responsável. Conforme foi visto, no Paraná, cerca de 25% dos responsáveis pelo estabelecimento não moravam no local.

Entre os estabelecimentos paranaenses que possuíam algum dos bens pesquisados, os mais populares são o rádio e a televisão com antena parabólica, 95,1% e 67,8%, respectivamente. Em 2006, o computador e o acesso à internet

eram itens recentes nos estabelecimentos brasileiros de um modo geral, porém, no Paraná, esses percentuais sempre aparecem relativamente superiores.

Com a pesquisa foi possível notar que houve alterações dessa realidade, pois de 2006 até 2015, houve uma ampliação do acesso a esses e outros bens no meio rural, fato que pode ser observado nas casas dos produtores familiares que apresentam uma boa infraestrutura quando analisados os bens domésticos.

Nas famílias visitadas em Quitandinha todas possuíam TV, máquina de lavar e geladeira (Gráfico 13).

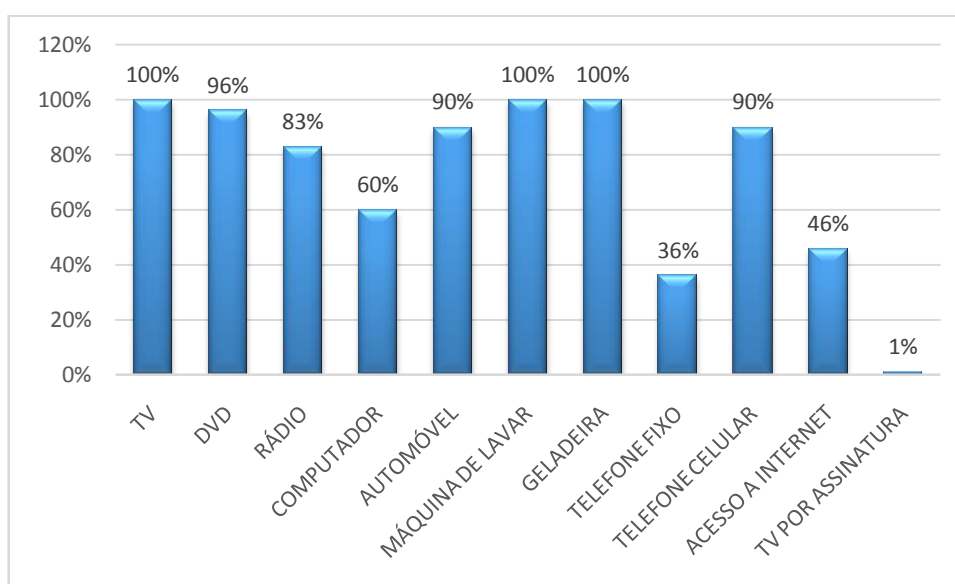


Gráfico 13 – Os principais eletrodomésticos que agricultores familiares de Quitandinha possuem.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

A maioria das famílias possui automóvel, DVD, telefone celular, rádio e computador. Já o acesso à internet apresentou um aumento de usuários, porém, ainda não alcança a maioria da população (46%).

Apesar de todas as adversidades que os agricultores enfrentam, eles vivem em boas condições no campo, conforme visto pelos dados socioeconômicos. Foi possível perceber, também, que a população moradora das comunidades apresenta fortes laços com a terra. Quando questionados a respeito do motivo de ainda continuarem trabalhando com a terra, a resposta já estava pronta pela maioria,

“Porque eu gosto, fui criado aqui, é o que eu sei fazer, não me acostumo na cidade”
(Gráfico 14).

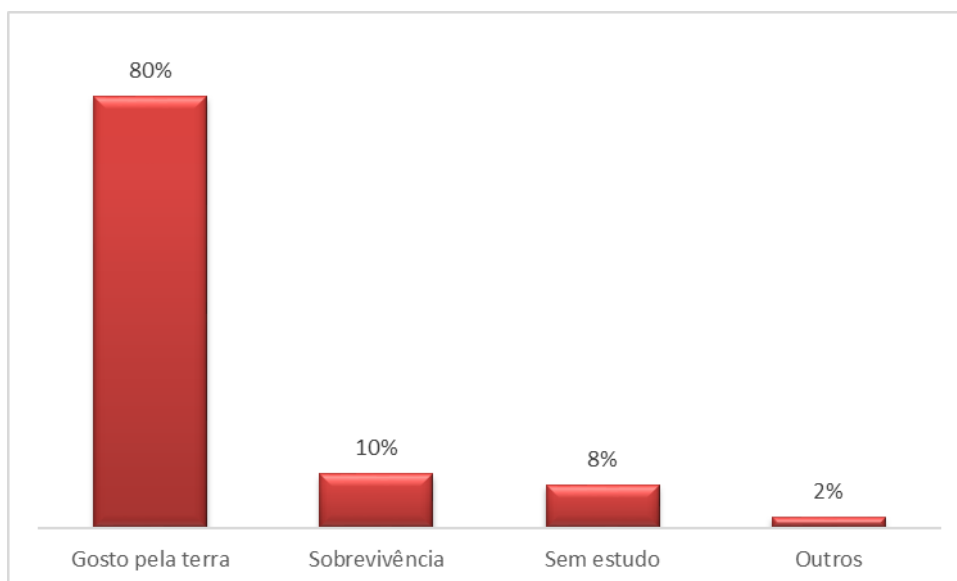


Gráfico 14 – Os principais motivos que fazem os agricultores familiares de Quitandinha a continuar trabalhando com a terra.

Fonte: Pesquisa de Campo. SIQUEIRA, J.M. 2015

Alguns agricultores relataram que é o único meio que eles possuem para sobreviver e outros disseram que por não terem estudo, não conseguiram outro emprego; dentre os outros motivos, aparece a tranquilidade no campo, no entanto, muitos agricultores salientaram que nos últimos tempos, ficaram preocupados com o número de assaltos que assolam a região¹⁴.

¹⁴ Alguns agricultores relataram que já foram assaltados. Devido a esse fato ficavam assustados se as entrevistas fossem depois das 18:00 horas e preocupados em responder as questões sobre a renda e os bens que possuíam em suas propriedades.

4 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO DE QUITANDINHA NO CAMPO

Pelo exposto até o momento, fica evidente a ruralidade e as particularidades do município de Quitandinha. Dessa forma, esta seção procura mostrar quais são os motivos que contribuem para que esta população ainda permaneça no campo.

Primeiramente, esse fato será explicado com base nos aspectos culturais da população, já que a maioria é descendente de imigrantes europeus e apresenta um forte vínculo com a terra. Para eles, a terra é vista como um bem de família, que deve ser passado de geração em geração, contribuindo, assim, para permanência dos jovens na terra.

A relação com a religião também é marca da cultura europeia e, juntamente com ela, os casamentos entre os seus descendentes, que é um meio de continuarem valorizando e compartilhando os mesmos costumes e o desejo de permanecerem com suas famílias no campo.

Como já citado, os agricultores afirmam gostarem de viver no campo e, conforme análise dos questionários socioeconômicos, os mesmos vivem em boas condições, que talvez não seriam mantidas se vivessem em uma cidade.

No entanto, os agricultores familiares desse município reclamam bastante das condições para se inserirem no mercado, da subordinação ao CEASA e às Empresas fumageiras, e da insatisfação com as Cooperativas.

Apesar desse descontentamento, continuam sob essa situação, muitas vezes por não possuírem esclarecimento, informações, por não estarem ligados a algumas associações de agricultores e por ser essa a forma que encontraram para manterem suas famílias em suas terras, já que, muitas vezes, não conseguem adquirir créditos para melhorarem suas produções e conseguirem concorrer com o mercado, ficando sob o domínio da ação do capital.

4.1 ASPECTOS CULTURAIS DA POPULAÇÃO E O SEU VÍNCULO COM A TERRA

A população do município de Quitandinha é composta por variadas etnias, dentre elas as que apresentam maior destaque são as de origem polonesa, que,

quando chegaram ao Brasil, se estabeleceram na Região Sul do país, seguindo para diversas regiões do Estado do Paraná, como os municípios de Lapa e Araucária. Em seguida, algumas famílias polonesas saíram dessas cidades e seguiram para Quitandinha, onde fixaram residência. O segundo maior grupo de moradores do município é de origem portuguesa, vindo também da região da Lapa. Existe também um amplo número de alemães, que possivelmente veio do Estado de Santa Catarina, e também alguns Italianos, oriundos de outros Estados. De acordo com Tavares (2008):

[..] esses números de imigrantes nessa região foi consequência dos incentivos dado pelo governo, pois este tinha como meta criar uma agricultura de abastecimento interno enquanto que o excedente deveria ser destinado à exportação. (TAVARES, 2008, p.472)

Esse incentivo do governo para a imigração, com o objetivo de criar uma agricultura de abastecimento interno, explica o destaque que a Agricultura Familiar tem na Região Metropolitana de Curitiba e, em especial, em Quitandinha. Os imigrantes que vieram para esses lugares viviam na pequena propriedade e produziam para subsistência, trazendo consigo toda a técnica de trabalho do país de origem, juntamente com muitos costumes e crenças, preservados até a atualidade, como a religiosidade, que ainda é significativa, principalmente em relação à religião católica, como se pode ver no Gráfico 15.

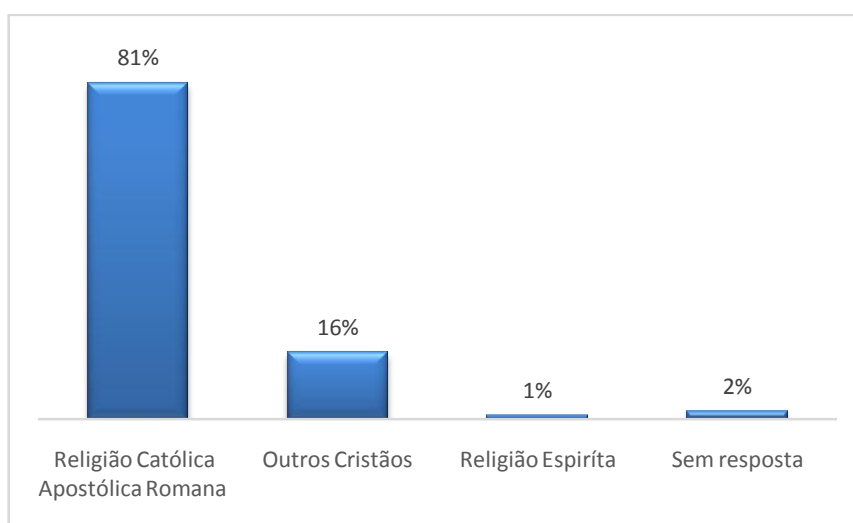


Gráfico 15 - Religião da população residente de Quitandinha.

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Essa ligação com a religiosidade reflete também nos costumes e na paisagem¹⁵ do município, pois cada comunidade possui uma igreja ou uma capela, sendo localizada na área urbana central, a Igreja católica principal, que ocupa um amplo espaço que envolve o templo (como se vê na Figura 6), salão paroquial, casa dos padres, secretaria da Paróquia e também uma parte do convento das freiras.



Figura 6 – Igreja Católica na área central de Quitandinha.
Foto: Prefeitura Municipal, 2014.

Na maioria das comunidades, são realizadas festas proporcionadas pelas igrejas, com grande popularidade no município. Muitas pessoas ficam aguardando o ano todo a sua chegada. As festas principais são as da igreja matriz central, conhecidas como a “Festa do Padroeiro”, em junho, e a “Festa do Padre”, que acontece em setembro.

¹⁵“A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momento históricos diferentes, porém coexistem no momento atual” (SANTOS, 1999, p.83-84).

Esse fato é explicado por Wachowicz, o qual afirma que os imigrantes poloneses apresentam fortes relações com a religião, pois quando chegaram ao Brasil, trouxeram consigo todos os costumes que já possuíam.

No Brasil vem enfraquecer, mas não abalar o instinto gregário de camponês polonês. Se na pátria de origem este instinto gregário se manifestava, sobretudo na atividade paroquial, no Brasil o processo será mantido. A igreja, a paróquia e o sacerdote serão, na maioria das colônias do Brasil, inclusive em Abranches, e por muito tempo, o único elo que unirá os colonos(WACHOWICZ, 1974, p. 82).

Para o autor, a religião foi a forma encontrada pelos imigrantes para se comunicar e confraternizar com outras famílias, pois era no momento anterior e posterior à missa, ou em outra atividade relacionada à igreja, que o diálogo fluía e viam nesse momento a oportunidade de conhecer as novidades das colônias e saber como estava o desenvolvimento das outras famílias e das suas propriedades.

Em decorrência dos fortes laços dessa população com a religiosidade, observa-se também um significativo número de casamentos que ocorrem neste município e poucos divórcios. Esses dados ficam em maior evidência quando comparados com os do país e ao Estado do Paraná, como elucida o Gráfico 16.

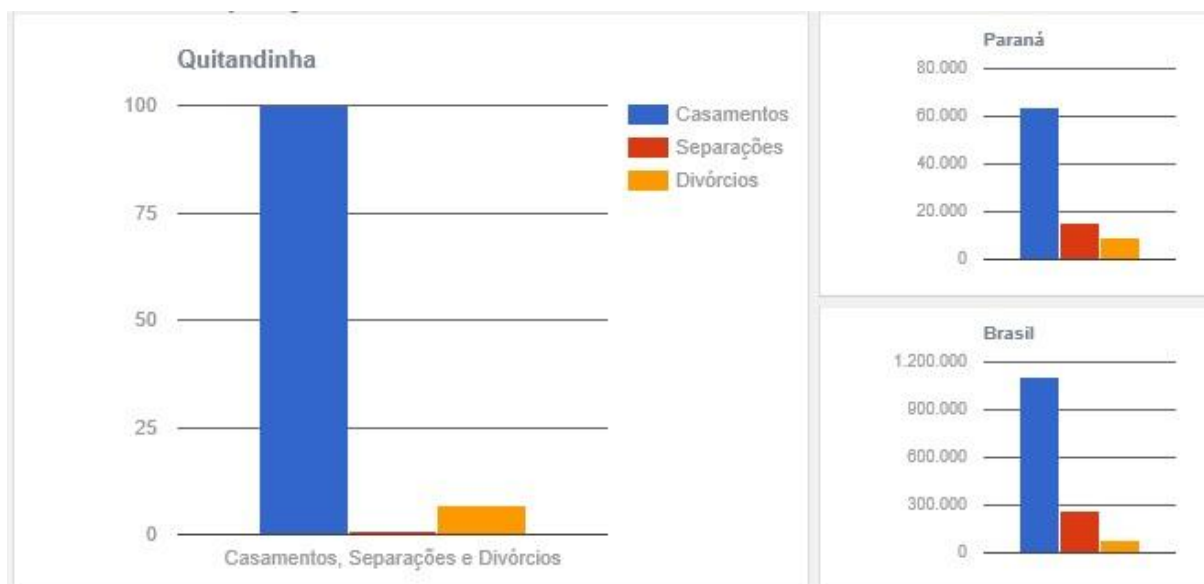


Gráfico 16–Brasil, Paraná e Quitandinha. Casamentos, Separações e Divórcios
Fonte: IBGE, 2014.

Em relação aos dados e a partir da pesquisa de campo, é possível notar que o casamento faz parte da vida das pessoas e, como a maioria da população é descendente de poloneses e alemães, eles prezam por casamentos entre “polacos” como dizem, como uma forma de manter a cultura europeia trazida por seus ascendentes. Na maior parte dos finais de semana, tem-se mais do que um casamento. As festas de casamento reúnem vários aspectos culturais deste povo. A seguir relato do blog de Paulo Rogério Jasiocha, (2013) sobre um “Casamento Polaco”:

Já fazem mais de 10 anos que eu não vou mais a casamento de poloneses. Os últimos em que fui convidado foram dois na família Sokulski em Catanduva, Contenda, Pr. e três na família Mika em Cachoeira do Ipanema, Quitandinha Pr. Para fazerem estas festas normalmente o pai da noiva, com um ano de antecedência, dependendo o número de famílias convidadas põe um ou dois bois para serem confinados e tratados de uma maneira especial para que a carne destes animais proporcione um churrasco suculento e macio, estes cuidados são também feitos com os leitões e frangos a serem servidos no dia da comemoração. Uma semana antes da data do casamento, com a ajuda de parentes, vizinhos e amigos das famílias dos nubentes começa-se o preparo das guloseimas a serem oferecidas aos convidados. Nestes dias o pessoal faz cerveja de casa, gengibirra, bolachas, diversos tipos de bolos, cuques, pastéis, geleia de tutano, bolinhos de carne, recheiam as galinhas, temperam os leitões e o churrasco para serem assados e servidos no dia. O salão onde será servida a refeição que depois vira pista de dança (normalmente o paiol da casa) é decorado com galhos de pimenteira e bambu cará. Após o cerimonial na igreja, em uma carreata segue-se para o local da recepção festiva, soltando muitos foguetes e dando vivas aos noivos. Antes de chegar ao local das festividades à carreata e parado por um grupo de pessoas que cobram um pequeno pedágio e dão em troca um cálice de licor à pessoa que contribuiu com a quantia simbólica de dinheiro que será entregue ao novo casal, tudo isso com presença de um gaitero e um rabequista tocando músicas polonesas. Chegando ao local é comemorado o **odczepiny** (a noiva deixa de ser solteira) e os noivos são abençoados pelos pais e então começa a serem servidos os comes e bebes. Terminada a refeição os **druzbas** (ajudantes na festa) começam a retirar as mesas do salão deixando apenas os bancos encostados na parede para começar o grande baile, apenas em um canto do recinto será deixado uma ou duas mesas bem grandes para que após a meia noite seja servido um café com salgados e doces para renovar as energias do pessoal. O baile começa com a dança dos noivos, pais, padrinhos e daí estende-se aos demais, dançando em pares ou em grupo como é o caso da dança do **socó**. Também tem a **czepowiny**, nesta dança a noiva tira os homens para dançar, e após dar uma volta na mesa em que o noivo estiver sentado o convidado põe um dinheiro em um prato e pega um cálice de licor ou

cigarro em troca. Dos galhos das pimenteirias que decoram o salão caem algumas folhas que são pisoteadas pelos dançarinos e fazem exalar um aroma característico de pimenta que tornam estas festas inesquecíveis pelo seu perfume. Terminada a festa, no dia seguinte tem o famoso repique onde são servidas as sobras do dia da anterior, para quem estiver lá

Para o autor, essas características foram mantidas pelos imigrantes quando nessa região chegaram, pois foi a forma que encontraram para criar um “mundo” onde pudessem manter suas identidades étnicas e culturais. Em Quitandinha, algumas localidades ainda resistem às mudanças que ocorrem, mantendo-se as tradições em algumas comunidades mais distantes. Pode-se afirmar que quanto mais distante as comunidades da área urbana, mais fortes são os seus valores e tradições, que contribuem para que a maioria das pessoas continue a morar no campo, nesse município.

Uma das formas de se entender esses aspectos foi com a pesquisa *in loco*, onde a maioria dos agricultores se declarou proprietários dos estabelecimentos, como se pode observar no Gráfico 17.

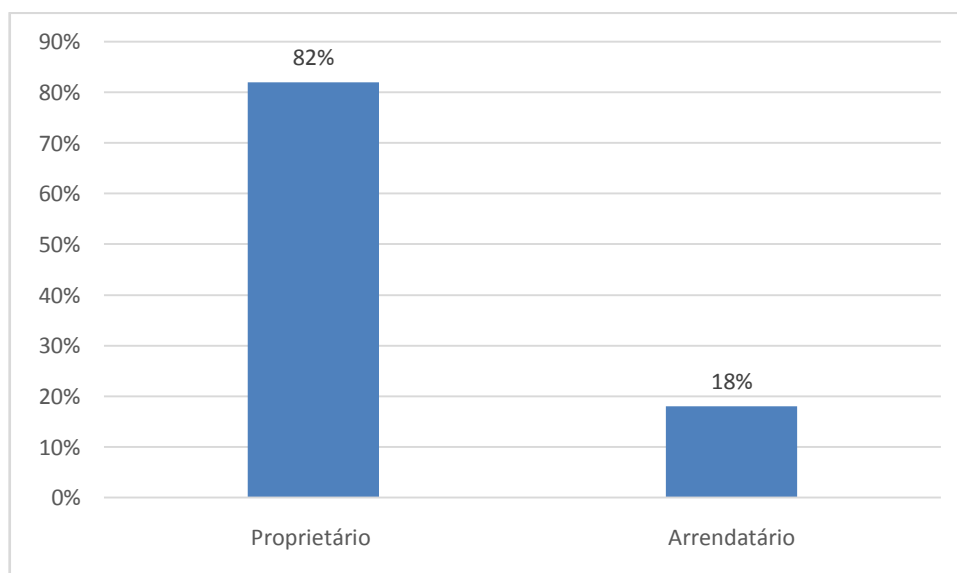


Gráfico 17 - Condição dos agricultores entrevistados em relação à propriedade em Quitandinha.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

Esses dados são importantes, pois revelam a intensa relação que os agricultores familiares possuem com a terra e a buscam por continuarem proprietários, já que ela é vista como patrimônio de família. Segundo Corona (2010):

É possível afirmar que a questão da terra vista como um patrimônio familiar coloca em evidência a inter-relação existente entre os aspectos materiais e imateriais presentes nas estratégias que são estabelecidas no espaço ou território no qual se desenvolve a vida destas famílias. Há diferenças de posições na estrutura social e nas disposições para a ação e, ao mesmo tempo, semelhanças, quando observados o sentido e a finalidade de tais ações. Ou seja, ao estabelecer as estratégias fundiárias [...] procuram enfrentar as limitações e as pressões do mercado de terras e aproveitar as possibilidades abertas pelo mercado, com o objetivo de manter a família no estabelecimento rural (CORONA, 2010, p.176-177)

Essa relação do agricultor familiar com a terra também já foi descrita por Kautsky (1998), no fim século XIX, quando analisou os pequenos produtores da Europa. Mesmo que essa análise tenha ocorrido em um momento histórico diferente e em outros países, essa semelhança de considerar a terra como um patrimônio familiar, é observada na Região Metropolitana de Curitiba. Isso se explica pela questão cultural, pois os municípios extremamente rurais apresentam um grande número de imigrantes europeus, como é o caso de Quitandinha, com uma população composta por descendentes de poloneses, alemães e italianos.

Com os dados levantados nas propriedades rurais, constatou-se a situação desses agricultores familiares em relação as suas terras. A origem de suas propriedades ocorreu por meio de herança, representando 70% dos entrevistados, o que reforça o que já foi dito, que a terra é vista como um a patrimônio de reprodução da família. Os que afirmaram que compraram, ficam entre os 30% (Gráfico 18). Os 70% que receberam a terra como herança, ampliaram a sua propriedade por meio da compra de mais hectares, como relataram no momento desse questionamento.

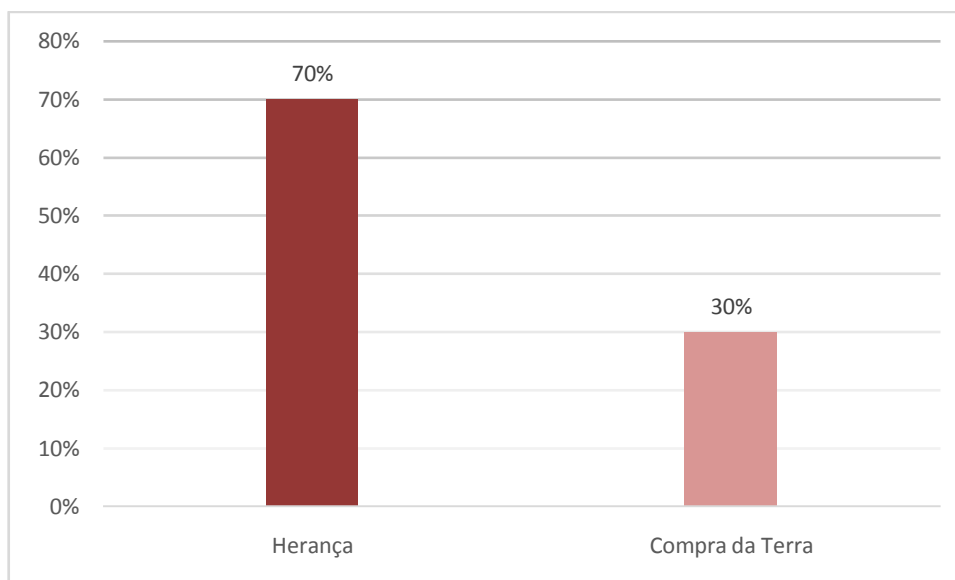


Gráfico 18 - Origem da propriedade familiar em Quitandinha

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

Um fato muito comum nas comunidades, a respeito da reprodução das unidades familiares, é que a divisão da terra é feita em vida pelos pais, já que os filhos se casam e continuam trabalhando e morando na propriedade. Assim, em uma propriedade encontram-se várias casas; a principal é a dos pais e as outras são onde cada filho mora com a sua família. Dessa maneira, eles plantam e colhem juntos e realizam a divisão da renda obtida com a comercialização dos produtos.

Realidade como essa de preservar a terra, por ser vista como um patrimônio familiar diferencia essa localidade em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e demográficos, além de contribuir para o prolongamento dos agricultores familiares no espaço físico e social que lhes é próprio, demarcando o seu território.

A seguir, é possível averiguar que esse prolongamento das pessoas no campo envolve principalmente um grande número de jovens e mulheres.

4.2 A PRESENÇA DOS JOVENS E DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR EM QUITANDINHA

Os dados demográficos sobre a população paranaense demonstram a continuidade dos processos migratórios campo-cidade nas últimas décadas. O que

se pode observar é que o meio urbano continua sendo um lugar atrativo devido ao trabalho remunerado, estudo e lazer para a população, principalmente aos jovens¹⁶.

Em decorrência desses atrativos na cidade, emerge a problemática da falta de interesse por parte da juventude pelo meio rural, tendo como consequência a constante saída de jovens para as cidades em busca de novos horizontes profissionais e pessoais.

Essa realidade mostra-se diferente em alguns municípios que apresentam um forte desenvolvimento da Agricultura Familiar, em que a juventude está inserida no trabalho familiar do estabelecimento agrícola, “onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15). Para Silvestro *et al.* (2001), na Agricultura Familiar:

Os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho - auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento. (SILVESTRO *et al*, 2001, P.280)

Tal contexto ainda se mantém pelas relações sociais que constroem no presente, e que são movidas pelas tradições familiares e locais, do passado e orientam as alternativas possíveis ao futuro das gerações e à reprodução do estabelecimento familiar. Tais dinâmicas se interligam e, através delas, emerge um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo, e

¹⁶O Brasil segue o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos. Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera jovens as pessoas em idades entre 10 a 24 anos. De fato, apesar de se mostrarem conveniente para experimentos, a delimitação de idade para a definição de juventude apresenta-se deficiente. Abramovay *et al.* (1998, p. 37) explanam: “não existe uma definição universalmente aceita para os limites de idade em que se encontra a juventude”. Estes autores acreditam que a principal característica desta fase corresponde à naturalização da continuidade do modo de vida dos pais. Vale ressaltar ainda que, a juventude rural caracteriza-se por ser um momento de diversas fases semelhantes às vivenciadas pelos jovens urbanos (ABRAMOVAY, 2000). Conforme Oliveira (2006) define-se juventude a partir de cinco abordagens: faixa etária, ciclo de vida, geração, cultura ou modo de vida e representação social. E é essa concepção que foi considerada nesta pesquisa.

paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural (CARNEIRO e CASTRO, 2007).

Em Quitandinha pode-se observar esses aspectos, pois, com base em dados secundários, pode-se diagnosticar que no ano de 2010, a presença de 4.291 jovens, com faixa etária entre os 15 e 29 anos de idade, representou 25% da população total do município. Desses, 52,2% são do sexo masculino e 47,7% são do sexo feminino. (Tabela 21).

Tabela 21 - Total da população de jovens em Quitandinha-PR

GRUPO DE IDADE	1970	1980	1991	2000	2010	%
15 A 19 ANOS	1.190	1.339	1.568	1.635	1.620	9,47
20 A 24 ANOS	896	1.000	1.314	1.331	1.346	7,87
25 A 29 ANOS	626	781	1.064	1.126	1.325	7,75
TOTAL	2.712	3.120	3.946	4.092	4.291	25,1
TOTAL DE HOMENS	1.331	1.649	2.058	2.244	2.241	52,2
TOTAL MULHERES	1.381	1.471	1.888	1.848	2.050	47,7

Fonte: IBGE, Base de dados SIDRA, 2010.

Com os dados da Tabela 21, fica em evidência o aumento do número de jovens entre os anos de 1970 a 2010, exceto o grupo de idade entre 15 a 19 anos que apresentou um pequeno decréscimo entre 2000 a 2010. Ao se portar para a área rural, é possível observar que a maioria desses jovens está presente nesse espaço, como se vê no Gráfico 20.

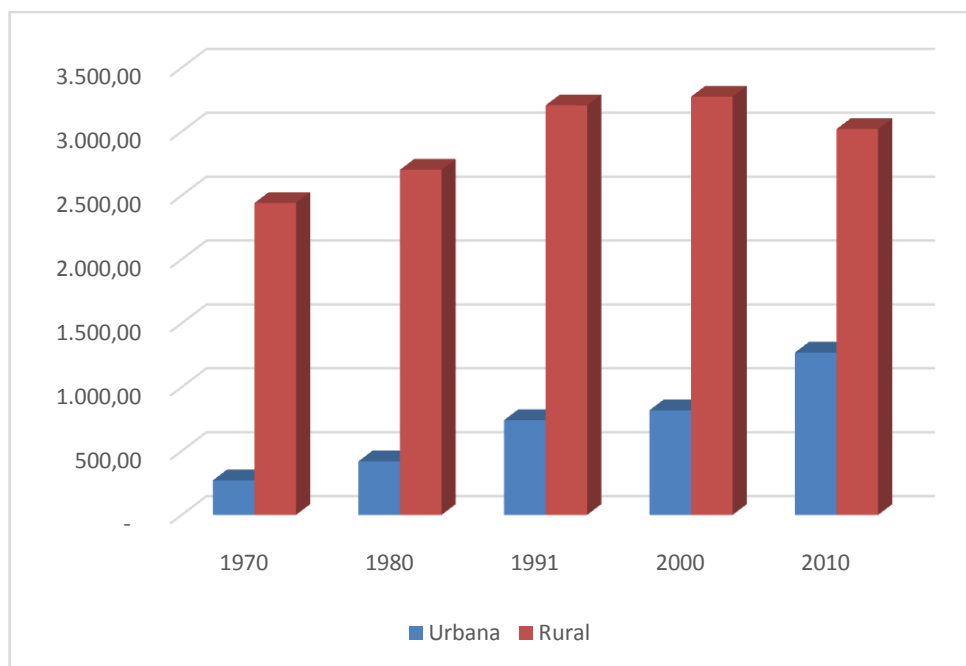


Gráfico 19– Quitandinha. População total (grupo de idade entre 15 a 29 anos) urbana e rural.

Fonte: IBGE, 2014.

Esse número de jovens no meio rural apresentou um crescimento gradativo desde 1970 até 2000. Até 1991, o crescimento populacional se manteve estável e entre o ano de 2000 e 2010, houve queda do número de jovens no campo.

Apesar de os dados mostrarem que nos últimos anos (entre os anos de 2000 a 2010) o número de jovens que abandonou o campo apresentou um pequeno acréscimo, o município ainda continua a apresentar um número significativo deles que ainda permanece no meio rural. Esses jovens são aqueles que, de alguma forma, darão continuidade às atividades desenvolvidas pela família, pois são fortemente influenciados pelas tradições familiares.

Na pesquisa desenvolvida nas comunidades rurais, é perceptível o alto número de jovens que são donos da propriedade. De forma unânime, eles afirmam que a forma como adquiriram a terra foi por meio de herança deixada pelos pais.

Os entrevistados disseram que permanecem no campo por gostarem. O que se observa é que a população jovem que continua a morar no campo é composta por aqueles que geralmente se encontram bem estruturados, em termos de terra e capital, e possuem uma boa renda mensal que advém da produção de grãos ou de

verduras e, por consequência, são também agricultores que possuem fortes relações com o mercado.

Muitos desses jovens produtores de grãos são associados às cooperativas, com destaque para a Cooperativa Bom Jesus¹⁷, que apresenta várias atividades voltadas para os jovens. Eles são bem vistos pela sociedade local, pois participam ativamente das atividades religiosas das comunidades. A seguir, menciona-se alguns exemplos da juventude que permanecem no meio rural.

A primeira situação é a do casal Resner, da comunidade Cerro Verde que aparece juntamente com a pesquisadora na Figura 7.



Figura 7 – Pesquisadora acompanhada do Casal Resner, da comunidade do Cerro Verde

Foto: PRZEBCOVIS, K. 2015

Ambos relataram que sempre viveram no município. Ele sempre morou na área rural ,no entanto, ela residiu e trabalhou por um tempo na área urbana. Os dois

¹⁷A cooperativa Bom Jesus tem sua sede no município de Lapa, e seu entreposto instalado em Quitandinha conta com 420 associados. Destes, 378 são produtores de Quitandinha e os outros 42 são de municípios vizinhos (Informações concedidas em 2014, pelo gerente Leandro Filipak, do entreposto de Quitandinha).

concluíram o Ensino Médio e, em seguida, casaram-se e optaram por continuar lidando com a terra. Quando questionados sobre quais são os motivos que os fazem permanecer no campo, eles relatam:

Porque foi nesse lugar que fomos criados, e cuidar da terra é o que sabemos fazer de melhor, e devido ao fato da terra ser nossa, pois foi herança do meu pai que mora ainda aqui do lado. A vida na cidade também não é fácil e se precisamos de algo é só ir para a vila ou à Curitiba que não é longe. Eu (Simone Resner), quando era solteira, morava na vila e trabalhava em uma loja, mas depois da casada vi que não compensava ir todos os dias e decidi ficar e ajudar o meu esposo na propriedade.

O casal é produtor de soja, trigo, milho, feijão e cevada e a entrega é feita para as cooperativas Bom Jesus e Cooperante. As verduras são plantadas só para o consumo próprio.

Outro caso é o mostrado na Figura 8, na qual aparecem várias famílias trabalhando juntas, dentre elas o casal Márcia (com o bebê no colo) e Nilson Piryshosvski (de camiseta verde) e seu filho, da comunidade Pangaré. A propriedade onde eles moram foi dividida pelo pai dele para os filhos, que já casaram. No mesmo quintal foram construídas várias casas para cada família e cada um produz em seu pedaço de terra.



Figura 8 – Família Pyryshovski.
Foto: PRZEBCOVIS, K.2015.

O casal possui Ensino Médio completo e ambos se dedicam à produção familiar. De acordo com eles:

O campo é um lugar bom para se viver, nós gostamos de viver aqui, é meio que nós temos para sobreviver. A gente até estudou, mas se fossemos morar na cidade como ficaria o meu pai sozinho aqui sem os seus filhos, teríamos que alugar casa e aqui já é da gente né.

Essa família é produtora de verdura e sua venda é realizada no CEASA em Curitiba, sendo que participam ativamente do grupo de jovens e de todas as atividades da igreja católica da comunidade.

Apesar dessa realidade diferenciada, existe também a situação daqueles jovens que ficam divididos entre o seu local de vivência, que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Além de espaços distintos e superpostos, trata-se fundamentalmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão substância à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade (CARNEIRO e CASTRO, 2007).

Carneiro e Castro (2007) afirmam que, nesses espaços, a vida cotidiana e as expectativas para o futuro são constituídas de uma dinâmica temporal: o passado

das tradições familiares, que inspira práticas e estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana, focalizado na educação, no labute e na sociabilidade local; e o futuro, que se proclama, sobretudo, por meio das preferências práticas de herança, sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva.

Muitos jovens de Quitandinha saem para trabalhar ou estudar fora, mas, depois de um tempo, voltam. Alguns deles retornam por simplesmente não se adaptarem à uma vida urbana, voltando a se dedicar à agricultura, outros para morar no campo e continuar trabalhando na cidade e outros para terminarem os estudos e regressam para auxiliar na produção.

Um caso de um jovem que trabalhava fora e morava com os pais, é o de um dos filhos do Mário Batista da Cruz¹⁸, da comunidade Doce Grande. O senhor Mário e sua esposa Rosilda de Fátima Meister tiveram dois filhos: o Evinícius Batista da Cruz, 21 anos e o Matheus Batista da Cruz, 15 anos. Tanto o senhor Mário como sua esposa Rosinilda possuem somente o Ensino Fundamental, o filho mais velho o ensino médio e o mais novo está terminando o Ensino Médio.

Na entrevista, foi possível perceber o desânimo no qual se encontrava a família, pois o filho mais velho do casal, que estava trabalhando em uma empresa madeireira, sofreu um acidente no trabalho e teve o braço amputado e, ao mesmo tempo, dona Rosilda vinha apresentando vários problemas graves de saúde. Dessa forma, a propriedade ficava sob os cuidados do senhor Mário e de seu filho Matheus, que se dedicam à produção de fumo e a sua venda para as empresas Philip Morris, Aliança e Universal. Produzem, também, para consumo próprio o feijão e o milho e, atualmente, estão investindo na produção de uva (Figura 9). Com as uvas, fazem suco e vinho; e como ainda não estão inseridos no mercado, vendem as uvas na própria comunidade e na sede municipal.

¹⁸O senhor Mário Batista da Cruz foi a pessoa que se prontificou a responder as perguntas da entrevista que ocorreu em maio. No mês de julho a família dele entrou em contato solicitando a foto que foi tirada durante a pesquisa, pois ele tinha falecido em um acidente de trabalho e aquela tinha sido a última fotografia dele.



Figura 9 - Produção de Uva na Comunidade Doce Grande.
Foto: CRUZ, E.B da.2016

Atualmente, a propriedade está sendo gerenciada pelo filho mais velho, Evinicius Batista da Cruz, de 21 anos. Ele relatou que ficou desempregado após o acidente que resultou na perda do braço, porém, a perícia do INSS disse que ele ainda tinha condições de trabalhar. Ele ficou em casa por um tempo e após a morte do pai teve que cuidar da propriedade, pois era a única fonte de renda que possuíam. Quando interrogado a respeito da sua situação, relata:

Eu acredito que cuidar da nossa terra é o que meu pai queria que eu e meu irmão fizéssemos, pois foi aqui que ele passou toda a vida, foi neste lugar que ele nos criou e ele gostava muito dessa vida. Por isso decidi continuar morando aqui e cuidando do que ele deixou para nós, ir para cidade é pura ilusão. Se meu pai pode nos ver, deve estar muito orgulhoso por eu estar trabalhando por aqui.

A Figura 10 foi tirada em junho, na entrevista com o Sr. Mário, sua esposa e também o Evinícius, trabalhando na colheita da uva, em janeiro.



Figura 10 – Pesquisadora com o casal Mário e Rosinilda e a colheita da uva, na comunidade Doce Grande.
Foto: PRZEBCOVIS, K. 2015; 2016.

Como exemplo de jovens que voltam após o término dos estudos, tem-se o da família do Sr. Pedro Ziomek, da comunidade Caí de Baixo, já citada na terceira seção. O filho deixou o campo por um tempo, para cursar o Ensino Superior, e, após a finalização, voltou para auxiliar o pai e os irmãos, no entanto, ele procurou realizar o gerenciamento do estabelecimento agrícola de forma diferente, apostando nos produtos almejados pelo mercado.

Essa situação é explicada por Mello *et al.* (2003), quando diz que até o final dos anos de 1970, a continuidade da profissão de agricultor era conhecida como uma obrigação moral e o conhecimento que o jovem adquiria junto à família e à comunidade era considerado suficiente para gerir o estabelecimento agrícola. Atualmente, a agricultura é uma atividade que se transforma mais rapidamente e as novas oportunidades de renda que surgem no meio rural, como por exemplo, a produção de base agroecológica, dos produtos originados da agroindústria familiar e daqueles que apresentam qualidades artesanais, dentre outros, apontam para a

necessidade de os agricultores possuírem um nível educacional mais elevado e terem uma formação profissional contínua.

Foi isso que fez o filho do Sr. Pedro Ziomek, ao manter as bases tradicionais para a produção de feijão, milho, arroz e de animais e investir na produção agroecológica, com a produção de 32 itens (verduras e legumes) que necessitam de um melhor entendimento para a otimização da produção e uma contínua formação profissional. Com essa inovação, a família teve uma oportunidade a mais de renda, já que essa produção tem destino certo, que é uma rede de supermercados em Curitiba e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹⁹. A Figura 11 mostra o senhor Pedro e seus filhos, após o expediente de trabalho.

¹⁹O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como merenda escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. (Disponível em: <http://transparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf>). No município de Quitandinha são 11 produtores rurais cadastrados no PNAE, eles fornecem somente para merenda escolar municipal os seguintes produtos: repolho, couve flor, beterraba, brócolis, abobrinha, tomate, alface, agrião, batata doce, cebola, alho, feijão preto, mel, suco de uva integral, caqui, pêssego e morango.



Figura 11 – Pedro Ziomek, a pesquisadora e seus filhos.
Foto: PRZEBCOVIS, K. 2015.

Para Pereira (2004), os jovens do meio rural das gerações passadas construíam suas experiências em um espaço social mais restrito, e as gerações atuais estão cada vez mais ligadas nesse campo com relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a esses jovens repensar em suas identidades e suas relações pessoais.

De acordo com Abramovay (1998), essa migração ocorre em maior parte pelas mulheres, já que as moças estão deixando a zona rural antes e em uma proporção maior que os rapazes, ocorrendo, assim, um severo processo de masculinização do campo. Em Quitandinha, o maior número de jovens no campo está representado pelos homens e atinge um total de 1.576, sendo que o número de mulheres corresponde a 1.444, como pode ser observado na Tabela 22, segundo os dados de 2010.

Tabela 22–Quitandinha – PR. Total da população de jovens rural e urbana de acordo com o gênero.

GÊNERO	POPULAÇÃO	1970	1980	1991	2000	2010
HOMENS	URBANA	125	212	354	423	665
	RURAL	1.206	1.437	1.704	1.821	1.576
MULHERES	URBANA	146	207	387	396	606
	RURAL	1.235	1.264	1.501	1.452	1.444

Fonte: IBGE, Base de dados SIDRA, 2010.

Com base na Tabela 22, é possível notar que, em 1970, o número de mulheres jovens no campo era maior. Nos próximos anos (1980 e 1991), esse número continua a crescer, porém não de forma significativa como a de homens. A partir de 1991 até 2010, a população feminina apresenta diminuição, concomitante a esse processo, a população de homens para de aumentar e tem início a redução.

Essa diminuição da população feminina ocorre, muitas vezes, pela desvalorização da mulher no campo. Elas passam, assim, a almejar uma carreira na cidade e, em muitos casos, saem para estudar, já que em Quitandinha a terra é vista como um bem, geralmente para ser passado para os filhos homens ou para a filha casada, ficando a propriedade sob responsabilidade do genro. Esse é um dos aspectos que motiva o “grande” número de casamentos. E mesmo os homens sendo a maioria responsável pelos estabelecimentos da Agricultura Familiar, ainda que ocorra uma desvalorização da mulher no campo, é possível perceber, nas famílias quitandinhenses, a importância da participação da mulher (seja ela jovem ou mais velha) e dos jovens nas atividades agrícolas.

Visitando a comunidade do Cerro Verde, tem-se um exemplo de força jovem e feminina no campo, como mostra a Figura 12.



Figura 12 – Karina Przebcovis em um dia de serviço na propriedade dos pais.
Foto: SIQUEIRA, J.M.2015

A moça que aparece na foto é Karina Przebcovis, de 27 anos. Ela está trabalhando na propriedade dos seus pais. Possui o Ensino Médio completo e morou no campo até os 23 anos, quando foi para a cidade morar na casa de familiares e trabalhar na Cooperativa Bom Jesus. No entanto, nos fins de semana, ia para a casa dos pais, onde ajudava na propriedade, cuidando da granja, dos animais e da estufa de fumo. Após um ano e meio Karina decidiu deixar o trabalho na Cooperativa e voltar a residir no estabelecimento rural dos pais, voltando a se dedicar à agricultura, ajudando o pai e o irmão com a plantação e colheita de grãos.

Apesar de gostar muito de morar ali, ela sofria por não ter total independência, e decidiu voltar para cidade e trabalhar como instrutora em um centro de formação de condutores, sempre voltando ao meio rural para ajudar os pais.

Diferente do que os pais desejavam para ela, que era um casamento com um “polaco” para constituir família, a moça decidiu deixar o emprego de instrutora para ser caminhoneira. Em um primeiro momento, não conseguiu por não obter apoio dos

pais, que acreditavam que essa não é uma profissão para mulher. Após muitas tentativas, ela alcançou o que tanto almejava, conseguindo, por meio de uma empresa de Curitiba, um caminhão para realizar fretes. Concomitante a isso, casou-se com um caminhoneiro e começaram a realizar viagens juntos. O que ela não conseguiu deixar para trás são os fortes laços afetivos com campo, pois, em tempo de plantio e colheita, deixa os fretes e vai para o estabelecimento agrícola ajudar na produção. Durante a entrevista, foram levantados alguns questionamentos a respeito da sua relação com o campo, tais como, os motivos que a fazem continuar tão ligada ao meio rural, mesmo tendo oportunidades de viver em outras cidades maiores. A resposta para essa questão foi a seguinte:

Porque gosto muito da vida no campo. Pensei em ficar longe, mas não consigo. Já tive vontade de fazer faculdade de agronomia e voltar para melhorar as coisas na lavoura, mas agora estou com o caminhão que também gosto. Desse jeito consigo levar os dois. (PRZEBCOVIS, K. 2015)

Também foi questionada sobre o que mais gosta da vida no campo:

Eu gosto de trabalhar na natureza, na terra, com máquinas e volante. Acho encantador o milagre de Deus de você pôr sementes na terra e elas crescerem e produzirem e também porque fui criada no meio de tudo isso e aprendi a gostar. Também puxei a meu pai, pelo gosto com animais e pelo prazer do que fazemos (PRZEBCOVIS, K. 2015)

Assim como a jovem citada, existem, em algumas unidades produtivas familiares, mulheres que, além de se dedicarem ao trabalho com a produção agrícola, atuam como personagens centrais na gestão do estabelecimento, como é o caso da Luciane Kuduvavicz Dranka, citada na terceira seção. Viúva e mãe de dois filhos (uma moça de 17 anos e um menino de 9 anos), seu esposo faleceu em 2010, em um acidente na propriedade, da qual Luciane tornou-se herdeira. A forma que ela encontrou para dar continuidade às atividades produtivas foi por meio de uma parceria com o seu irmão, de 25 anos. Ela administra as compras, vendas, financiamentos e participa de capacitações, enquanto ele trabalha na lavoura.

O mais interessante é que, depois que Luciane começou a cuidar da gestão da propriedade, ela inovou e aumentou muito a produção, investindo em tecnologia,

estabelecendo parcerias com algumas empresas e associando-se à Cooperativa Bom Jesus. A Figura 13 mostra uma das máquinas adquiridas por Luciane.

Com o aumento da produção de grãos, houve a necessidade de ampliar o tamanho da propriedade, sendo assim ela comprou uma parte e a outra arrendou. De todas as trinta propriedades analisadas, a que apresentou maior extensão territorial para a produção é a da Luciane. Antes de assumir a gestão da propriedade, a área que eles utilizavam não chegava a atingir 50 hectares; atualmente utilizam mais de 100 hectares de terra para plantar. Foi também a única propriedade que apresentou outros tipos de financiamento além do PRONAF, como o PRONAMP e PROGER.



Figura 13 – Luciane com a pesquisadora e um dos tratores adquiridos para a propriedade.

Foto: PRZEBCOVIS, K. 2015

Para Luciane, os motivos que fazem com que ela permaneça vivendo no campo e trabalhando com a terra são os seguintes:

Primeiramente é porque eu fui criada no campo, eu gosto de viver aqui. Quando meu marido era vivo eu já ajudava ele em algumas coisas, depois que ele faleceu tive que ser forte e dar continuidade.

Como eu iria abandonar tudo? Eu precisava sobreviver e o sítio era a minha única fonte de renda. Meu irmão falou que me ajudava, que tocava a roça, só não queria administrar, pois apesar de ter estudo (Ensino Médio completo) não gostava desta parte. Aceitei a ideia dele e comecei a cuidar de tudo; corri atrás de financiamentos, comprei novos equipamentos. Também voltei a estudar, pois eu só tinha o Ensino Médio e agora estou terminando a faculdade de administração, que vai me ajudar ainda mais.

Contudo, o que se nota no município é que, na maioria das situações, a responsabilidade pelos estabelecimentos sempre fica como função dos homens, enquanto as mulheres são ajudantes nos serviços agrícolas e não agrícolas, atividades essas chamadas de pluriatividade²⁰. Silva (2009) aponta tais atividades não agrícolas como, por exemplo, o artesanato e o turismo, que são responsáveis pela atribuição de novas funções ao meio rural. A combinação dessas atividades contribui para a reprodução das famílias e da atividade agrícola, já que proporciona um incremento na renda.

Assim, na maioria das propriedades o trabalho feminino sempre se faz presente, seja pela ajuda na produção, nas atividades domésticas ou por meio de vendas de roupas, cosméticos, artesanatos, trabalho em escolas rurais, entre outros. Essa é a forma encontrada pelas mulheres para terem uma renda. A Figura 14 é da Emanuelli Ribas e de sua mãe, Romilda Ribas, da comunidade do Doce Grande. Ela retrata essa realidade que foi observada em todas as propriedades visitadas.

²⁰A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura. (BAUMEL e BASSO, 2004, p. 139).



Figura 14 – Emanuéli e sua mãe com a pesquisadora na residência da família.
Foto: PRZEBCOVIS, K. 2015.

As duas realizam as atividades domésticas e ajudam na plantação e colheita do fumo, além disso, participam de várias atividades da igreja católica e são responsáveis pela limpeza da igreja da comunidade. A Emanuelle tem dezessete anos, Ensino Médio completo e está com a data do casamento marcado, com um rapaz da comunidade, de 23 anos de idade, e produtor de fumo. Devido ao fato de a família ser muito religiosa, acreditam que o casamento é essencial na vida, ainda mais que ela já namora há mais de quatro anos, e pensa estar na idade certa para casar.

Ela relata que queria continuar estudando, fazer uma faculdade, mas no momento não é possível, pois a comunidade onde reside é uma das mais distantes da sede urbana e, conseqüentemente das cidades vizinhas que possuem Ensino Superior. Quando questionada se gosta de morar no campo, responde da seguinte maneira: “A, eu gosto daqui, foi aqui que eu fui criada, aqui eu estou perto da minha família. Quando der certo eu pretendo estudar novamente, fazer uma faculdade. Agora que vou casar pretendo ajudar o meu marido também na agricultura”.

Com os dados coletados e as entrevistas mencionadas, é possível observar como os aspectos culturais estão contribuindo para a população quitandinhense se

manter no campo. Apesar de as pessoas entrevistadas dizerem que gostam de viver no campo e apresentarem um nível socioeconômico bom, elas salientam que encontram algumas dificuldades, pois, para elas, os pequenos produtores familiares são muito desvalorizados e gastam muito para produzir, para depois venderem a produção a preços muito baixos. Esses aspectos serão abordados a seguir, no item 4.3.

4.3 A AGRICULTURA FAMILIAR DE QUITANDINHA E AS SUAS RELAÇÕES COM O MERCADO E A RENDA DA TERRA

O que se observa em Quitandinha em relação à Agricultura Familiar vem ao encontro com o que é discutido por Oliveira (2010, p.9), que é o processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital, que se nutre de formas sociais, onde ocorrem a “a sujeição da renda da terra ao capital sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção”. A maioria dos agricultores são os proprietários da terra, no entanto, são dependentes do capital, desde a produção até a comercialização. Para Martins (1979):

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando somente o seu trabalho e de sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa bem distinta; estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1979, p.26)

Em decorrência do processo de sujeição da renda da terra ao capital, a Agricultura Familiar de Quitandinha torna-se dependente desse, e conseqüentemente, cada propriedade apresentará um nível socioeconômico diferenciado, ou seja, o desenvolvimento de uma propriedade será avaliado de acordo com o grau de capitalização que ela possui. Desta forma, algumas famílias apresentaram melhores condições de produção e relações com o mercado, do que em relação a outras. Desse modo, a maioria dos problemas enfrentados por elas

será de acordo com o nível econômico em que essas propriedades se encontram. Para Wanderley (2001), elas apresentam problemas nos quatro fatores de produção: terra, mão de obra, capital e capacidade empresarial.

As propriedades consolidadas encontram como problemas: a falta de terra, a escassez da mão de obra, gerenciamento espontâneo com pouca profundidade, baixa escala de produção, competição regional injusta e falta de associativismo. As propriedades em transição e periféricas apresentam como principais problemas: a terra escassa e pobre, pouca mão de obra e de baixa qualidade, grande descapitalização, o gerenciamento deixa a desejar por ser espontâneo e superficial, pouco associativismo, comercialização precária, baixa escala de produção, não se agrega valor à produção, diversificação excessiva, tecnologias incompatíveis, pouca formação e informação, inexistência de política agrícola e relações de troca desfavoráveis.

Como já citado no item 3.1.5, em Quitandinha existem propriedades familiares em todos os níveis citados (consolidadas, em transição e periféricas) apresentando assim certas dificuldades. De acordo com os agricultores, dentre as dificuldades enfrentadas por eles estão a inserção no mercado para comercializar os seus produtos e a insatisfação em relação às cooperativas, empresas e CEASA (Gráfico 20).

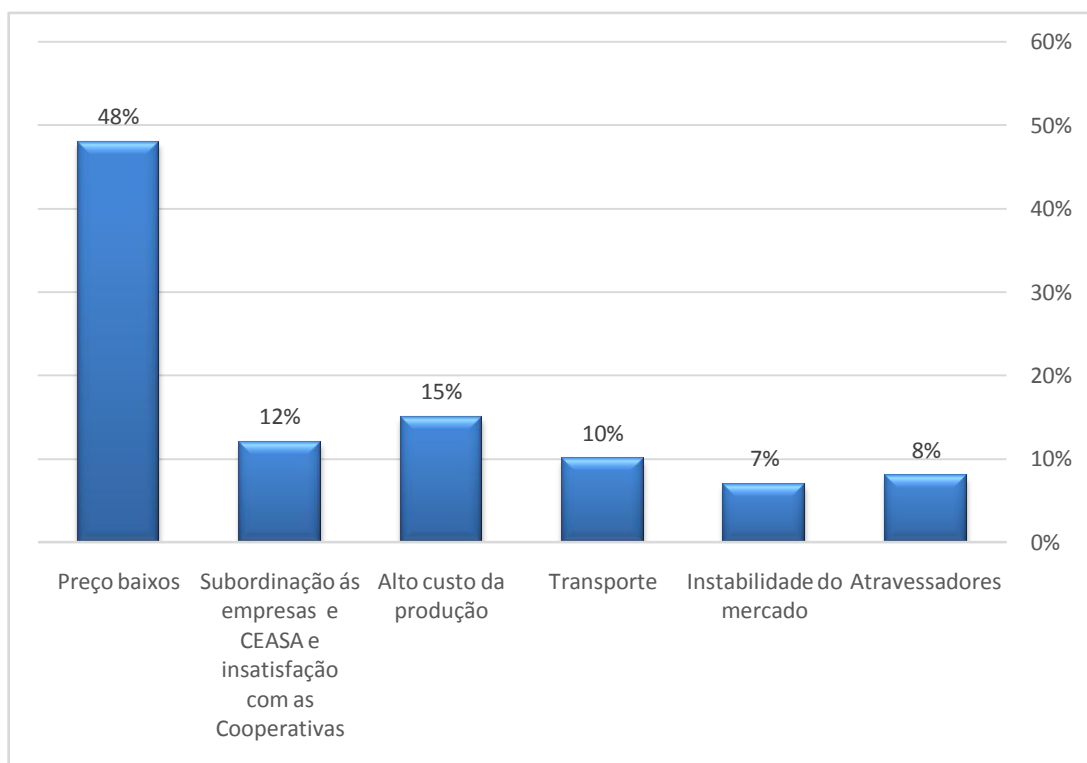


Gráfico 20 - Principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares de Quitandinha.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

Todavia a principal reclamação dos agricultores está relacionada à desvalorização dos produtos, pois eles têm um alto custo para produzir e, no momento da venda, entregam a preços abaixo do esperado, não podendo determiná-los. Dependendo da época, existe, também, a desvalorização de certos produtos, porque o mercado apresenta-se muito instável (alta oferta ou baixa demanda de certos produtos, baixa qualidade dos produtos devido a intempéries como o tempo ou pragas), o que acaba prejudicando o produtor, já que o tempo da agricultura é diferente do tempo do mercado. Assim, quando os agricultores estão plantando, um determinado produto pode estar em alta, mas, repentinamente, essa realidade pode mudar, e no ato de vender, o produtor acaba entregando os seus produtos a preços baixíssimos, que, muitas vezes, nem cobrem as despesas da produção.

Um exemplo notado foi na comunidade do Doce Fino, onde alguns agricultores investiram no tomate, no ano de 2014, por estar em alta no mercado. Quando colheram a produção e foram vender no CEASA de Curitiba, havia uma alta

oferta e o preço estava muito abaixo, assim os produtores não conseguiram vender sua produção e retornaram com ela para casa, jogando todos os tomates fora e ficando somente com as dívidas.

Esses agricultores sofrem com a incerteza, absorvendo os riscos da produção e do mercado, sendo que a grande maioria enfrenta muitas dificuldades para se capitalizar, realizar investimentos e levar adiante projetos inovadores. Dessa forma, parte dos agricultores familiares sofre com a ausência de políticas efetivas de proteção contra as flutuações acentuadas dos mercados e as intempéries do tempo. De acordo com Oliveira (2010):

Uma parte da renda da terra destes agricultores é extraída pelos componentes do capital comercial, que atua no sentido de impor preços abaixo do valor dos produtos, ficando assim com parcela cada vez maior da renda dos agricultores que seria creditada como lucro médio (OLIVEIRA, 2010, p.10)

Existem, também, os casos dos agricultores que não possuem relação direta com o mercado e acabam entregando sua produção para os intermediários ou atravessadores. Esse fato é observado na propriedade daqueles agricultores com poucas informações e conhecimento, que preferem entregar a sua produção por um preço mais baixo a se inserir no mercado. Essa é a forma encontrada para garantir sua própria reprodução. De acordo com Oliveira (2010):

O processo de produção de relações não capitalistas de produção, como recurso para garantir a sua própria expansão, tem se dado, no caso brasileiro, inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm, através da circulação da mercadoria de origem agrícola, drenado toda a renda diferencial para esse setor, onde graçam toda sorte de representantes do capital comercial, também conhecidos por intermediários, atravessadores e atacadistas, etc. (OLIVEIRA, 2010, p.9)

De forma geral, os agricultores familiares que entregam sua produção aos intermediários são os que aparecem no nível de desenvolvimento periférico, caracterizados pela descapitalização, comercialização precária, baixa escala de produção, não agregam valor à produção, diversificação excessiva,

tecnologias incompatíveis, pouca formação e informação, política agrícola inexistente e relações de troca desfavoráveis.

Outros casos presentes em Quitandinha são dos agricultores que realizam sua comercialização no CEASA, com as Empresas Fumageiras e com as Cooperativas, porém, essas relações não agradam os produtores, sendo essa submissão uma das principais reclamações.

Em relação aos agricultores que vão até o CEASA, dizem que, para realizarem suas vendas nesse local, precisam possuir ou alugar um boxe, condição que necessita de capital. Por ter um custo alto, esse tipo de comercialização não é possível a todos os agricultores. Eles também reclamam do gasto que possuem com o deslocamento até Curitiba e, principalmente, dos preços baixos a que vendem os seus produtos nesse local. Oliveira (2001) argumenta que esse fato representa a ação do Estado, favorecendo a subordinação da renda da terra ao capital por meio da reprodução do capital comercial.

Esta transferência de renda, ou esta sujeição da renda terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para sua reprodução. É só vermos o que aconteceu com os CEASAS, ou como vem sendo chamado nas cidades menores o Mercado Produtor. Aí o capital comercial se instala confortavelmente, subsidiado pelo Estado, que lhe constrói toda infraestrutura necessária. A essência do processo é que, enquanto crítica, o Estado dá a esse segmento todas as vantagens, como que os trouxesse sob o seu manto protetor, pois especular no espaço criado pelo Estado não se trata de especulação, mas sim comercialização. Sutileza à parte. Uma coisa é certa: nunca o Estado protegeu e deu tanta guarida a esse segmento social. Certamente é o tributo pago ao apoio que este setor dá ao regime vigente. É mais uma fatia do modelo a seus donos. O próprio Estado sabe que esse setor chega a ficar com cerca de 70% dos preços pagos pelo consumidor nos gêneros de primeira necessidade e sabe porque tem estudos a esse respeito. A questão é mais uma vez política, o bolo da riqueza nacional é repartida entre os integrantes do bloco do poder. É óbvio que esse setor não está só na comercialização, ele é parte de um conjunto dos processos econômicos a que os lavradores estão submetidos (OLIVEIRA, 2010, p.24-25).

Considera-se que, dessa forma, o Estado é o responsável também pela criação de lugares voltados à comercialização de produtos agrícolas, como os CEASAS. No entanto, quem fica com os maiores benefícios é o capital comercial, em

detrimento aos agricultores familiares, que, muitas vezes, entregam seus produtos a preço baixos para não voltarem com eles para casa. Um exemplo de que os preços dos produtos estão muito baixos é que os donos de supermercados em Quitandinha saem do município todos os dias para comprarem verduras no CEASA, mesmo com a possibilidade de se comprar diretamente do produtor.

No município, as propriedades mais capitalizadas são as dos produtores de grãos (soja, milho, feijão). Elas estão no nível das consolidadas ou em transição, porém, esses agricultores aparentam estar insatisfeitos em alguns aspectos com a Cooperativa local. Argumentam que o importante para ela é a quantidade e a qualidade da produção, pois é isso que vai gerar o dinheiro. Já em relação aos associados, não importa se esses estão satisfeitos ou não. O Sr. Davi Przebcovis, da comunidade Cerro Verde, durante a entrevista, relatou esse descontentamento com a Cooperativa local.

Da última vez que o Ernane foi vender o milho na Cooperativa eles pesaram e descontaram muito, disseram que tinha muita sujeira e umidade e queriam pagar um preço bem baixo, ele falou que a produção tinha sido boa e o milho estava limpinho e não dava para baixar o preço. O gerente disse que eles estavam pagando aquele preço; ou ele entregava naquele valor ou a Cooperativa não podia fazer nada. Daí meu filho pegou o milho e entregou na Cooperativa do Piên. Lá eles estavam pagando melhor, pesou mais. É de desanimar nessas horas. A gente trabalha tanto, gasta tanto, e depois tem que vender tudo pelo preço deles. Tinha que ter outro jeito de vender, onde a gente pudesse falar o preço que é justo, mas como não tem, continuamos do mesmo jeito.

Fatos como esses ocorrem em função de o modelo agrícola estar subordinado ao capital, e em muitos casos as Cooperativas acabam funcionando como empresas. Para Serra (2013):

De maneira geral, até o surgimento do novo modelo, as cooperativas eram receptoras e repassadoras de matérias primas produzidas pelos associados, cumprindo seu papel no rompimento da cadeia de intermediação. Nessa fase, colocavam-se bem próximas dos associados e se identificavam mais com as propostas e as teorias que deram origem ao sistema. Na nova fase, ao contrário, ao se consolidarem como grandes empresas, acabaram se distanciando de suas bases, gerando, como consequência, uma série de ambiguidades que vão caracterizar sua nova formação atual. (SERRA, 2013, p.31).

Apesar de as cooperativas atuais se distanciarem de alguns aspectos da proposta e das teorias que deram origem ao sistema, elas acabam sendo ainda um benefício para os agricultores, pois, dessa maneira, eles não precisam entregar seus produtos direto para intermediários, e têm na Cooperativa um ponto de apoio à produção.

Existem também os agricultores ligados ao sistema integrado da produção de fumo. Todas as comunidades apresentam famílias que se dedicam à produção de fumo, mas destacam-se as comunidades do Doce Fino, Doce Grande e Rio da Várzea. Os agricultores têm muitas reclamações a respeito de ficarem subordinados às empresas multinacionais. Em uma reportagem do Boletim Especial DESER-ACT/dezembro de 2009, abordou-se a cadeia produtiva do fumo e a situação dos agricultores familiares. De acordo com as informações ali contidas, nos sistemas integrados do fumo quem obtém os maiores lucros são as empresas multinacionais e os agricultores acabam ficando sob dominação dessas, na maioria das vezes, sofrendo com os prejuízos.

A suposta garantia de venda do produto e assistência oferecida pelas empresas fumageiras, não passam de ilusão. Esse sistema esconde de fato de que quem lucra com a integração na verdade são as indústrias, a maioria de capital multinacional, e que para as costas dos agricultores familiares só sobram prejuízos. Seja porque o preço mínimo acertado antecipadamente penaliza o produtor, seja porque o aumento da produção acarreta também em aumento das perdas dos fumicultores. E ainda é preciso levar em consideração, nessa contabilidade, a precariedade da saúde e da qualidade de vida a que estes agricultores se submetem todos os dias para atender as metas e exigências no plantio das folhas de tabaco (BOLETIM ESPECIAL, DESER-ACT, 2009, p.1).

Essa interferência das empresas nos locais com predomínio da Agricultura Familiar, como acontece em Quitandinha, é uma das formas de racionalidade moderna presente no capitalismo, que, de acordo com Oliveira (2010), é a subordinação da renda da terra também, mas agora ligada ao capital industrial monopolista.

O processo que leva à subordinação da renda da terra ao capital industrial monopolista se dá através de um duplo movimento de circulação: circulação de insumos agrícolas do setor industrial para o setor agrícola e circulação da matéria-prima do setor agrícola para o setor industrial. No primeiro movimento, quando a indústria fornece insumos agrícolas modernos, define-se a posição subordinada do pequeno produtor no processo de produção e comercialização do fumo, e, no segundo movimento, dá-se apropriação, pela indústria, do excedente econômico gerado pelo agricultor. Na verdade, neste tipo de articulação indústria/agricultura ou grande indústria/pequeno produtor agrícola, tanto a propriedade privada da terra como o caráter mercantil da produção agrícola descaracterizam-se diante da posição subordinada ao capital industrial (OLIVEIRA, 2010, p.45).

Nesse círculo, o capital industrial se beneficia com o fornecimento de insumos agrícolas para o produtor rural e também na compra da matéria prima a preços baixos, enquanto o produtor tem a força do seu trabalho familiar explorado.

A maior lucratividade do capital se situa justamente nesta possibilidade de comprar o produto (o fumo) ao seu preço mais baixo possível, qual seja, ao nível de sobrevivência dos produtores e reprodução dos meios de produção. Considerando-se ainda que esta sobrevivência é também garantida, completamente, pela produção de subsistência com a venda do excedente (inclusive por orientação das empresas, que procuram evitar a monocultura), verifica-se que o fumo, embora principal fonte de renda dos agricultores, pequenos proprietários em questão, pode ter seu preço situado abaixo do nível de sobrevivência da força de trabalho familiar (cerca de 31% do valor atribuído, conforme análise das três unidades de produção típicas) (CASTRO *et al*, 1979, p. 114-115).

Assim, a integração proposta pelas empresas aos agricultores familiares de Quitandinha torna-se mais um processo de dominação, pois, com atrativos como a garantia de venda do produto e assistência técnica, as indústrias mantêm sob controle rígido os ganhos dos fumicultores: definem antecipadamente os preços pagos, determinam a meta do volume de produção, a aquisição de insumos e impedem os agricultores de venderem para outros compradores por preços melhores.

Além de tudo, existe um agravante a mais na produção de fumo, que é a contaminação dos agricultores, ocorrida por meio do uso intenso de agrotóxicos e

pela liberação da nicotina nas folhas verdes de tabaco²¹. A intoxicação é maior no período de colheita e, conseqüentemente, afeta a todos, pois, nesse período, os integrantes da família estão trabalhando, inclusive crianças e adolescentes. Na entrevista eles até relatam o trabalho das crianças e dos adolescentes, no entanto, pedem para não divulgar o nome das famílias que utilizam essa mão de obra. Muitas empresas foram denunciadas por essa situação de risco na qual vivem os produtores de fumo, e uma das alternativas criadas para tentar “minimizar” o problema, é o investimento na produção de fumo orgânico, porém em pouquíssimas propriedades.

Essas relações dos agricultores com as empresas fumageiras, CEASA e Cooperativas, existentes no município, retratam a ação do capital no campo por meio da subordinação da produção e trabalho da Agricultura Familiar.

Partindo dessas premissas podemos entender que a expansão do modo capitalista de produção no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, quer comprando a terra para explorar ou vender, quer subordinando a produção do tipo familiar. O fundamental para o capital é a sujeição da renda territorial, pois a partir daí ele tem as condições necessárias para que possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (MARTINS, 1979: 28).

Os agricultores relataram todo esse processo, de submissão ao capital por meio dos problemas citados. Para eles, são esses fatores que, muitas vezes, os desestimulam a continuar vivendo no campo, entretanto, é muito incerto deixar a propriedade que é deles para viver na cidade, sem qualquer perspectiva de trabalho. O ideal, para tentar melhorar as condições, seria uma melhor organização desses produtores em associações para comercializarem os produtos. Como afirma Wanderlei (2001):

²¹Em uma pesquisa realizada em Calendária no Rio Grande do Sul foi observado um surto da doença do tabaco verde durante a colheita. O ministério da saúde confirmou 33 casos dos 46 suspeitos. A investigação durou 50 dias. O alto teor de nicotina encontrado nas amostras de urinas coletadas dos doentes provou não só a existência da doença, mas que os fumicultores não fumantes chegam a ter seis vezes mais nicotina no organismo que uma pessoa não fumante regular e mais até que um fumante possui normalmente. Já os plantadores de fumo que são fumantes atingem índices alarmantes de presença da nicotina no organismo em época de colheita, o que varia do dobro até 16 vezes mais que um fumante regular. (Boletim Especial DESER-ACT/ dezembro de 2009).

A filosofia da vivência em grupos sociais, para melhorar a resolução de problemas através da soma de forças e mentes, deve ser constante preocupação dos agricultores. A forma democrática de atuação grupal, o estudo das lideranças, a noção de dinâmica de grupo e o estímulo à forma participativa de planejamento, decisão e execução, devem ser incentivados em todas as instâncias de vivência dos agricultores em comunidade. Para resolver os problemas técnicos e econômicos de falta de área para cultivo, de pouca agregação de valor nos produtos, comercialização ou escala de produção, crédito dificultado, deve-se fomentar o associativismo. Nesses casos, o cooperativismo e os condomínios rurais são as melhores formas de associações a serem preconizadas. (WANDERLEI, 2001, p.90)

Mas a realidade no município está distante dessas formas de organizações, já que a maioria deles,(72%), não participam de nenhuma organização coletiva e somente 28% participam de alguma. Os 28% participantes estão ligados às Cooperativas e Sindicato dos trabalhadores Rurais do município (Gráfico 21).

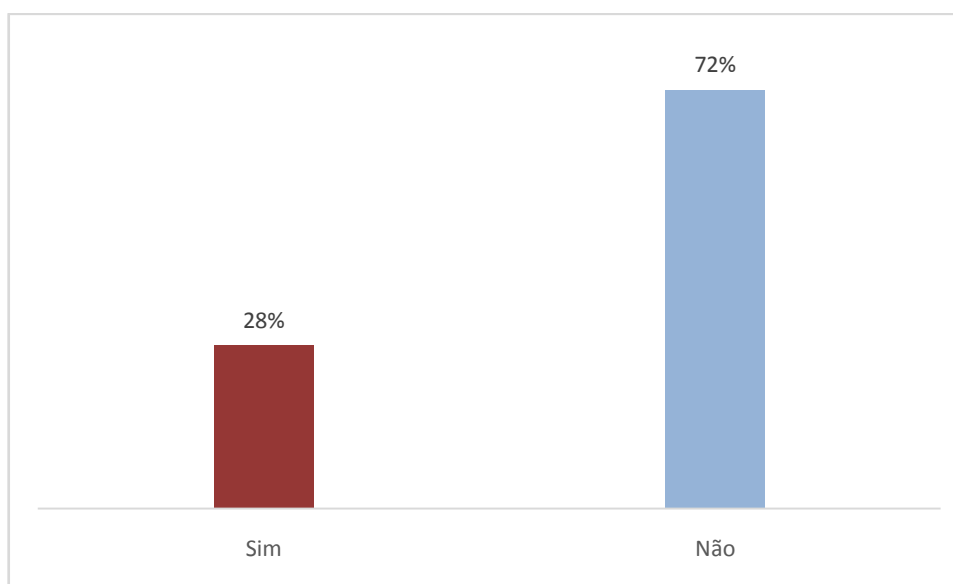


Gráfico 21 - A participação dos agricultores familiares de Quitandinha nas organizações coletivas.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: SIQUEIRA, J.M. 2015

De acordo com as entrevistas, eles até tentaram criar ou participar das poucas associações existentes, mas quando chegavam em algum ponto, de

discordância entre os membros, eles se desentendiam e abandonavam a associação.

Assim, fica evidente que a permanência da população de Quitandinha no campo está ligada aos fortes laços que as pessoas possuem com a terra. As famílias apresentam um nível socioeconômico relativamente bom, por conseguirem estabelecer relações com o mercado regional. No entanto, para estabelecer essas relações com o mercado, as famílias ficam subordinadas à ação do capital e, muitas vezes, essa subordinação é a única alternativa encontrada para continuarem em suas terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização da agricultura trouxe transformações significativas ao campo, porém com o aumento das áreas ocupadas pelos latifúndios em detrimento das pequenas propriedades, com a valorização dos produtos para exportação e poucas políticas públicas de incentivo para a produção interna, apenas uma parcela da população é favorecida. Esse processo provocou uma grande parcela da população se deslocando para cidade, e a conseqüente urbanização acelerada no Estado do Paraná. Contudo, não tirou a importância que os espaços rurais ocupam no Estado paranaense, principalmente aqueles com predomínio da Agricultura Familiar, pois é desses espaços rurais que provêm os alimentos que chegam à mesa das pessoas diariamente.

Uma região que merece destaque pela sua ruralidade é a Região Metropolitana de Curitiba que, apesar de apresentar um intenso crescimento industrial e do setor de serviços, não perdeu uma de suas peculiaridades: o baixo grau de urbanização em diversos municípios e a marcante dependência em relação à produção primária. Assim, costuma-se falar de um “rural invisível” da RMC, por se tratar de uma realidade pouco observada, contudo, com um estudo mais detalhado, é possível constatar que muitos municípios que a compõem se mostram com áreas de produção e de sociabilidades significativamente vinculadas à agricultura, como é o caso de Quitandinha.

Quitandinha apresenta uma população total de 17,089 habitantes, sendo que 71,4 % da população vivem no campo e somente 28,5% na área urbana do município. Analisando os dados socioeconômicos e por meio de observações realizadas durante a visita *in loco*, é possível considerar que este município possui uma diversificada Agricultura Familiar, com diferentes “níveis” de desenvolvimento, podendo representar as propriedades familiares de acordo com a classificação de desenvolvimento da Agricultura Familiar realizada pelo INCRA: a Agricultura Familiar consolidada, a Agricultura Familiar de transição e a Agricultura Familiar periférica.

Desta forma, com a pesquisa de campo foi possível encontrar agricultores familiares totalmente integrados ao mercado, com inovações tecnológicas e com

acesso a todos os tipos de políticas públicas. Outros produtores, no entanto, apresentam-se pouco integrados, tendo muitas vezes que entregar a sua produção aos intermediários; também possuem pouco acesso a políticas públicas. Existem ainda aqueles que possuem baixo uso de tecnologia, expondo pouca mecanização, pouco acesso ao crédito rural e apresentando uma renda mais baixa.

Apesar de algumas vezes encontrarem dificuldades por estarem vivendo no campo, a população deste município não pensa na possibilidade de deixar o seu lugar de vivência.

Assim, pode-se considerar que vários fatores estão contribuindo para que essa população permaneça no campo, no município de Quitandinha. Entre eles, laços que as pessoas possuem com a terra. Ressalta-se que apesar das adversidades, a maioria das famílias apresenta um nível socioeconômico relativamente bom, pois consegue estabelecer relações com o mercado regional, no entanto, tais famílias ficam subordinadas à ação do capital e, muitas vezes, essa subordinação é a única alternativa encontrada para elas continuarem em suas terras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.73-78, abr./jun. 1997.

_____. Agricultura Familiar e Serviço Público: Novos Desafios para a Extensão Rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p.137-157, jan./abr. 1998.

_____. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A3, 15 abr. 2000.

_____. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ANDRADE, Áurea Viana. **Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

BALHANA, A.P; WESTPHALEN, C. M; MACHADO, B.P. **Brasil pinheiro: História do Paraná**. Curitiba: Paraná Cultural Ltda, 1969. 277 p.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BLUM, Rubens. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 57-103 p.

Brasil. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 05 fev. 2015.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUMER, A. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Trad. de Maria Naoko Tijuva. Campinas, UNICAMP, 1993, p.179-234, (coleção repertórios).

BUAINAIN, Antônio Márcio. Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez de 2003. p.312-347.

Cadeia Produtiva do fumo. Boletim Especial DESER-ACT/dezembro de 2009.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n.3, p.3-58, jul./ ago./ set., 2001. (Edição especial 2001).

COLETTI, Claudinei. **A Estrutura Sindical no Campo:** a propósito da organização dos assalariamentos rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas São Paulo: Unicamp, 1998.

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2001: Documento Síntese para Discussão. Curitiba, 2001. 79 p.

Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 2014). Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em: http://www.Comec.pr.gov.br/arquivos/File/RMC/RevistaComec_ABR_2015.pdf. Acesso em: 15 de Junho de 2015.

CORONA, H.M.P. O desenvolvimento rural e a agricultura familiar na RMC: da modernização a alternativa à crise socioambiental. In: Informe Gepec, Toledo, v. 17, n. 1, p. 34-49, jan. /Jun. 2013.

DIAS, J. B; SANTOS, L.J.C. Ambiente, paisagem e a agricultura familiar da região metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, A. D.D. *et al.* (orgs). **Do Rural Invisível ao Rural que se conhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar.** Curitiba: UFPR, 2012.

DRUCIAKI, V. P. **A (des)articulação de Guarapuava com Maringá e Londrina: Uma análise a partir da rede de transporte rodoviário de passageiros**, 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEM, Maringá, Paraná.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná.** 2006. 505 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FERNANDES, B.M; WELCH, C.A; GONÇALVES, E.C. **Os usos da Terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias.** São Paulo: 1.ed. UNESCO, 2014.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **O desenvolvimento rural e o PPA 2000/2003:** uma tentativa de avaliação. Brasília, IPEA, 2003b. 46p. (Texto para Discussão n. 938).

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação:** notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 96p.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar.** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao>. >. Acesso em: 14 jul. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2003.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao>. >. Acesso em: 14 jun. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao>. >. Acesso em: 14 jun. 2014.

Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária. (INCRA) Disponível em: <http://www.incra.gov.br/> acesso 14 de Jun.2015.

Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social (IPARDES, 2014). Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/Dinamica_RMC.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

IPARDES. **Leituras regionais:** Mesorregião Metropolitana de Curitiba, 2004. Disponível em: <www.pr.gov.br/ipardes>. Acesso em 10 jun. 2015.

JASIOCHA, P. R. **Casamento de Polaco.** Disponível em: <http://rjasiocha.blogspot.com.br/2013/07/casamento-polaco.html>. Acesso em: 14 de Julho de 2014.

KAGEYAMA, Ângela (Org.) **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais.** Brasília: IPEA, 1987.

KARAM, Karen de Fátima Follador. **Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade.** 2001. 235p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

KAUTSKY, KARL.O Grande e o Pequeno Estabelecimento de Exploração Agrícola. In: **A Questão Agrária.** Trad. Otto E. W. Mass. Brasília: Linha Gráfica Editora,1998.

LAMARCHE, H. “A agricultura familiar: uma realidade multiforme”. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. In: **Association des Ruralistes Français. Lê monde Rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination.** Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Françaises.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993.

LEITE, S.P; MEDEIROS, L.S. Agronegócio. In: Caldart,R.S; PEREIRA,I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO,G.(Orgs). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular,2012.

LUCAS, José. **S. O. S., Homem do Campo.**São Paulo: Kairós, 1984.

MADE – Doutorado em meio ambiente e desenvolvimento - DAROLT, M R; DAVANSO, S. M., DELGADO, P. R; KARAM, K F. et al. **Caracterização da Região Metropolitana de Curitiba.** Turma II, Curitiba, Maio, 1997.

MADE – Doutorado em meio ambiente e desenvolvimento - DAROLT, M R; DAVANSO, S. M., DELGADO, P. R; KARAM, K F. et al.**Caracterização da Região Metropolitana de Curitiba.** Turma II, Curitiba, Maio, 1997.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre.** São Paulo: AGB, n.19, 2º sem. 2002, p.95-112.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil.** Santiago Chile, 2001.

_____. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária. Águas de São Pedro, 2º Encontro Nacional de Geografia Agrária (texto mimeografado) in: **Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 22, Rio de Janeiro, 1980.

MARTINS, Romário. **História do Paraná. 1874-1948.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 524p.

MELO, N. A. **Do complexo Rural à Modernização Agrícola Brasileira: A modernização da Agricultura Paranaense e os Impactos na Vida Rural – Uma Análise do Programa Vilas Rurais no Norte do Paraná.** Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v.1, n.11, p.58-76, jan/jun.2011.

MELLO. M., A., SILVESTRO1. M. LABRAMOVAY. R, DORIGON, C. FERRARI, D., L. TESTA, V. M. **Educação formal e os desafios para a formação de uma nova Geração de agricultores.** In: XLI CONGRESSO DA SOBER-Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003.

MENDONÇA F., DUBREUIL V. **Termografia de superfície e temperatura do ar na RMC (Região Metropolitana de Curitiba -PR)**. RAEGA, Curitiba, n. 9, p. 25-35, 2005. Editora UFPR.

MORO, D. A. **Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço do Produtor no Norte do Paraná**. Tese de Doutorado. UNESP. Rio Claro, 1991.

MOURA, R; DELGADO, P; DESCHAMPS, M; CARDOSO, N. **A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão**. Curitiba: IPARDES, 2004.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Revista de Geografia Agrária**, v 5, n.10 p. 5-64, ago.2010.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da Arribação – fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. In: **Novos Estudos**. Cebrap, nº 27, 1990.

OLIVEIRA, A.D. S; MAYORGA, M.I.O. XLIII Congresso da Sober Instituições “Eficiência, Gestão e Contrato no Sistema Agroindustrial”, 2005, Ribeirão Preto. **Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola: Um estudo de caso**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005. 13 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5335/1/2005_eve_miomayorga.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

OLIVEIRA, E. G. **O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista – MG**. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2006.

PARANÁ. **Relatório do Presidente de Província do Paraná**. Presidente Bacharel Antonio Augusto, da Fonseca na Assembleia provincial em 06 de abril de 1869.

PEREIRA, J. L.G. **Juventude Rural: para além das fronteiras entre campo e cidade**. (Tese, doutorado em Sociedade e Agricultura) Seropédica: UFRRJ, 2004.

PINTO, João Santana. **Quitandinha origens e formação**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

QUEIROGA, J. L de. **Origens, evolução histórica e situação dos sistemas agrários de comunidades de agricultores familiares da Região Metropolitana de Curitiba**. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo Razão e Emoção**. 3ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (orgs). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS,2011.

SERRA, Elpídio. **Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná**. In: Boletim de Geografia DGE-UEM, a.19, n.01, p. 45-58, Maringá, 2001.

_____. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Revista de Geografia Agrária**, v 8, n.16, p.37, ago. 2013.

SILVA, Carolina Braz de Castilho. **A pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SILVA, Jose Graziano Da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. **O que é a Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. Tradução de Ana Maria Iversson. In: MARTINS, J. de S. (org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUZA, O. T; BRANDENBURG, A. Políticas públicas, trajetória de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar. In: FERREIRA, A. D.D. et al. (orgs). **Do Rural Invisível ao Rural que se conhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: UFPR,2012.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná. Do século XVI à década de 1950**. Londrina: Eduel, 2002. 206p.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

TEIXEIRA, Wilson Antonio. **O processo de Desenvolvimento Geoeconômico do Complexo Agroindustrial Cooperativista na Mesorregião Norte Central Paranaense**. Tese de Doutorado. UNESP. Presidente Prudente, 2002.

WACHOVICZ, Ruy Christovam. **ABRANCHES: paróquia da imigração polonesa. Um estudo de História demográfica**. Dissertação do Curso de Mestrado.

Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Departamento de História: Curitiba, 1974.

_____. **Historia do Paraná**. Curitiba, Vicentina, 1988.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (org.). **Una nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires, 2001, p.31-44.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Org. João Carlos Tedesco. Passo Fundo-RS: 3. ed. EDIUPF, 2001. p. 21-55.

ANEXOS

Questionário Socioeconômico e características da Agricultura familiar nas comunidades de Quitandinha – PR.

I – Identificação da Comunidade

1 - Nome da Comunidade:

_____.

2 – Dimensão da área (ha) da

Comunidade:_____.

3 – Quantidade de propriedades na

Comunidade:_____.

4 – Distância da comunidade à sede do município:_____. Distância da comunidade até Curitiba:_____.

5 – Quais os Recursos oferecidos na comunidade para as Famílias?

Energia Elétrica () Telefone Público () Água Encanada () Sistema de Irrigação () Posto de Saúde ()

Fossa Séptica () Escola () Ônibus Coletivo () Salão Social () Transporte Escolar ()

Armazém () Outros ()

Indicar:_____.

6 – Qual a origem da água? Poço semiartesiano () Rio () Fonte () Outros ()

Indicar:_____.

7 – Condições das estradas. Pavimentadas () Cascalhadas () Outros ()

Indicar:_____.

8 – Quais as condições dessas estradas? Precárias () Boas () Ótimas ()

Inexistentes ()

II - Identificação das Famílias

Família:_____.

1 - Qual é o seu grau de escolaridade?

() Não estudou.

() Da 1ª a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).

() Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).

() Ensino médio (antigo 2º grau) incompleto.

() Ensino médio completo.

() Ensino superior incompleto.

() Ensino superior completo.

() Pós-graduação.

() Não sei.

2 - Quantos membros da sua família moram com você? _____.

Quantos membros da família trabalham fora? ____ Profissão: _____ Registro em carteira? Sim () Não().

3 - 3 - Cite os nomes dos membros de sua família.

3.1. Quadro Familiar

Membro Familiar	Idade	Escolaridade	Parentesco	Profissão	Renda Mensal (Valor Bruto)
Renda Bruta Total da Família R\$			Renda per capita R\$		

4- Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente, a renda familiar? (Considere a renda de todos que moram na sua casa).

() Até 1 salário mínimo (até R\$ 724,00 inclusive).

() De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 724,00 até R\$ 1.448,00 inclusive).

() De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 1.448,00 até R\$ 3.620,00 inclusive).

- () De 5 a 10 salários mínimos (de R\$.3620,00 até R\$ 7.240,00 inclusive).
- () De 10 a 30 salários mínimos (de R\$ 7.240,00 até R\$ 21.720,00 inclusive).
- () De 30 a 50 salários mínimos (de R\$ 21.720 ,00 até R\$ 36.200,00 inclusive).
- () Mais de 50 salários mínimos (mais de R\$ 36.200,00).

5 - Quais e quantos dos itens abaixo há em sua casa?

	1	2	3 ou mais	Não tem
TV				
DVD				
RÁDIO				
COMPUTADOR				
AUTOMÓVEL				
MÁQUINA DE LAVAR				
GELADEIRA				
TELEFONE FIXO				
TELEFONE CELULAR				
ACESSO A INTERNET				
TV POR ASSINATURA				

III - Exploração da Propriedade

1 – Quais são os produtos produzidos em sua propriedade?

Agrícola ()

Cultura Temporária ()	Cultura Permanente ()	Subsistência	Comercialização Excedente () P/ Mercado ()

Pecuária ()

Espécie de Animais	Efetivo	Subsistência	Comercialização

Horticultura ()

Espécies	Área Cultivada	Subsistência	Comercialização Excedente () P/ Mercado ()

Fruticultura ()

Cultura	Produção Anual /Kg	Subsistência	Comercialização Excedente () P/ Mercado ()

Outros: _____

2- Você utiliza maquinários em suas produções?

() Sim () Não

Quais?

3 - Já realizou algum tipo de financiamento para a produção?

() Sim () Não

Quais?

-
 R: _____

4- Quantos membros da família compõem a força de trabalho na propriedade?

_____.

Período Integral () Meio período () Depois do Trabalho () Apenas no final
de semana ()

5 – Há ajuda de mão de obra externa da propriedade?

Sim () Não ()

6 – Quais são os motivos que fazem você a continuar trabalhando com a terra?

- () Gosto pela Terra
- () Sobrevivência
- () Sem Estudo
- () Outros

7 – Qual é a origem da sua propriedade?

- () Herança
- () Compra da Terra

8– No momento qual é a sua Condição de Produtor?

- () Proprietário
- () Arrendatário
- () Parceiro
- () Outros

9- Qual é o tamanho da sua propriedade?

- () Menos de 10 ha
- () De 10 a 50 ha
- () De 50 a 100 ha
- () Acima de 100 ha

10 – Recebe orientação técnica para a produção? Sim () Não ().

Essas orientações: são constantes () eventualmente ().

11 – Em caso positivo, identificar o orientador: EMATER () Cooperativa () Empresa ()
Outro () _____.

12 – Participa na comunidade ou no município alguma organização coletiva? Sim () Não ().
Qual? _____.

13 – Indique os principais problemas enfrentados para a produção e comercialização dos produtos cultivados na propriedade.

R: _____

Declaração

Eu Luciane Maria Kudunavicz Dronka, portador
do RG 7.145.202-6 e do
CPF 017.204.449-94, morador do Pomgari,

Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que
prestei dia 05/06 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA
POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo
total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na
condição de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer
alteração por parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Luciane m^a. L. Dronka

Quitandinha, 05 de Junho de 2015.

Declaração

Eu Emanueli Ap. Hilas da Cruz, portador
do RG 12 777 596-6 e do
CPF 114 221 129-00, morador do flece Grande,

Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que
prestei dia 03/06/15 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA
POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo
total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição
de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por
parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Emanueli Ap. Hilas da Cruz

Quitandinha, 03 de Junho de 2015.

Declaração

Eu Karina Suelcovis, portador
do RG 10.30.8479-2 e do
CPF 062.672.689-86, morador do Serra Verde.

Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que prestei dia 04/06/15 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Karina Suelcovis

Quitandinha, 04 de Junho de 2015.

Declaração

Eu Deonir Przeborski, portador
do RG 1366031 e do
CPF 31706282915, morador do Carro Resolva,

Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que
prestei dia 04/06/15 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA
POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo
total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na
condição de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer
alteração por parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Deonir Przeborski

Quitandinha, 04 de Junho de 2015.

Declaração

Eu NEREO RESNER, portador do RG 7.191.213-2 e do CPF 018.367.089-20, morador do CERRO VERDE, Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que prestei dia 04/06/15 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.



Quitandinha, 04 de Junho de 2015.

Declaração

Eu Márcia Regina K. S. Porychowski, portador
do RG 9.196.486-4 e do
CPF 056.557.489-24, morador do Paraná.

Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que prestei dia 03/06/15 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Márcia Regina K. S. Porychowski

Quitandinha, 03 de Junho de 2015.

Declaração

Eu Franciele Werniak Telma, portador do RG 9661 956-1 e do CPF 068 626 609-93, morador do Q. do Granado, Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que prestei dia 03/06/15 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Franciele Werniak Telma.

Quitandinha, 03 de Junho de 2015.

Declaração

Eu NILSON PEREIRA, portador
do RG 9021625-2 e do
CPF 042.671.589-67 morador do Rançuri.

Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que prestei dia 03/06/15 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.


NILSON PEREIRA

Quitandinha, 03 de Junho de 2015.

Declaração

Eu ALMIR ZIOMER, portador
do RG 6 236 508 0 e do
CPF 854755139 53, morador do CAI DE BAIXO,
Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar as declarações que prestei
dia 03 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO
NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUINTANDINHA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo total
responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição de
que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por
parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.



Quitandinha, 03 de Junho de 2015

Declaração

Eu E VINICIUS BATISTA CRUZ, portador do RG 10.632.462-7 e do CPF 103.659.259-8 morador do DOCE GRANDE. Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que prestei dia 03/06/15 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

E Vinicius Batista Cruz

Quitandinha, 03 de Junho de 2015.

Declaração

Eu Resimilda De F. M. R. Guiz, portador do RG 8767598-0 e do CPF 034586319-41, morador do rua GRANDE, Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar minha foto e as declarações que prestei dia 03/06/15 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUINTANDINHA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo total responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição de que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Resimilda De F. M. R. Guiz

Quitandinha, 03 de Junho de 2015.

Declaração

Eu Pedro Tiomela, portador
do RG 6347843 e do
CPF 08875529949, morador do saí de Baixo.

Autorizo Juliana Margarida Siqueira a utilizar as declarações que prestei
dia 03 na sua dissertação de Mestrado: **A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO
NO CAMPO E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE QUINTANDINHA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**. Declaro que assumo total
responsabilidade sobre o conteúdo das informações prestadas, na condição de
que tudo o que declarei seja transcrito na íntegra, sem qualquer alteração por
parte da autora da dissertação de Mestrado.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Pedro Tiomela

Quitandinha, 03 de Junho de 2015